

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL DE FRANCA**

LUIZ ANTONIO CASSASSOLA

**FAMÍLIA, CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO: um estudo de caso da
família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930)**

**FRANCA
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUIZ ANTONIO CASSASSOLA

**FAMÍLIA, CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO: um estudo de caso da
família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito complementar para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social.

Orientadora: Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa

Cassassola, Luiz Antonio

Família, capitalismo e modernização : um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo – SP (1870-1930) / Luiz Antonio Cassassola. –Franca : UNESP, 2009

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP

1. Cafeicultura – História – Brasil. 2. São José do Rio Pardo (SP) – História. 3. Individualismo burguês. 4. Família – Modernização – Economia.

CDD – 981.552SJRPa

LUIZ ANTONIO CASSASSOLA

**FAMÍLIA, CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO: um estudo de caso da
família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente: _____
Profa. Dra Dora Isabel Paiva da Costa (UNESP Franca)

1º. Examinador: _____
Profa. Dra. Flávia Arlanch Martins de Oliveira (UNESP Assis)

2º. Examinador: _____
Prof. Dr. Lélío Luis de Oliveira (UNESP Franca)

Franca, 24 de novembro de 2009.

**Dedico este trabalho a meus
pais, Antonio e Maria José.**

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho se tornasse realidade.

Começo por minha orientadora, a professora Dra. Dora Isabel Paiva da Costa que, confiando em minha capacidade e responsabilidade, aceitou orientar este trabalho. Ela concedeu-me ampla autonomia intelectual e liberdade para a execução da pesquisa, contudo, sem deixar de acompanhar, passo a passo, a elaboração do trabalho.

Aos membros da banca de meu exame de qualificação, professores Dra. Dora Costa (minha orientadora), Dra. Ida Lewkovikz e Dr. Pedro Tosi. Suas críticas, sábias sugestões e elogios, ampliaram meus horizontes e me encheram de entusiasmo para dar continuidade e concluir a pesquisa.

De forma especial, agradeço à professora Dra. Denise A. Soares de Moura. Por muitas vezes, ela leu os esboços do meu projeto de pesquisa inicial e contribuiu sobremaneira para o seu aperfeiçoamento.

Ao governo do estado de São Paulo que, por meio do Programa Bolsa Mestrado, da Secretaria de Estado da Educação, concedeu-me uma ajuda financeira mensal que foi fundamental para o melhor desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, em especial, às supervisoras de ensino Márcia Mariza Belli e Maria Cristina Pirajá Martins de Noronha, responsáveis pela comissão regional do Programa Bolsa Mestrado, da DRE de São João da Boa Vista. Sempre muito atenciosas, elas não mediram esforços para que o incentivo fosse pago regularmente.

À Dra. Eliza Martha de Paiva Barretto, minha psiquiatra e grande incentivadora, sua imensurável competência profissional só pode ser equiparada à grandiosidade do seu espírito humano.

À direção e funcionários da Hemeroteca Municipal Rio-Pardense, sobretudo a Maria Dulce Travassos, pela sempre paciente e gentil atenção. O material que ali se encontra, de inestimável valor, foi fundamental para esta pesquisa.

À direção e funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cuja organização e riqueza do material que ali consultei, foi de grande valia para a elaboração deste trabalho.

À direção e colegas da E.E. Laudelina de O. Pourrat, sobretudo Andréia, Renata, Lara, Marco Amaral, Eder, Marcelo e Maria Rita, pelo incentivo e paciência com as minhas muitas ausências.

Ao meu professor e amigo Marcos de Martini, que me apresentou à Universidade e abriu o caminho para a realização de um sonho, até então impossível para mim.

Ao amigo Marcos Celeste, companheiro de estudos com o qual dividi muitas das dificuldades e aflições no percurso da pesquisa.

Ao Sr. José Sérgio Tavela, delegado do 1º. Cartório de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São José do Rio Pardo, que gentilmente me permitiu consultar os livros de lavratura de escrituras antigos, localizados no arquivo de seu cartório.

Ao Sr. Eduardo Dias Roxo Nobre, seu livro “Capitão Vicente e seus descendentes” foi o ponto de partida para esta investigação. Sempre muito atencioso, ele me forneceu a maioria dos documentos de família, bem como informações verbais, que constituíram a base empírica para a confecção deste trabalho.

Aos meus pais, que desde a minha chegada neste mundo me ensinaram o caminho do esforço e da dignidade. Antonio e Maria José abriram mão de suas próprias vidas e, dentro de suas possibilidades, proporcionaram a mim e minhas irmãs as melhores condições para que alcançássemos o que eles, infelizmente, não tiveram sequer oportunidade.

Com carinho, agradeço a Ana Paula, a mulher e amiga que me acompanhou por muitos anos. Devo a ela, em grande medida, não só a produção deste trabalho, mas muito do que conquistei e melhorei na vida.

Finalizando, agradeço a Deus. Ele me deu o privilégio da vida, Ele me dá a força que preciso para lutar por ela.

CASSASSOLA, Luiz Antonio. **Família, capitalismo e modernização**: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo-SP. 2009. 188f. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

Este trabalho intenta demonstrar como o crescente individualismo, estreitamente vinculado ao avanço de uma dinâmica economia de mercado, que se desenvolveu no âmbito do complexo cafeeiro paulista, contribuiu para o enfraquecimento das famílias de elite extensas, paralelamente à afirmação de arranjos domiciliares mais simplificados, sobretudo a família do tipo nuclear. Nesse sentido, analisamos as transformações ocorridas da primeira para a segunda geração da família Dias, de São José do Rio Pardo. Em sua primeira geração, os Dias eram uma família rural, que se dedicava principalmente à lavoura de café. Embora já inserida numa economia de mercado, a família se constituía internamente numa unidade produtora coletiva e informal, cuja produção e resultado do trabalho do grupo eram administrados pelo capitão Vicente Alves de Araújo Dias, o pai e chefe da família. Em sua segunda geração, entretanto, com a progressiva separação entre negócios e assuntos de família, o corporativismo familiar declinou e a solidariedade tendeu a se restringir às famílias nucleares da geração mais nova. Embora ligadas pelos laços de sangue, cada família conjugal passou a ter domicílio próprio e a conduzir os seus negócios individualmente. As sociedades comerciais entre os membros da família passaram a ser formalizadas por contratos, escrituras públicas ou outros documentos. Para observarmos as transformações ocorridas de uma fase do ciclo de desenvolvimento familiar para outra, na segunda geração, nos concentramos na família conjugal do coronel Vicente Dias Jr. Em suma, a pesquisa tenta demonstrar que o coletivismo da família de elite extensa, como grupo econômico, era incompatível com a moderna economia de mercado individualista que se desenvolvia no âmbito do complexo cafeeiro de São Paulo. O recorte temporal adotado foi o de 1870-1930 e, para chegarmos aos resultados apurados, nos apoiamos em literatura especializada, como também em documentação variada: periódicos locais, inventários, escrituras públicas, contratos e, sobretudo, cartas familiares.

Palavras-chave: família. modernização. economia cafeeira. individualismo burguês.

CASSASSOLA, Luiz Antonio. **Família, capitalismo e modernização**: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo-SP. 2009. 188f. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

ABSTRACT

This work attempts to demonstrate how the crescent individualism, narrowly linked to the progress of a dynamic market economy, that grew in the extent of São Paulo coffee compound, contributed to the weakness of the extensive elite families, parallel to the statement of home arrangements more simplified, above all the family of the nuclear type. In that sense, we analyzed the happened transformations of the first for the second generation of the family Dias, of São José do Rio Pardo. In its first generation, Dias was a rural family, that was devoted mainly to the farming of coffee. Although already inserted in a market economy, the family was constituted internally in a collective and informal producing unit, whose production and result of the work of the group were administered by captain Vicente Alves de Araújo Dias, the father and boss of the family. In its second generation, however, with the progressive separation between businesses and family subjects, the family corporativism refused and the solidarity tended limiting to the nuclear families of the newest generation. Although linked by the blood ties, each matrimonial family started to have own home and to drive their businesses individually. The commercial societies, among the members of the family, passed to be formalized by contracts, public deeds or other documents. For understanding the happened transformations of a phase of the cycle of family development for other, in the second generation, we concentrated on colonel's Vicente Dias Jr. matrimonial family. In short, the research probe to demonstrate that the collectivism of the family of extensive elite, as economical group, was incompatible with the modern economy of individualistic market, that grew in the extent of the coffee compound of São Paulo. The adopted temporary cutting was from 1870 to 1930 and, to achieve the select results, we leaned on a specialized literature, as well as in varied documentation: local newspapers, inventories, public deeds, contracts and, above all, family letters.

Keywords: family. modernization. coffee economy. bourgeois individualism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O COMPLEXO CAFFEEIRO PAULISTA E O INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO NACIONAL	19
1.1. O início da modernização brasileira	19
1.2. A integração do Brasil à moderna economia capitalista internacional	23
1.3. O complexo cafeeiro paulista.....	28
1.4. A nova elite cafeeira paulista.....	41
1.5. O 3º. Distrito Agrônômico	45
1.6. Do café nasceu São José do Rio Pardo	51
1.7. A economia rio-pardense.....	55
1.7.1. A lavoura.....	56
1.7.2. A pecuária	58
1.7.3. Produção extrativa	59
1.7.4. Bancos.....	60
1.7.5. Comércio e indústria.....	60
1.8 A sociedade rio-pardense.....	62
1.9 Conclusão	66
CAPÍTULO 2 – INDIVIDUALISMO BURGUEÊS E DECLÍNIO DO COLETIVISMO FAMILIAR: DA FAMÍLIA EXTENSA À FAMÍLIA NUCLEAR	69
2.1. Novas imagens da família de elite	69
2.2. As transformações entre a primeira e a segunda geração da família Dias	83
2.3. A vida empresarial da segunda geração da família	87
2.3.1. A produção cafeeira	88
2.3.2. O comércio de café	91
2.3.3. O Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo.....	93
2.3.4. Investimentos no setor de serviços urbanos	98
2.3.4.1. A Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE).....	99
2.3.4.2. A Empresa Telephonica Riopardense	113
2.3.5. O comércio importador	114
2.4. Conclusão	115
CAPÍTULO 3 – A FAMÍLIA CONJUGAL DE VICENTE DIAS JR. E ALICE RODRIGUES – OS RODRIGUES DIAS	118
3.1. A formação da família Rodrigues Dias	119
3.2. O coronel Vicente Dias Jr.....	124
3.3. A relação entre pai e filhos	134
3.4. Alice, a mãe	141
3.5. A relação entre marido e mulher.....	143
3.6. A interação entre negócios e família	145
3.7. A relação da família com os criados.....	148
3.8. A relação dos Rodrigues Dias com o restante da parentela	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
Referências	165

Fontes	174
---------------------	-----

ANEXOS

Anexo A – Modelo genérico da família patriarcal brasileira	176
Anexo B – Capitão Vicente e D. Lucinda (1 ^a . geração).	177
Anexo C - Os irmãos Dias (2 ^a . geração)	178
Anexo D - Empréstimo de Vicente a Elisiário Dias.....	179
Anexo E - Breve histórico da construção das principais usinas hidrelétricas brasileiras durante a Primeira República.	180
Anexo F - Debêntures da CPEE utilizados para a compra de terras	181
Anexo G – Vicente, Alice e os filhos no pomar da Tubaca (1911).	182
Anexo H – Alice em 1900.....	183
Anexo I – Carta de Alice a Vicente (31/10/1913).....	184
Anexo J – Carta de Alice a Vicente (31/10/1913) - continuação.	185
Anexo L – Carta de Alice a Vicente (09/10/1911).	186
Anexo M – Carta de Alice a Vicente (09/10/1911) - continuação.	187
Anexo N - Carta de Vicente ao filho Mário (02/10/1919).....	188

INTRODUÇÃO

O conjunto da produção historiográfica sobre a família brasileira, dos inícios do século passado até os tempos atuais, assentou-se no debate sobre as permanências e mudanças do modelo patriarcal, como modelo genérico da família brasileira. Nas décadas de 1920 a 1940 formou-se a matriz ideológica de um pensamento que se estenderia por décadas acerca da estrutura, função e conceito da família brasileira. Trabalhos pioneiros como os de Gilberto Freyre, por exemplo, traçaram o perfil da família patriarcal brasileira e tornaram-se clássicos da literatura nacional e estrangeira, influenciando inúmeros estudos posteriores.¹ Também os trabalhos de Oliveira Vianna, se transformaram em referências quanto aos estudos da família senhorial e dos clãs parentais. Essa concepção de família foi tradicionalmente aceita pela historiografia como representativa, praticamente única e imutável, de toda a sociedade brasileira.² Desconsideraram-se, portanto, as variações ocorridas na estrutura das famílias em função do tempo, do espaço e do grupo social a que pertenciam. (SAMARA, 1988/1989, p. 7-13; SAMARA; COSTA, 1997, p. 212-213, tradução nossa).

Nos anos de 1950 e de 1960 iniciou-se um primeiro movimento de revisão dos modelos teóricos da família brasileira, formulados até então. Novas perspectivas de análise foram exploradas, como o casamento, o divórcio, a condição feminina (não apenas sob o ponto de vista da mulher submissa, mas nas suas formas de interação à sociedade). Além dessas, os autores do período também já se preocupavam com a variação da família em termos regionais e de classe, bem como com as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo. Contudo, a produção historiográfica até a década de 1960, buscando as bases patriarcais da sociedade brasileira e o entendimento das relações sociais e raciais, manteve praticamente intocada a noção da família brasileira como uma vasta parentela. No âmbito dessas famílias extensas, parentesco, solidariedade e obrigações mútuas integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência. Portanto, embora nessa fase se tenha verificado um primeiro avanço rumo à ruptura com a imagem tradicional da família brasileira, os trabalhos do período ainda eram passíveis de revisão crítica (SAMARA; COSTA, 1997, p. 213-214, tradução nossa).

No bojo de um processo geral de revisão da História do Brasil, na década de 1970, deu-se a retomada decisiva da família como objeto de análise pelos historiadores, fase em que um acentuado volume de pesquisas empíricas passou a rever as questões antes exploradas e a buscar novas perspectivas de compreensão da evolução histórica da sociedade brasileira. A

¹ Veja no anexo A, a reprodução da descrição de Eni de M. Samara e Darrell Levi, do modelo genérico da família patriarcal brasileira.

² As autoras se referem às obras: Casa-Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos, de Freyre; e Populações Meridionais do Brasil, Evolução do Povo Brasileiro e Instituições Políticas Brasileiras, de Vianna.

maior parte desses estudos foi realizada por demógrafos-historiadores, interessados nas estruturas demográficas e na família. Essa grande contribuição da Demografia Histórica evidenciou a clara distinção entre a produção historiográfica das décadas de 1970 e de 1980. Nos anos 1970, com objeto e preocupações definidas, o conjunto da produção privilegiou aspectos referentes à estrutura familiar, a nupcialidade, a fecundidade e o equilíbrio dos sexos, entre outros. Além disso, nessa etapa, procurou-se responder questões mais amplas a partir de contextos regionais (SAMARA, 1988/1989, p. 7-13; SAMARA; COSTA, 1997, p. 214, tradução nossa). Semelhanças e divergências em relação ao modelo genérico da família brasileira estimularam um grande volume de pesquisas, que revelou a impossibilidade de se conceber um padrão único de família, para os diversos grupos sociais, ao longo do tempo:

Para o conjunto da população foram desvendados comportamentos, atitudes e valores que divergiam do ideal concebido no modelo de família patriarcal. Arranjos familiares alternativos, concubinatos e participação mais ativa das mulheres nos processos sociais em curso, retomaram a discussão das influências ideológicas construídas dentro dos estudos clássicos do início do século XX. As mais novas descobertas também apontaram diferenças ao longo do tempo, regionais, de raça e de classe, na formulação do conceito de família brasileira (SAMARA; COSTA, 1997, p. 214-215, tradução nossa).

Todas essas transformações certamente interagiam com as inovações que a própria ciência histórica também vinha sofrendo. A grande ampliação de seus objetos de interesse, o enriquecimento de suas técnicas e métodos, como também o fortalecimento da interação entre a História e outras ciências sociais, refletiram-se num maior interesse dos historiadores pelos estudos de família, tema que praticamente se limitava a trabalhos de antropólogos e sociólogos. Como é conhecida, a gênese dessa verdadeira “revolução” da história e da historiografia, como reação deliberada ao modelo “tradicional”, tem estreita ligação com a ascensão da chamada “nova história”, associada à *École des Annales*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Nesse contexto, o grande avanço da História Social³ refletiu-se na importância fundamental adquirida pelos estudos de família. Como afirmou Hobsbawm (1998, p. 92) a história da sociedade é uma colaboração entre a mudança social mais ampla (estrutural) e o conjunto de fenômenos específicos que de fato aconteceram, independente da escala geográfica ou cronológica que utilizamos em nossas investigações. Para o autor: “A história da sociedade é, entre outras coisas, a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos.”

³ Sobre este assunto, ver Hobsbawm (1998, p. 83-105).

Nos estudos realizados na década de 1980, ao ineditismo e riqueza das fontes primárias, associou-se uma grande diversificação de perspectivas analíticas. Processos históricos antes negligenciados ou considerados de menor importância para a compreensão da natureza das sociedades (como a condição feminina, a infância, a sexualidade, a família negra, os marginalizados, o cotidiano, o casamento, o concubinato, a transmissão de fortunas, entre outros), passaram a ser objeto de análise dos historiadores da família brasileira (SAMARA, 1988/1989, p. 7-13). Observando a mesma tendência, segundo Samara; Costa (1997, p. 215, tradução nossa): “Análises de inventários, testamentos, processos de divórcio, crimes, cíveis, de legitimação, levantaram novas questões e romperam enraizamentos perpetuados por gerações de estudiosos, definindo novas imagens da “família à brasileira”.

Nessa fase, a discussão do patriarcalismo estaria atrelada, sobretudo, às transformações ocorridas na sociedade brasileira no final da época colonial e ao longo do século XIX, consolidando a idéia de um sistema patriarcal modificado e da multiplicidade de modelos familiares (SAMARA; COSTA, 1997, p. 215, tradução nossa).

Nessa mesma linha de concepção, Costa (1997) em seu estudo sobre família e transmissão de bens na região de Campinas - SP, entre o final do século XVIII e o início do XIX, também constatou uma ampla diversidade de arranjos familiares e salientou a grande capacidade adaptativa desses grupos de convívio:

A diversificação de arranjos familiares enriqueceu sobremaneira a miríade de possibilidades de manifestações humanas, e a capacidade adaptativa que o ser humano sentiu-se obrigado a inventar em relação às adversidades e brutalidades que a concorrência pela vida impôs [...] (COSTA, 1997, p. 41).

Apresentamos esse breve histórico dos estudos da família brasileira, com o intuito de nele acrescentar o estudo de caso da família Dias, de São José do Rio Pardo. Compartilhando da perspectiva de análise apresentada acima, pretendemos demonstrar as especificidades dessa família da elite cafeeira paulista.

A maior integração da economia brasileira ao capitalismo internacional ensejou um processo de rápida modernização nacional, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. O fim do escravismo e a instituição do trabalho livre, a chegada massiva de imigrantes, o advento da República, o crescimento urbano e industrial, a Semana de 22, os movimentos tenentistas, a fundação de institutos de pesquisas científicas e tecnológicas (como as Politécnicas do Rio e de São Paulo), como também a Revolução de 1930, em conjunto, abriram os horizontes para um Brasil que rompia com os fortes traços que ainda o ligavam a

seu passado colonial. Essa modernização, influenciada pelo modelo europeu, muito se relacionou à conjunção entre o poder oligárquico nacional e os interesses do capital estrangeiro.

A agroexportação cafeeira e a dinâmica economia de mercado a ela relacionada propiciaram a formação de um verdadeiro complexo econômico no estado de São Paulo. Acreditamos que, internamente, foi o desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista que alavancou a modernização do País. As famílias da elite cafeeira paulista, simultaneamente agentes e objetos daquele movimento de modernização, também sofreram modificações em sua estrutura. Pensamos que, no decorrer desse processo, essas famílias se modernizaram, mas também mantiveram muitas heranças do tradicionalismo. Na trajetória de rompimento com a sociedade tradicional e ingresso no mundo moderno, o corporativismo das antigas famílias extensas tendeu a declinar-se, concomitante à formação de arranjos familiares mais simples. Nesse processo, a solidariedade passaria a se restringir ao âmbito das famílias conjugais das gerações mais novas.

Não pretendemos elucidar a gênese do individualismo burguês no Brasil, o que extrapolaria em muito os nossos objetivos. Nosso intento é apenas demonstrar como o crescente individualismo, estreitamente vinculado ao avanço das relações de mercado que se desenvolviam no âmbito do complexo cafeeiro paulista, contribuiu para o enfraquecimento da família de elite extensa e para a consolidação da família conjugal, como modelo de organização domiciliar predominante nas gerações mais novas. É o que tentaremos demonstrar no estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo.

Em sua primeira geração, os Dias eram uma família rural e praticamente auto-suficiente, dedicavam-se exclusivamente à lavoura, sobretudo a cafeeira. Nessa primeira fase do ciclo de desenvolvimento familiar, a família se constituía internamente numa unidade produtora coletiva e informal, embora já inserida numa economia de mercado. A produção e o resultado do trabalho do grupo eram administrados pelo capitão Vicente Alves de Araújo Dias, o pai e chefe da família. Entretanto, na segunda geração, o corporativismo domiciliar⁴ declinou e a solidariedade tendeu a se restringir às famílias conjugais da geração mais nova (formadas pelos filhos e filhas do Capitão, seus cônjuges e suas proles). Embora ligadas pelos laços de sangue, cada família conjugal passou a ter domicílio próprio e a conduzir os seus negócios individualmente. Havia sociedades entre os irmãos e cunhados, porém elas passaram a ser formais e regidas por contratos, escrituras públicas ou outros documentos. Em suma, o

⁴ Conforme Costa (1997, p. 42), os conceitos de família e domicílio são “intercambiáveis”.

objetivo fundamental desta pesquisa é demonstrar que o individualismo de mercado correlacionou com as mudanças ocorridas na estrutura da família, da primeira para a segunda fase do seu ciclo de desenvolvimento familiar.

O recorte temporal adotado nesta pesquisa (1870-1930) corresponde ao período que se estende da chegada do capitão Vicente, D. Lucinda e filhos (1ª. geração) em São José do Rio Pardo, até os últimos anos de vida do coronel Vicente Dias Jr. (2ª. geração). Observamos as mudanças ocorridas na família, da primeira para a segunda geração, entendendo esses dois momentos como fases distintas do “ciclo de desenvolvimento familiar” (COSTA, 1997, p. 6, p. 213-214). Consideramos a partilha inter vivos dos bens do capitão Vicente e D. Lucinda e a antecipação das legítimas de seus herdeiros, em 25 de julho de 1892,⁵ como o marco que separou a primeira e a segunda geração. Entendemos que, ao reservar a terça parte dos bens familiares para o sustento dele e de sua mulher, dividindo o restante entre seus herdeiros, o capitão Vicente retirava-se oficialmente da chefia da família como unidade de produção coletiva e informal (isso não significa que os filhos mais velhos não tivessem já iniciado seus negócios individuais). Na segunda geração dos Dias, nos concentramos na segunda etapa do “ciclo de vida”⁶ do coronel Vicente Dias Jr., tomando por base a sua família conjugal.

Para chegarmos aos resultados apurados, nos apoiamos nas referências bibliográficas que constam no final deste trabalho, como também em documentação variada, entre outros: periódicos rio-pardenses, como “O Rio Pardo” e “Gazeta do Rio Pardo”, inventários, escrituras públicas, contratos sociais e atas de assembléias das empresas, contratos de compra de café e, sobretudo, cartas familiares. Na transcrição de trechos de cartas familiares para citações diretas no texto, por se tratar de escrita informal, tivemos que efetuar correções (sobretudo no que se refere à pontuação) e/ou atualização ortográfica nos mesmos. Entretanto, de forma alguma, alteramos o conteúdo ou o sentido desses documentos.

O trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro, descrevemos o início da modernização brasileira, ocorrido nas primeiras décadas republicanas, cujo processo se vincularia à maior integração do País à moderna economia capitalista internacional. A agroexportação cafeeira, principal responsável pela maior inserção do Brasil no capitalismo mundial, ensejaria a formação de um complexo econômico em São Paulo. O objetivo essencial deste capítulo introdutório é descrever a formação do complexo cafeeiro paulista. No âmbito deste, o desenvolvimento de uma intensa

⁵ Escritura encontrada no arquivo do 1º. Cartório de Notas de São José do Rio Pardo, livro n. 9, p. 29 (verso) a 41 (anverso).

⁶ Conforme Costa (1997, p. 6), o ciclo de vida relaciona-se aos membros da prole, sendo dividido em duas etapas: antes e depois da emancipação.

economia de mercado proporcionaria crescentes acumulações internas, essenciais para a modernização nacional. O dinamismo dessas relações de mercado também fomentaria um crescente individualismo. Esse individualismo de mercado, por sua vez, contribuiria sobremaneira para o declínio do corporativismo da família de elite extensa, inviabilizando a sua continuidade como arranjo doméstico e unidade de produção coletiva e informal. Como decorrências desse processo, nas gerações mais novas predominariam núcleos domésticos mais simples, como a família do tipo conjugal ou nuclear.

No segundo capítulo, resumimos os argumentos de alguns autores que demonstraram a diversidade e a versatilidade da estrutura da família brasileira, como também as transformações ocorridas na família tradicional, na sua trajetória de ingresso no mundo moderno. A partir dessa base teórica, descrevemos as transformações especificamente ocorridas, na transição da primeira para a segunda geração da família Dias. Ao tratarmos da segunda geração, salientamos a grande diversificação de investimentos a partir da produção cafeeira, como também o impetuoso empreendedorismo do coronel Vicente Dias Jr. O objetivo central deste capítulo é demonstrar que as qualidades individuais de cada integrante do grupo, interagindo com o individualismo de mercado (que estimulava o espírito de concorrência e a busca intensa do sucesso pessoal), contribuíram sobremaneira para o rompimento do corporativismo familiar e para inviabilizar a continuidade do grupo como uma unidade de produção coletiva e informal. Em decorrência disso, na geração mais nova, predominaram sociedades formais (regidas por contratos, escrituras públicas, etc.), tanto entre membros da família, como com pessoas de fora dela. Portanto, a família de elite extensa e corporativa, como grupo econômico, não se coadunava com a moderna economia de mercado individualista que se desenvolvia no âmbito do complexo cafeeiro paulista. Devido, sobretudo, a essas transformações, a família conjugal, com residência e negócios independentes, se consolidaria como arranjo doméstico predominante na segunda geração da família.

No capítulo final, nos concentramos na família conjugal formada pelo coronel Vicente Dias Jr., sua mulher e filhos, ou seja, a família Rodrigues Dias, concebendo-a como apenas uma das possibilidades de arranjo doméstico, resultante das transformações ocorridas da primeira para a segunda geração da família. Nosso intento principal é salientar a individualidade e independência dessa família em relação ao restante da parentela. Nesse sentido, descrevemos alguns aspectos do cotidiano dessa típica família da burguesia cafeeira paulista e ressaltamos suas inovações, como também certas permanências herdadas de suas origens rurais.

A tese defendida neste trabalho não é mais que o resultado da interpretação que realizamos sobre o conjunto da documentação, referente à família objeto desta investigação, correlacionada à interpretação da literatura especializada na qual buscamos apoio teórico. Apesar da constante preocupação em nos manter neutros em relação aos documentos, nossa interpretação pode ter sido tendenciosa ou parcial. Entretanto, se o ponto de vista adotado neste trabalho suscitar divergências ou discussões e, principalmente, instigar novas pesquisas, nosso esforço já terá produzido frutos.

**CAPÍTULO 1 - O COMPLEXO CAFFEEIRO PAULISTA E O INÍCIO DA
MODERNIZAÇÃO NACIONAL.**

O início do processo de modernização do Brasil ocorreu entre as últimas décadas do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Esse processo se desenvolveu, em grande medida, pela maior integração do País à moderna economia capitalista mundial, principalmente através das crescentes exportações de café (GRAHAM, 1973, p. 31-58). Como afirmou o autor: “Foram as necessidades múltiplas do comércio exportador que impulsionaram as modificações no seio da sociedade tradicional” (GRAHAM, 1973, p. 33-34). Entretanto, a modernização brasileira também foi impulsionada por fatores internos. O complexo cafeeiro paulista se desenvolveu assentado numa moderna economia de mercado, que proporcionou crescentes acumulações endógenas, fundamentais para a reestruturação do País. O dinamismo dessa economia de mercado também fomentou um crescente individualismo. Acreditamos que a correlação dessas transformações mais amplas com as mudanças na estrutura das famílias da elite cafeeira, contribuiu para o declínio do caráter corporativo daquelas famílias. Dessa forma, o enfraquecimento da família de elite extensa inviabilizaria a sua continuidade como arranjo doméstico e unidade de produção coletiva e informal. Nas gerações mais novas predominariam núcleos domésticos mais simplificados, salientando-se a família do tipo conjugal ou nuclear. Portanto, neste capítulo introdutório, a descrição do complexo cafeeiro paulista é o ponto de partida para, nos capítulos seguintes, tentarmos demonstrar a incompatibilidade do coletivismo da família de elite extensa, com a moderna economia de mercado individualista que se consolidava.

1.1 O início da modernização brasileira

O Brasil começou a se aproximar do mundo moderno no período de 1850 até a Primeira Guerra Mundial. O final da Guerra do Paraguai, em 1870, assinalou o limiar de uma fase de progressivo enfraquecimento da sociedade tradicional. Depois de 1890, esse processo intensificou-se, criando condições para o estabelecimento de um Estado secularizado, uma sociedade mais urbana e diversificada, como também uma economia industrial (GRAHAM, 1973, p. 31-32).

O atraso tecnológico, a imensidão de áreas esparsamente habitadas do interior do País e os precários meios de comunicação que os ligavam com os centros mais próximos do litoral, mais desenvolvidos e povoados, o ultrapassado sistema de trabalho predominante, a ineficácia de uma burocracia cheia de vícios e favoritismos, entre outros fatores, levaram as forças reformistas a identificarem o regime imperial, como o principal obstáculo à continuidade do processo modernizador. Entretanto, o imperador não deve ser confundido

com a posição que ocupava. Pedro II era um homem bastante instruído, favorável à liberdade individual e ao progresso, como também um dos maiores conhecedores dos problemas brasileiros. Contudo, a necessidade de preservação do regime político sobrepunha-se às convicções pessoais do homem que comandava o País (GRAHAM, 1973, p. 36, 48). Sendo assim:

A Coroa era o coração da sociedade tradicional. Usando-a, Pedro II era responsável pela manutenção da estabilidade, perpetuando o império e protegendo a comunidade contra as forças da desintegração. [...] a entronização de um imperador poderoso e legítimo por direitos de dinastia foi realmente uma volta ao passado, um passo afastado da caótica transição para o modernismo (GRAHAM, 1973, p. 49).

O processo de modernização do Brasil, iniciado na segunda metade do século XIX, deveu-se em grande medida à maior integração do País à economia capitalista internacional, em rápida expansão, devido ao contínuo progresso da Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos. O estreitamento das relações do Brasil com o moderno sistema econômico mundial, foi sobremaneira estimulado pelas crescentes exportações de café. As exportações cafeeiras forneceram o combustível que impulsionou as transformações sócio-econômicas no Brasil, na metade final do século XIX (GRAHAM, 1973, p. 32, 59).

O crescente comércio exportador deu grande estímulo ao desenvolvimento econômico e urbano do País. Além disso, fez despertar uma nova era de empreendedorismo e iniciativa privada, como antes nunca havia ocorrido no Brasil. O fim do tráfico negreiro e especialmente a Abolição da Escravatura, liberaram capitais para investimentos em diversas atividades econômicas, bem como proporcionaram a expansão da economia monetária. Devido às crescentes demandas da economia exportadora, surgiram inúmeros bancos, assim como diversas empresas ligadas aos setores de transportes, seguros, serviços públicos e outros. Nesse contexto de ímpeto empresarial, salientou-se a formação de importantes companhias ferroviárias. Os trilhos espalharam-se rapidamente a partir de 1870, principalmente pelo estado de São Paulo, que se transformava no maior produtor nacional de café. As ferrovias, encurtando a distância entre as áreas produtoras e o porto exportador, incrementaram a expansão cafeeira (GRAHAM, 1973, p. 33-37). Dessa forma:

A partir de então, as grandes e modernas plantações de café acompanhavam os trilhos das estradas férreas: em alinhamento perfeito, os brilhantes pés de café perdiam-se de vista através das ondulações do terreno das fazendas, onde anteriormente desordenadas roças eram cultivadas em clareiras, na floresta virgem (GRAHAM, 1973, p. 37-38).

A prosperidade e o espírito de iniciativa, característicos da nova fase cafeeira, evidenciaram o surgimento de um novo grupo de empresários. Frutos e, ao mesmo tempo, agentes das transformações que vimos descrevendo, os novos cafeicultores, especialmente os paulistas, foram protagonistas no processo de reestruturação que ocorria no Brasil. Conforme Graham (1973, p. 38-39), esses grandes plantadores de café não eram dominados por tradições de um passado senhorial. Tinham suas propriedades, sobretudo, como meio de acumulação de capital e não com a finalidade de ostentação e notoriedade social. Segundo o autor:

Estes agricultores eram empresários agrícolas e demonstraram seu espírito inovador correndo o risco de uma cultura nova, adotando técnicas e métodos novos para o seu beneficiamento, reivindicando mão-de-obra maior e mais eficiente do que a do trabalho dos escravos e recebendo entusiasticamente as ferrovias, que muitas vezes eram por eles mesmos construídas ou financiadas (GRAHAM, 1973, p. 39).

Em suas fazendas, a aplicação de tecnologia moderna à produção, demonstrava a mentalidade inovadora e a realidade dos novos tempos: “O ‘vibrante e ruidoso movimento da maquinaria industrial’ era agora o que caracterizava as grandes fazendas, em franco contraste com o atraso técnico geral verificado antes desta época” (GRAHAM, 1973, p. 53). Daremos maior ênfase a este grupo de empresários mais adiante, pois a família Dias, objeto principal desta investigação, dele fazia parte.

O aumento do comércio exportador e a conseqüente vinda de um enorme contingente de imigrantes europeus, para suprir a demanda de mão-de-obra da empresa cafeeira, deram grande impulso ao desenvolvimento urbano e industrial. No bojo desse processo, novos grupos citadinos se despontaram. A classe média (oficiais militares, engenheiros, industriais, profissionais liberais, entre outros) também teve uma destacada participação na reestruturação do País. Os oficiais militares, sobretudo, tiveram atuação decisiva na derrubada da Monarquia brasileira, tida como o principal reduto da sociedade tradicional (GRAHAM, 1973, p. 40-41).

A expansão da economia exportadora e a maior interação do País à moderna economia internacional também deram ensejo a uma nova cultura, orientada segundo os padrões europeus. A influência européia podia ser notada, por exemplo, no vestuário, na

culinária, nos novos estilos arquitetônicos e nos melhoramentos urbanos. As novas idéias, também importadas, como o liberalismo, o positivismo, o republicanismo, foram importantes armas usadas pelos reformistas para combater a ordem estabelecida. Entretanto, o fato de ser envolvido por correntes de pensamento européias não diminuiu o valor brasileiro. Pelo contrário, reafirmou a posição que o Brasil ocupava no âmbito da civilização ocidental (GRAHAM, 1973, p. 41-47). De fato, a inserção periférica do Brasil no movimento de expansão da modernidade, não resultou numa mera dependência cultural em relação aos epicentros do mundo. Os elementos importados, ao se transferirem para o Brasil, sofreram “traduções”, ou seja, adaptações às peculiaridades nacionais (RIBEIRO 1996, p. 15-20): “Não houve, portanto, um simples consumo dos produtos teórico-culturais. [...] Cada elemento emprestado muda de sentido quando atravessa o Atlântico [...]” (RIBEIRO, 1996, p. 18).

A modernização brasileira foi também produto de fatores internos ao País, que proporcionaram aos brasileiros, condições para que realizassem as adaptações necessárias aos estímulos provindos do exterior:

Assim, simultaneamente gozaram [os brasileiros] dos benefícios de um sistema de exportação cada vez maior, enquanto controlavam parte dos lucros econômicos, isto é, capitais necessários para o desenvolvimento de outros setores de atividade. Concomitantemente, a adoção de idéias e procedimentos estrangeiros não impediu o desenvolvimento embrionário de uma consciência nacionalista, resultando então uma combinação de forças tanto externas como internas, que contribuíram conjuntamente para que o Brasil fosse lançado numa trajetória modernizadora (GRAHAM, 1973, p. 333).

A economia exportadora proporcionou a formação de um complexo econômico no estado de São Paulo, a partir da lavoura cafeeira. O desenvolvimento desse “complexo cafeeiro” viabilizou o aumento constante de acumulações internas à economia nacional. Isso demonstrou que a modernização do Brasil não se vinculou exclusivamente aos movimentos da economia internacional.

1.2 A integração do Brasil à moderna economia capitalista internacional

A dinâmica mundial do capitalismo desempenhou um papel decisivo no processo histórico brasileiro desse período. Além de sua estrutura econômica e político-social internas, as circunstâncias históricas particulares em que o Brasil se integrou ao sistema econômico mundial, tiveram um acentuado reflexo na especificidade do capitalismo que se estabeleceu no País, como também na singularidade da sua modernização (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 25-34). Já assinalamos que o comércio exportador do café ampliou sobremaneira a integração do Brasil à moderna economia capitalista internacional. Como afirmou Monbeig (1998, p. 105), reduzir a marcha para o oeste a um fenômeno local, contentar-se em explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir demasiadamente a complexidade de todo o processo. Para o autor: “Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias”. Por esses fatores, trataremos neste tópico da posição ocupada pelo Brasil no âmbito do sistema econômico internacional.

Em nível mundial, nos três últimos decênios do século XIX, o capitalismo industrial já havia se consolidado. Também nesse período, a hegemonia britânica começava a ser ofuscada pela ascensão da Alemanha e dos Estados Unidos na corrida imperialista (SINGER, 1997, P. 348). As potências centrais, que lideravam o processo de avanço tecnológico e determinavam a dinâmica da divisão internacional do trabalho, formavam suas esferas de influência. Além de ampliar ao máximo suas áreas coloniais de domínio direto, essas grandes nações buscavam expandir o seu controle sobre os mercados das economias coloniais que eram politicamente independentes, como, por exemplo, o Brasil. É no contexto destas disputas, que devemos entender a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, durante a Primeira República (SINGER, 1997, p. 352-354). Com o fracasso nos mercados do açúcar, do algodão e da borracha, o Brasil, como produtor primário, se especializou praticamente num único produto: o café. Dessa forma, a nossa integração à economia internacional era bastante modesta:

O nosso Setor de Mercado Externo compunha-se então de uma série de manchas no mapa do país, como a zona da cafeicultura comprimida no Vale do Paraíba e dele transbordando para o Oeste Paulista, as zonas açucareiras no litoral nordestino e na área de Campos, no Estado do Rio ou os seringais que pontilhavam a imensidão da floresta Amazônica. Este Setor de Mercado Externo se articulava com o exterior por meio de uma incipiente economia urbana, centrada em algumas cidades portuárias como o Rio, Santos-São Paulo, Recife e Belém, que se achavam apenas precariamente interligadas (SINGER, 1997, p. 349-350).

Superadas certas barreiras, como o escravismo, que entravava o desenvolvimento de nossas forças produtivas, e o excessivo centralismo político imperial, embora com certo atraso, a expansão capitalista atingiu também o Brasil. A Abolição e a República criaram um quadro institucional adequado para a crescente integração do Brasil à moderna economia capitalista mundial, colocando o País, aos poucos, numa posição de maior destaque na divisão internacional do trabalho e no caminho dos fluxos de capital e de força de trabalho que se deslocavam do Velho para o Novo Mundo (SINGER, 1997, p. 351-352). A essas transformações, somou-se a grande demanda externa do café, o que se refletiu num notável crescimento do nosso comércio exterior. A partir da década de 1831-1840, o café passou a ser o principal produto de nossas exportações, com 43,8 % do seu total. Na primeira década republicana (1891-1900), o café já representava 64,5% das exportações nacionais. Entre os anos de 1924-1928, o produto atingiu o ápice de sua hegemonia no comércio exterior nacional, com 72,5% do seu total, determinando uma extraordinária especialização do setor de mercado externo brasileiro (SINGER, 1997, p. 354-355).

Como visto, da divisão internacional do trabalho, imposta pelo processo de desenvolvimento das economias líderes, decorreu para os países periféricos uma divisão social do trabalho totalmente distinta da dos países centrais. Dessa forma, conforme os teóricos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o Brasil inseriu-se no modelo de desenvolvimento “para fora”, típico de economias primário-exportadoras. Para esses pensadores, a incipiente atividade industrial e o setor agrícola de subsistência eram insuficientes para dar ao mercado interno um dinamismo próprio. Assim, o desenvolvimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, no nosso caso, sobretudo o café. Daí, o setor exportador representar o centro dinâmico de toda a economia (TAVARES, 1977, p. 29-32). O modelo de desenvolvimento “para fora” tinha as exportações como variável exógena, responsável pela geração e crescimento de uma importante parcela da renda nacional, e as importações como fonte de suprimento dos vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte considerável da demanda interna. Outra característica deste modelo é que a alta concentração dos meios de produção e do capital, no setor exportador, propiciaria uma distribuição de renda extremamente desigual. Por um lado, o grosso da população auferiria níveis de renda muito baixos, o que inviabilizaria a formação de um mercado interno significativo. Por outro lado, as classes de altas rendas apresentariam padrões de consumo similares aos dos grandes centros europeus, grande parte atendidos por importações (TAVARES, 1977, p. 29-32).

Na opinião de J. M. C. de Mello, entretanto, a teoria cepalina de “dependência externa” é insuficiente para explicar a real situação do Brasil, no contexto do sistema econômico internacional. Esta, segundo o autor, se baseia na concepção de desenvolvimento desigual da economia capitalista mundial e se expressa na simples relação centro/periferia. Nessa concepção, a propagação desigual do progresso técnico (tido como a essência do desenvolvimento econômico) se traduziria numa determinada conformação da estrutura econômica mundial, caracterizada por certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o Centro, composto pelo conjunto dos países industrializados; de outro, a Periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários aos países centrais. Portanto, o traço fundamental das economias periféricas seria o seu caráter primário-exportador. Dessa forma, as economias periféricas seriam comandadas por decisões tomadas no Centro, porque a sua dinâmica estaria presa, em última instância, à demanda externa. As economias periféricas, então, seriam mero prolongamento das economias centrais e não se poderiam considerar como economias nacionais. Além disso, na medida em que continuassem a crescer “para fora”, estas economias continuariam condenadas ao fracasso, pois qualquer esforço que fizessem para superá-lo seria frustrado. Em suma, as economias periféricas, enquanto exportadoras de produtos primários, não comandariam o seu próprio crescimento, que, ao contrário, dependeriam do vigor da demanda cêntrica (MELLO, J. M. C., 1986, p. 13-23).

J. M. C. de Mello (1986, p. 105-106) não negou a posição subordinada da economia brasileira em relação às economias capitalistas dominantes. Segundo o autor: “O grosso da acumulação do complexo exportador cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional.” Entretanto, objetivando demonstrar as limitações da teoria cepalina, o autor advogou que o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro criou condições para acumulações internas na economia nacional:

De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações (MELLO, J. M. C., 1986, p. 109).

Portanto, conforme J. M. C. de Mello, o desenvolvimento do complexo cafeeiro, apesar de sua acentuada dependência em relação ao mercado internacional, proporcionou um

movimento endógeno de acumulação, no qual se reproduziriam, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital responsável pela diversificação econômica, e, sobretudo, pelo desenvolvimento da indústria nacional. Para o autor, é preciso reconhecer as diferenças entre o desenvolvimento capitalista dos países centrais e o desenvolvimento do capitalismo das economias periféricas. O desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países periféricos, como na América Latina, seria um desenvolvimento específico porque realizado numa “situação periférica nacional” (MELLO, J. M. C., 1986, p. 25-27).

Embora privilegiem uma fase mais recente da história brasileira, as reflexões de Cardoso; Faletto (1973), que muito influenciaram o pensamento de J. M. C. de Mello, ajudaram a explicar a condição do Brasil no contexto do sistema econômico internacional, no período em pauta. Os autores salientaram a especificidade do modo capitalista de produção estabelecido na América Latina, ou seja, em formações sociais que têm na dependência externa o seu traço histórico peculiar (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 139). Demonstrando a insuficiência explicativa do conceito de subdesenvolvimento, usualmente empregado, que dá ênfase ao ponto de vista econômico, Cardoso; Faletto apontaram a necessidade do reconhecimento da “historicidade da situação de subdesenvolvimento”. Para eles, mais que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas, é preciso que se analise a situação histórica particular em que as economias subdesenvolvidas vincularam-se ao mercado internacional, como também a forma como se constituíram os grupos sociais internos que definiram as relações orientadas para o exterior, que o subdesenvolvimento supõe. Dessa forma, os autores ressaltaram a interação de fatores internos e externos no processo de desenvolvimento dos países latino-americanos e propuseram a idéia de “subdesenvolvimento nacional”. Cardoso e Faletto rejeitaram a suposição de que o processo de desenvolvimento dos países periféricos deve repetir as mesmas fases evolutivas das economias centrais. Para eles, uma análise integrada do processo de desenvolvimento nacional dos países subdesenvolvidos, deve considerar a vinculação econômica destes aos centros hegemônicos externos, assim como as vinculações econômicas e político-sociais que se dão no âmbito de cada nação (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 25-34). Portanto: “A situação de ‘subdesenvolvimento nacional’ supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de ‘interesses nacionais’” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 30). Segundo ainda esses pensadores, é através da ação dos grupos, classes, organizações dos países dependentes que seus vínculos com as nações desenvolvidas se perpetuam, se transformam ou se rompem: “Existe, portanto, uma dinâmica interna própria que dá

inteligibilidade ao ‘curso dos acontecimentos’ [...]” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 140-141).

Semelhante às idéias de J. M. C. de Mello e de Cardoso; Faletto, Braudel expôs o funcionamento do modelo de economia-mundo, como forma de análise do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial. O autor concebeu uma economia-mundo como um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a níveis diferentes. No seu âmbito, coexistiriam três “áreas”: um centro, para o qual as outras zonas convergiriam; regiões secundárias bastante desenvolvidas e, finalmente, enormes margens exteriores. Nesse esquema: “[...] obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para outra” (BRAUDEL, 1996, p. 29). Dessa forma, para o pensador, centro, semiperiferia e periferia, possuiriam relações sociais de produção distintas e, portanto, constituiriam modos de produção específicos. Como afirmou o mesmo: “Com efeito, esses diferentes modos de produção estão amarrados uns aos outros. Os mais avançados dependem dos mais atrasados e vice-versa: o desenvolvimento é a outra face do subdesenvolvimento (BRAUDEL, 1996, p. 58). Isso nos leva a indagar sobre a possibilidade de se manter a idéia de “dependência” ou de substituí-la pela de “interdependência” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 142).

A tese de J. M. C. de Mello parece estar mais próxima da real situação do Brasil, no contexto do sistema econômico internacional daquela época. O autor, em suma, defendeu que nos países latino-americanos ocorreu a formação e o desenvolvimento de um “certo” capitalismo, cuja dinâmica seria determinada, em primeira instância, por fatores internos e, em última instância, por fatores externos (MELLO, J. M. C., 1986, p. 26-27). Talvez fosse apropriado o emprego da idéia de “desenvolvimento dependente”, pois ela supera a oposição tradicional entre os termos “desenvolvimento” e “dependência”, permitindo-se incrementar o desenvolvimento mesmo com a permanência de laços de dependência, redefinindo estes últimos (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 141).

É preciso salientar ainda, que as duas principais perspectivas sobre o desenvolvimento e a posição do Brasil no âmbito da economia internacional, abordadas até aqui (CEPAL e J. M. C. de Mello), apesar de suas divergências, são concordantes quanto ao fato de que foi por força da expansão cafeeira, que, realmente, o modo de produção capitalista se tornou dominante no Brasil.

1.3 O complexo cafeeiro paulista

Neste tópico, descreveremos mais detidamente a formação e o funcionamento do complexo econômico de São Paulo, que se originou da produção cafeeira. Ou seja, tentaremos mostrar como o capital cafeeiro produtivo migrou e incrementou outras atividades econômicas, integradas entre si. Como já apontamos sumariamente, o complexo cafeeiro paulista propiciou acumulações internas à economia nacional, demonstrando que o desenvolvimento econômico e a modernização do País não se deveram exclusivamente a estímulos externos. Além disso, foi no âmbito desse complexo econômico que nasceu e se desenvolveu São José do Rio Pardo, localidade onde os Dias iniciaram suas atividades capitalistas. Entretanto, a razão fundamental de descrevermos o complexo cafeeiro paulista é que foi no interior dele que se desenvolveu uma dinâmica economia de mercado, que estimulava o espírito de concorrência e a busca do sucesso pessoal, ou seja, o individualismo. Nossa tese é que foi o individualismo apreendido no mercado, sobretudo, que impossibilitou a família Dias de se manter como uma unidade de produção coletiva e informal. Por conseguinte, na segunda geração, embora permanecessem os laços de parentesco, prevaleceram as famílias conjugais, com domicílio e negócios independentes do restante da parentela. Em suma, o corporativismo econômico da família de elite extensa se mostrou incompatível com a moderna economia de mercado individualista, que era o eixo dinâmico daquele complexo econômico. Por esse motivo, passamos a descrevê-lo.

É bem conhecido o itinerário do café, cujas plantações começaram nas partes montanhosas do estado do Rio de Janeiro, mais ou menos pela terceira década do século XIX. Atingindo o vale do Paraíba do Sul, penetrou assim em terras paulistas. Na segunda metade do mesmo século, adentrou-se pelo interior do estado de São Paulo, intensificando-se o seu movimento de expansão por volta de 1870-1880, quando alcançou os planaltos ocidentais (MONBEIG, 1998, p. 23). Foram muitos os fatores que favoreceram a expansão cafeeira pelo chamado “oeste paulista”, dentre outros: o crescimento do comércio internacional, a partir da segunda metade do século XIX; a crescente demanda externa do café no mesmo período; o grande fluxo de empréstimos e investimentos estrangeiros no País; as condições de solo e clima apropriadas; os modernos equipamentos e máquinas utilizados no beneficiamento do café; um sistema ferroviário bem organizado; a implantação do trabalho livre e a vinda de grande contingente de trabalhadores europeus; as baixas cambiais ocasionais, que aumentavam a renda das exportações em moeda nacional; também a descentralização política republicana, a partir de 1889, que permitiu à elite cafeeira ocupar os principais postos da

cúpula administrativa de São Paulo, transformando o governo estadual em sua principal base de apoio. Entretanto, três deles merecem uma discussão mais bem elaborada, pois ampliaram sobremaneira a capacidade de acumulação do complexo cafeeiro paulista, transformando-o no sistema econômico de relações capitalistas de produção mais avançadas do País. São eles: a mecanização do processo de beneficiamento do café, a expansão do sistema ferroviário e a implantação do trabalho livre.

Segundo Cano (1977, p. 32), a produtividade cafeeira teve um impulso ainda maior, com os grandes progressos técnicos ocorridos nos equipamentos dos fazendeiros. Esse processo se desenvolveu com a utilização de máquinas, que já eram fabricadas em São Paulo desde a década de 1870. O uso de despoldadores, descascadores, ventiladores, separadores/classificadores, modificadores de tipos de café, entre outros, representou uma significativa redução dos custos de produção, além de elevar a qualidade do produto. O autor estimou que por volta de 1870 (quando as máquinas ainda eram um tanto incipientes), os custos foram reduzidos numa proporção de cerca de 10% dos preços de exportação do café. Nos anos da década de 1880, a introdução de novos equipamentos e a considerável melhoria da qualidade e apresentação dos grãos, resultaram num aumento na média de 33% do preço recebido pelo produto.

Graham (1973, p. 53) descreveu a modernização da lavoura cafeeira destacando a substituição dos carros de bois pelas estradas de ferro, que conduziam o café até o centro das grandes fazendas. Algumas delas chegavam a possuir dezenas de quilômetros de ferrovia particular dentro de seus limites. O autor assim descreveu o processo de beneficiamento do café:

A colheita convertia uma grande fazenda em uma 'colméia de trabalho': o café era inicialmente passado por uma despoldadora e então fermentado em tanques para remover a sacarina. Depois de secos em terreiros, onde eram constantemente revolvidos durante semanas, os grãos de café eram sucessivamente colocados num purificador, numa bateadeira e numa máquina polidora. Os grãos estavam então prontos para serem ensacados e embarcados. Numa fazenda bem organizada, 500 sacos poderiam ser preparados a cada 12 horas.

A função do engenho de café das fazendas era dar forma comercial ao produto. Esmagava os grãos, retirava-lhes a polpa e livrava-os de todos os detritos estranhos, através de sucessivas ventilações. Além disso, separava os grãos de tipos inferiores, melhorando sobremaneira a qualidade do produto e, assim, desfazendo aos poucos a má reputação antiga dos cafés brasileiros. Na década de 1880, o maquinário de um bom engenho beneficiador contava com os seguintes aparelhos: um primeiro ventilador, um descascador, um segundo

ventilador e um separador dos diversos tipos. Graças às grandes fábricas como Lidgerwood, Hargreaves, Van Erven, Mac Hardy: “[...] podiam os fazendeiros sem maior mão de obra do que a de um maquinista, preparar cem e duzentas sacas diariamente” (TAUNAY, 1939, v. 7, p. 238-239; v. 9, p. 26, atualização ortográfica nossa).

Esta revolução no maquinário brasileiro do café deveu-se principalmente à iniciativa de William van Vleck Lidgerwood. Seus descascadores, por exemplo, de força de 4 cavalos, acompanhados de ventilador e separador, descascavam e aprontavam 250 arrobas em 10 horas. Separando os diferentes grãos, estes aparelhos permitiam a produção de diversos lotes numa mesma safra. Expedidos para o mercado separadamente, os diferentes tipos de café proporcionavam também preços diferentes (TAUNAY, 1939, v. 7, p. 230-237).

Numa época em que não faltavam solos virgens, o fazendeiro tinha cuidados mais de industrial e negociante, do que de agricultor (MONBEIG, 1998, p. 99). O autor tratou da seguinte forma o processo de mecanização e suas vantagens:

Triunfo do metal e do vapor sobre a água e a madeira. As novas máquinas custavam mais caro, porém o fazendeiro facilmente se habituava a elas. [...] Era mais fácil vender, e por um preço melhor, a sua produção. Efetivamente, podiam os intermediários e exportadores negociar, com mais segurança, as diferentes qualidades do café, automaticamente classificadas. Recebiam eles uma mercadoria perfeitamente seca e que não corria mais o risco de estragar-se, durante o transporte. Assim, os cafés tratados pelo secadouro Taunay-Silva Teles alcançavam preços de um terço a mais que os outros tipos. Igualmente os grãos passados pelas máquinas Lidgerwood, o chamado “café de máquina”, tinham curso mais alto. As despesas com a modernização eram compensadas pela valorização decorrente da melhoria técnica (MONBEIG, 1998, p. 100-101).

Os Dias também estavam inseridos nesse processo de mecanização da lavoura. Por exemplo, em São José do Rio Pardo, no dia 6 de março de 1899, começou a funcionar a máquina de separação de arroz, instalada na fazenda Grama, de Alípio Dias. A máquina fora inventada por um de seus colonos, chamado Sr. Marchesi. A matéria do periódico local passou a seguinte impressão: “A nova máquina produziu excelente resultado, recebendo o arroz tal como é colhido na roça e preparando um carro do produto em cinco minutos, para ser levado ao ventilador e descascador.” Como de costume, essa novidade atraiu a atenção de muitas autoridades locais, como o juiz de Direito, o vigário da paróquia, o então senador estadual Antonio Candido Rodrigues (sogro do coronel Vicente Dias Jr.), vereadores e muitos membros da família Dias, que na ocasião estavam presentes (INAUGURAÇÃO, 1899, p. 2, atualização ortográfica nossa).

Quase dez anos depois, na fazenda Bel Monte, de Elisiario Dias, no dia 21 de julho de 1908, realizou-se uma verdadeira “festa”, comemorativa à instalação de um motor elétrico

destinado a movimentar a máquina de beneficiar café e outros aparelhos. Também nesta oportunidade, estavam presentes diversas autoridades, membros da elite local e da própria família Dias. Dessa matéria jornalística retiramos uma extensa citação, pois ela nos fornece uma boa descrição de uma das fazendas de Elisiario Dias, assim como uma profícua perspectiva do espírito modernizador, típico dos cafeicultores capitalistas do “Oeste Paulista”. Um trecho do texto nos informa:

Ao meio dia começou a funcionar o motor elétrico, de força de 20 cavalos, cuja energia é fornecida pela poderosa usina da “Empresa Luz e Força Santa Alice”, de propriedade do nosso amigo, Cel. Vicente Dias Junior. Por enquanto, o motor está adaptado à máquina de beneficiar café, passando mais tarde a impulsionar as máquinas de bater e limpar arroz, e de preparar forragens (FESTA..., 1908, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Sobre a organização da fazenda, a matéria descreveu:

Cerca da casa de moradia, agrupam-se diversos compartimentos e dependências rurais: casa de máquinas e tulha de café, engenho de serra, estábulos para vacas leiteiras, cocheiras, silos de arroz e de forragens, terreiros de café asfaltados, pomar bem cuidado, fábrica de polvilho, provida de bons maquinismos modernos, sendo considerado de superior qualidade o amido ali preparado.

[...]

Uma fazenda como a de Bel Monte, montada com os engenhosos mecanismos que funcionam com perfeito ritmo e produzem com o mínimo esforço o máximo do trabalho, com brevidade de tempo e suavidade de forças, deve reputar-se modelo, é um ginásio onde a coletividade dos lavradores muito tem que observar, colhendo instrução, animando-se a tirar-se às grandes empresas modernas, tomando o rumo único que pode libertá-la e salvar nossos patrícios da concorrência das raças progressistas, que não cochilam e se recorrem do que é moderno e grande.

[...]

As vantagens das máquinas sobre o braço humano são enormes. Não é preciso ir buscar provas, senão na fazenda Bel Monte, onde não é exclusiva a cultura de café [com cerca de 300.000 cafeeiros], mas cultivam-se ainda arroz, mandioca, cana e está em ensaios a cultura do trigo [...].

[...] devemos ainda acrescentar que a encantadora fazenda é abastecida de água canalizada, é iluminada à luz elétrica e ligada a esta cidade por uma linha telefônica (FESTA..., 1908, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Com relação às vantagens da mecanização da lavoura, o articulista destacou:

As máquinas a que vimos de referir, bem como os instrumentos empregados nos trabalhos agrícolas, são de molde a fomentar a riqueza do agricultor, já pela facilidade de seu manejo, já pela economia que deriva de seu emprego [...].

[...]

Ainda que a aquisição dos apetrechos agrícolas atualmente seja de elevado custo, a compensação não será demorada, o déficit aberto com as despesas não terá grande prolongação, pois os lucros a auferir serão prontos, de maior importância e mais estáveis para os fazendeiros (FESTA..., 1908, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Contudo, todo esse progresso deve ser observado com certa reserva, pois havia grandes contrastes na lavoura cafeeira do período:

Nela permanecia a simbiose curiosa da Idade Média mais longínqua e dos tempos supermodernos. O enxadão velho trabalhava em boa harmonia ao lado das máquinas de beneficiamento de café, munidas de todos os aperfeiçoamentos da indústria. Nas fazendas do Brasil viam-se, por vezes, pacificamente reunidos, um carro de boi como que pré-histórico e semeadores americanos para o milho (TAUNAY, 1941, v. 10, p. 404, atualização ortográfica nossa).

A alta produtividade das terras paulistas, ampliada pelo beneficiamento mecanizado do café, aumentou consideravelmente as margens de lucro. A continuidade da acumulação exigia, cada vez mais, a ocupação de novas terras para novos plantios. Contudo, à medida que a fronteira agrícola mais se expandia rumo ao interior, se interpunha um obstáculo natural a essa acumulação, representado pelos altos custos do transporte do produto, entre as zonas produtoras e o porto de embarque (CANO, 1977, p. 33). Em 1860, era opinião corrente que plantar café além de Rio Claro (a cerca de 40 léguas de Santos) era absurdo. O frete de 2000 réis por arroba, cobrado pelos tropeiros era proibitivo, pois o preço pago em Santos pelo mesmo peso do produto era de 4.400 réis em média. Ou seja, quase a metade do preço de venda (TAUNAY, 1939, v. 9, p. 19; 1943, v. 15, p. 322). A superação desse empecilho seria viabilizada pela implantação do sistema ferroviário. As ferrovias contribuíram para a ampliação da acumulação cafeeira, sobretudo por duas vias. Primeiro, desbravando a fronteira agrícola e tornando economicamente viáveis terras ainda intocadas do oeste paulista. Segundo, reduzindo os custos de produção, diminuindo os gastos com transporte, anteriormente feito por tropas muares. Com a ferrovia, houve uma diminuição dos custos cafeeiros, em média, em torno de 20% dos preços de exportação (CANO, 1977, p. 33-34).

Dessa forma, as ferrovias se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro paulista. Conforme ainda Cano (1977, p. 34): “Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo os custos, resultavam, assim, em forte ampliação das margens de lucros.”

Os Dias não ficaram alheios ante as vantagens do transporte ferroviário. O capitão Vicente Alves de Araújo Dias (patriarca da família) figurou entre os principais acionistas da Cia. Ramal Férreo do Rio Pardo, que ligava as linhas da Mogiana, de Casa Branca a São José do Rio Pardo (MISSURA, 2003, p. 68).

Se a mecanização da lavoura e o sistema ferroviário ampliaram de maneira notável a produção do café, em quantidade e qualidade, concomitante a este processo, outro fator, a

crescente demanda de mão de obra, se fazia cada vez mais premente para a continuidade do processo de acumulação. Como demonstrou J. M C. de Mello (1986, p. 83-88), a manutenção do escravismo representava um forte entrave á acumulação. Partilhando dessa opinião, segundo Sérgio Silva, a “abolição progressiva” não implicava numa “introdução progressiva” do trabalho assalariado. Assim, a não implantação do trabalho remunerado retardava o desenvolvimento do capitalismo: “Desse modo, ao defender as antigas formas da sua dominação – formas que lhe garantiram uma acumulação primitiva necessária – as classes dominantes retardavam a própria acumulação” (SILVA, 1976, p. 47).

Com a interdição do abastecimento externo de mão de obra escrava, a partir de 1850, e diante do insuficiente fornecimento de cativos pelo tráfico interno, os “pioneiros” do café voltaram-se pouco a pouco para o trabalho livre, com o emprego massivo de imigrantes europeus. Até a Abolição, em 1888, coexistiam nas lavouras cafeeiras paulistas e, muitas vezes, numa mesma fazenda, diferentes sistemas de emprego e de remuneração da mão de obra. Concomitante ao escravismo havia o sistema de parceria (que permitia ao parceiro o plantio de alimentos, intercalado ou não, estabelecendo a divisão entre o proprietário e o parceiro, dos lucros obtidos tanto no café como na venda dos produtos agrícolas produzidos pelo parceiro); o colonato (que compreendia o pagamento de um salário fixo pelo trato de um número determinado de cafeeiros e um salário variável pela colheita do café, além do direito de plantio e criação de animais dentro da propriedade); além, é claro, do sistema de salário fixo (CANO, 1977, p. 38-39).

O estudo realizado em fazendas paulistas, em 1884, pelo biólogo Luiz Couty, comparou o rendimento entre fazendas de escravos e fazendas colonizadas, demonstrando uma série de vantagens resultantes da substituição dos escravos por trabalhadores livres (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 129-135). Com relação à redução do custo de produção, uma saca de café pronta para ser despachada (somados os gastos de cultura, colheita e secagem), quando preparada por colonos custava ao fazendeiro entre 7.200 e 9.800 réis. Provinda do suor escravo e avaliada em dias de trabalho, a mesma saca custaria 15.000 réis. Portanto, quase o dobro do preço do produto fornecido pelos colonos (TAUNAY, 1939, v.8, p. 130). Quanto à maior produtividade dos cafeeiros tratados por colonos, nas melhores fazendas de cativos de São Paulo, a média de produção por mil pés de café oscilava entre 40 e 80 arrobas (média de 60). Nas propriedades que empregavam o trabalho livre verificou-se, por exemplo, em Jundiaí, uma média de 80 arrobas por mil árvores. Em Campinas, a média apurada fora de 98 arrobas por mil cafeeiros e na fazenda Ibicaba, em Limeira, verificou-se a média de 110 arrobas por milheiro de rubiáceas (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 131). Além de maior quantidade,

o café produzido por colonos apresentava também qualidade superior. A melhor qualidade se devia a uma frutificação mais homogênea e, sobretudo à colheita mais rápida. A homogeneização do produto colhido resultava do melhor trato do cafezal. Os talhões⁷ dos colonos apresentavam-se mais bem cuidados, os cafeeiros mais verdejantes e melhor tratados, o solo mais freqüentemente carpido e o mato do cafezal reduzido ao mínimo. Quando o café amadurecia, toda a família (homens, mulheres e crianças) corria para o cafezal. Como era bem mais assíduo, em um mês e meio, quando muito em dois meses, o europeu apanhava todo o seu café. Quando os colonos terminavam, as fazendas de escravos mal tinham começado a colher. (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 132-133).

Deve-se lembrar também que o trabalho livre liberava uma grande quantidade de capital, antes imobilizada na propriedade cativa, que poderia ser invertida na expansão das plantações ou ainda em outras atividades. Além disso, durante as crises de preços, o aviltamento salarial era uma importante alternativa para se comprimir os custos de produção e, por conseguinte, para a defesa das margens de lucros. Em São José do Rio Pardo, por exemplo, devido à queda dos preços do café como efeito da dura crise que se iniciara em 1897, o Clube dos Lavradores, em reunião do dia 15 de agosto de 1899, presidida por Alípio Dias, decidiu:

Convieram os sócios em não pagar por cada carpa de um alqueire de terreno, plantado em café ou outro ramo agrícola, mais do que 40\$000 no máximo; as diárias dos trabalhadores sofrerão um abatimento de 500 réis; e as mensalidades dos trabalhadores de turma, terão um abatimento de 20%, dos preços atuais (CLUB..., 1899b, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Em seguida, a diretoria da Associação convidou todos os fazendeiros, mesmo os que não fizessem parte dela, a respeitarem a resolução: “[...] visto como ela visa o bem geral da classe.” Além disso, lembrou as multas (20\$000 por cada infração cometida) que seriam cobradas dos infratores (CLUB..., 1899b, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Wilson Cano resumiu da seguinte maneira as principais vantagens que o trabalho livre possibilitava ao complexo cafeeiro:

⁷ Ruas ou fileiras de pés em que o cafezal era dividido.

A diminuição dos custos de produção cafeeira e o aumento de sua produtividade permitindo um uso mais intenso e extenso de equipamentos agrícolas;
 A cessão de terras para o plantio, [...] permitiu um aumento da renda em espécie (e também da monetária, quando existissem mercados para os excedentes agrícolas) dos colonos e implicou na diversificação agrícola do complexo;
 O regime de salário permitiu, ainda, o surgimento de uma ampla camada social com poder aquisitivo capaz de dilatar o mercado para bens de consumo corrente, ampliando, dessa forma, as oportunidades internas de inversão no complexo;
 Proporcionou também o alargamento da disponibilidade de mão de obra para a expansão urbano-industrial [...] (CANO, 1977, p. 50).

As circunstâncias até aqui descritas permitiram, já na década de 1880, a consolidação da supremacia cafeeira de São Paulo no âmbito da produção nacional. No último decênio do século XIX, por exemplo, o número de cafeeiros passou de 200 milhões, em 1890, para 526 milhões, em 1901. A produção triplicou, passando, no mesmo período, de 2,9 para 8,9 milhões de sacas (KUGELMAS, 1986, p. 106). Em relação ao total da produção nacional, a produção cafeeira paulista, até o início da década de 1870, representava apenas 16%. A partir de então, ela ingressou num período de rápida expansão, perfazendo, em 1875, 25% da produção brasileira. Em 1885, essa proporção já atingia 40% e, na abertura do novo século, a participação de São Paulo no total da produção do País passava de 60% (CANO, 1977, p. 31, 43). Observamos a seguir, na tabela 1, que essa tendência se manteve até 1930.

Tabela 1 – Produção cafeeira paulista em relação à nacional (1901-1930)

Anos	Produção exportável de café (milhões de sacas por quinquênio)		Participação de São Paulo no total da produção nacional (%)	São Paulo: estoque médio de cafeeiros em produção (milhões)
	Brasil	São Paulo		
1901 - 05	64,9	41,3	63,6	653
1906 - 10	73,1	50,7	69,4	695
1911 - 15	68,0	47,9	70,4	715
1916 - 20	66,0	45,1	68,3	813
1921 - 25	72,6	45,0	62,0	903
1926 - 30	99,4	66,0	66,4	1.095

Fonte: CANO, 1977, p. 46.

Na tabela 2, abaixo, observamos o rápido crescimento da produção cafeeira de São Paulo em relação à do mundo. Em meio século (1850-1900), a porcentagem paulista em relação à mundial aumentou mais de treze vezes.

Tabela 2 – Crescimento da produção cafeeira paulista em relação à mundial (sacas)

Decênio	Produção paulista	Produção mundial	% da produção paulista em relação à mundial
1850 – 60	1.400.000	50.000.000	2.80%
1860 – 70	3.400.000	60.000.000	5.66%
1870 – 80	6.700.000	75.000.000	8.93%
1880 – 90	18.000.000	100.000.000	18.00%
1890 – 00	48.000.000	128.000.000	37.50%

Fonte: TAUNAY, 1939, v.9, p.371

Monbeig também nos deu uma visão do rápido crescimento da produção cafeeira paulista (tabela 3):

Tabela 3 - Produção cafeeira paulista (sacas de 60 Kg)

Ano	Total
1836	147.034
1854	883.564
1870	1.043.112
1901 - 02	7.988.000
1906	15.000.000
1927 - 28	17.982.000

Fonte: MONBEIG, 1998, p. 24.

Wilson Cano lembrou que a expansão cafeeira inicial do oeste paulista, teve sua gênese em capitais gerados anteriormente na atividade açucareira local, em transferências de capitais de antigas zonas cafeeiras (Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Minas Gerais) e ainda, possivelmente, em capitais acumulados em atividades comerciais previamente desenvolvidas em São Paulo e em outras regiões. À medida que os plantios se sucediam, o capital neles investidos e reproduzidos, ou seja, o capital cafeeiro, passava efetivamente a conduzir e dominar o processo de acumulação do Complexo. Parte dessa acumulação seria invertida, pelos próprios fazendeiros, em outras atividades necessárias à própria expansão das plantações, como as ferrovias. Esse processo faria com que o motor da acumulação ganhasse um grande aumento em sua potência, ampliando o excedente. Para o autor, mesmo durante as épocas de baixa dos preços, considerando-se a quase paralisação do plantio nessas fases, o café liberava recursos para a diversificação de investimentos. A queda nas taxas de lucro seria compensada, em parte, pela maior produtividade física do grande número de cafeeiros jovens (crise de 1897-1910), pelo aviltamento dos salários dos colonos e outros trabalhadores, e ainda, em algumas ocasiões, pelas depreciações cambiais. Dessa forma, apreendemos do pensamento do autor, que, paradoxalmente, as próprias crises de superprodução e a

conseqüente redução das inversões em novos plantios,⁸ estimularam o investimento do capital cafeeiro excedente em outras atividades (CANO, 1977, p. 85). Partilhando desse pensamento, Monbeig afirmou que: “Nascido no momento em que se instalava a economia capitalista, o movimento de conquista dos planaltos ocidentais não cessou, pois, de progredir, a despeito das crises inerentes ao sistema e até mesmo por causa dessas crises” (MONBEIG, 1998, p. 118-119).

É lícito presumir, portanto, que parte dos lucros obtidos pelos fazendeiros tinha outro destino mais rentável, na forma de inversões no comércio, em ferrovias, bancos, indústrias, etc. Dessa forma, o capital que anteriormente poderia ser chamado de “cafeeiro”, passava a adquirir outras denominações: “comercial”, “bancário”, “industrial”, etc. Cano acredita que a origem do capital cafeeiro foi mascarada, por exemplo, pela forma com que a intermediação financeira (bancos, comissários, etc.) se apropriou de grande parte deste capital, ou mesmo pela própria transferência de capital cafeeiro, investido diretamente pelo fazendeiro (ou via relações familiares) em atividades urbanas e que, muitas vezes, o transformou em banqueiro, industrial, comerciante, importador, etc. Isso podia acontecer mesmo quando o fazendeiro não havia abandonado por definitivo sua condição anterior de capitalista rural (CANO, 1977, p. 85-87). Em suma, para o autor: “[...] os capitais industrial, financeiro e comercial são eles próprios, fundamentalmente, **faces** do capital cafeeiro” (CANO, 1977, p. 86, grifo nosso).

Silva (1976), J. M. C. de Mello (1986), Saes (1986), na mesma linha de pensamento de Cano (1977), têm basicamente a mesma concepção acerca do capital cafeeiro. Para Silva, por exemplo, o capital cafeeiro possuía diversos aspectos, apresentando simultaneamente características do capital agrário, do capital comercial, do capital bancário e do capital industrial. Esses diferentes aspectos corresponderiam a diferentes **funções** do capital cafeeiro e não se constituiriam em capitais diferentes ou frações de classe particulares, pois:

Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos *diretamente*) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções (SILVA, 1976, p. 60, grifo do autor).

Segundo ainda Silva, as relações entre as diferentes funções do capital cafeeiro conduziram à divisão da burguesia cafeeira em duas camadas bem definidas: os grandes capitais, a camada superior da burguesia cafeeira, constituída fundamentalmente por uma

⁸ É importante lembrar que a formação do cafezal imobiliza recursos durante cinco anos, com retorno praticamente nulo nesse período.

burguesia comercial; e os médios capitais, a camada inferior da burguesia cafeeira, constituída, sobretudo, por uma burguesia agrária (uma simples classe de proprietários de terras). No entanto, o autor insistiu na premissa de que o capital comercial e o capital agrário não se constituíam em frações autônomas, o capital cafeeiro representaria a unidade dos dois capitais, sob a dominação do primeiro (SILVA, 1976, p. 60-61). Em suma, o capital cafeeiro seria monolítico (um único capital), personificado por um grupo de grandes fazendeiros que também eram comerciantes, banqueiros, industriais, etc.

O capital cafeeiro e os empresários que o personificaram foram os principais fomentadores do desenvolvimento econômico e da modernização de São Paulo:

[...] se as funções estão sintetizadas e não separadas neste capital, não é de se estranhar que seja ele quem vai comandar as transformações que tiveram palco na economia paulista a partir de 1870. Os empreendedores, personificação deste capital, serão os diretores das companhias de estrada de ferro, dos bancos, das companhias de serviço público e estarão à frente do movimento imigrantista (MELLO, Z. M. C, 1985, p. 143, grifo da autora).

Ainda conforme Silva (1976, p. 61-62), o capital cafeeiro era um capital predominantemente comercial. Isso se devia, em primeiro lugar, ao ainda fraco desenvolvimento das relações de produção capitalistas da economia brasileira. Em segundo lugar, a preponderância do capital comercial seria explicada pela posição ocupada pelo Brasil no âmbito da economia mundial. Devido ao fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, o Brasil se encontrava, na divisão internacional do trabalho, como um mero exportador de produtos primários. A conseqüente dependência em relação ao mercado internacional reforçava o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral. Noutras palavras, o comércio da produção agrícola brasileira, no mercado externo, era o centro dinâmico da acumulação capitalista nacional. Daí o predomínio do caráter mercantil do capital cafeeiro.

J. M. C. de Mello (1986, p. 104-105) explicou a reprodução do capital cafeeiro em seu conjunto, dando-nos uma visão da crescente complexidade e diversificação econômica desse capital. Para o autor, o processo de produção da agricultura cafeeira incorreria em determinados custos (pagamentos de salários, custos comercial-financeiros, transportes e impostos). Parcela destes custos seria, ao mesmo tempo, renda de outros setores, como os comercial-financeiros e de transporte. Esta renda, por sua vez, se transformaria em depreciação do capital fixo (instalações ferroviárias, portuárias, edifícios comerciais, etc.), custos de insumos (combustíveis, etc.), salários, impostos e lucros. Portanto, segundo o autor,

seria: “[...] no plano dos ‘efeitos de encadeamento’ dentro do complexo exportador [...]”, que ocorreria o crescimento econômico e a diversificação de atividades, tendo-se por base o capital cafeeiro produtivo.

O que J. M. C. de Mello chamou de “efeitos de encadeamento”, Kugelmas (1986, p. 22), ao que parece, denominou: “[...] ‘círculo virtuoso’ favorável ao desenvolvimento econômico, à diversificação de atividades em torno ao eixo básico do café e à consolidação da elite que comandava este processo.”

A reprodução do capital cafeeiro e a conseqüente diversificação econômica, por ele ocasionada, ensejariam a formação de um complexo econômico em São Paulo. Conforme Cano (1977, p. 17-18), a idéia de “complexo” permite uma análise mais integrada da dinâmica de uma economia regional. Assim, nos basearemos neste autor para uma definição de complexo econômico e para uma descrição de seu funcionamento.

Conforme Wilson Cano, para se compreender a dinâmica de crescimento de uma economia, é fundamental que se analisem as principais partes que a compõem, como cada uma dessas partes atua no referido processo de crescimento e como a inter-relação entre elas possibilita o surgimento de um conjunto econômico integrado. Segundo o autor: “A esse conjunto de atividades – sobre o qual atua certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que se lhe pode chamar de ‘complexo econômico’” (CANO, 1977, p. 17). Com base em Cano, elaboramos uma definição mais clara do que seria um complexo econômico: um conjunto integrado de atividades econômicas que interagem, tendo no seu interior uma atividade nuclear, à qual todas as demais seriam, direta ou indiretamente, ligadas e dependentes. Para o autor, é imprescindível que esse sistema econômico funcione assentado em relações capitalistas de produção e o complexo cafeeiro de São Paulo preencheu perfeitamente essas condições (CANO, 1977, p. 17-18).

Levando a efeito este modelo de análise, no caso do complexo cafeeiro paulista, a sua atividade nuclear, ou seja, a lavoura cafeeira, geraria certo “capital primitivo”, fomentador de outras atividades necessárias ao seu próprio desenvolvimento. Cano (1977, p. 20-21) assim resumiu os principais componentes do complexo cafeeiro paulista:

1. A produção de café (atividade nuclear);
2. A agricultura produtora de alimentos e matérias-primas – representada tanto pela produção desenvolvida dentro da propriedade cafeeira, quanto pela agricultura cuja produção voltava-se essencialmente para o mercado, operando fora da propriedade cafeeira. Essa atividade era fundamental para a reprodução da força de trabalho do sistema;

3. A atividade industrial – dividida em três setores:
 - 1º setor, representado pela produção de equipamentos de beneficiamento de café;
 - 2º setor, a indústria de sacarias de juta para a embalagem do café;
 - 3º setor, composto pelos demais setores da indústria manufatureira de bens de consumo corrente (têxtil, alimentos, etc.);
4. O sistema ferroviário (cujas funções, no Complexo, já descrevemos sumariamente);
5. O sistema bancário – para o fornecimento de crédito à lavoura e outras atividades;
6. O comércio de exportação e de importação;
7. As atividades criadoras de infra-estrutura – portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações, etc.;
8. Por fim, a atividade do Estado (governo federal e, sobretudo, o estadual), principalmente sob a perspectiva do gasto público (por exemplo: subvenção à imigração, planos de valorização do café, investimentos na expansão do sistema ferroviário, etc.).

À exceção deste último, todos os outros componentes ou atividades também se constituíam em novas oportunidades de investimentos aos cafeicultores. O trecho a seguir nos proporciona uma visão mais clara da dinâmica de funcionamento do complexo cafeeiro:

À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços (CANO, 1977, p. 69).

Em resumo, a interação dos diversos componentes e das variáveis que atuavam no complexo cafeeiro, ao mesmo tempo em que expandiam mutuamente o mercado, diversificavam economicamente o Complexo e propiciavam uma ampla acumulação de capital (CANO, 1977, p. 21-22). Desse modo, observamos que Cano corroborou a tese de J. M. C. de Mello quanto às possibilidades de acumulações endógenas na economia cafeeira. Isso, por sua vez, demonstrou também que a modernização brasileira se deveu a fatores internos à economia nacional, como vimos no próprio J. M. C. de Melo (1986), em Graham (1973) e em Cardoso; Faletto (1973).

1.4 A nova elite cafeeira paulista

Nesta subseção tentaremos demonstrar como o desenvolvimento capitalista e a modernização nacional, se refletiram na formação de uma nova elite cafeeira em São Paulo. Com a crescente diversificação do capital cafeeiro, os limites entre o rural e o urbano foram paulatinamente se diluindo. O próprio desenvolvimento do complexo cafeeiro fomentava o espírito de iniciativa e o crescimento urbano. Além disso, era nas cidades que, cada vez mais, passava a residir e a diversificar os seus negócios a elite que personificava aquele capital. É essa nova elite que tentaremos caracterizar, pois, os Dias, o grupo familiar objeto deste estudo, dela fazia parte.

Antes, porém, para efeito de comparação, abordaremos brevemente as principais características da elite cafeeira fluminense, que, talvez, possa ser considerada como predecessora da elite cafeeira paulista. Baseando-se no livro “A Corte no Brasil”, de Alberto C. de Araujo Guimarães, Taunay (1939, v. 8, p. 195-212) descreveu a vida opulenta e parasitária da aristocracia cafeeira fluminense durante o Segundo Reinado e sumariou as razões de sua decadência.

Vivendo de maneira abastada e faustosa, os “landlords” fluminenses satisfaziam as suas necessidades trazendo praticamente tudo da Europa: as finas porcelanas, as pratarias, as tapeçarias, os cristais, os arquitetos e pintores famosos. Pelas estradas poeirentas cruzavam as belas carruagens marcadas de brasões, onde viajavam os nobres e ostentosos fazendeiros (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 196). Além disso:

Para desanuviarem o tédio decorrente da rotina da vida fácil, ou dominados por uma febre de grandeza, ante à miragem dos títulos nobiliárquicos e dos prazeres aristocráticos, cercavam-se de todo o bem estar e de toda a opulência que a época lhes podia proporcionar. (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 195, atualização ortográfica nossa).

Todo este fausto explicava-se pela facilidade com que os senhores usufruíam do trabalho exaustivo do braço escravo, em que o lucro dos grandes fazendeiros decorria do capital sem esforço do capitalista (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 195). A vida nababesca explica em parte o efêmero esplendor dos aristocratas fluminenses. O 13 de Maio representou-lhes um duro golpe, muito mais pelo seu costumeiro absenteísmo. Vários membros das grandes famílias cafeeiras, por exemplo, se afastavam do País, fixando residência na Europa, sobretudo em Paris (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 204-212). Dessa forma, tornavam-se completamente alheios ao que se passava em suas propriedades:

[...] os aristocratas, senhores de terras, [...] haviam desprezado, aos poucos, essa terra que formara a sua grandeza, deixando a administração de suas propriedades nas mãos de feitores pouco cultos, que traziam as lavouras acorrentadas aos métodos primitivos, vendo somente diante de si a avalanche negra que era preciso disciplinar para dela tirar o maior benefício.

Os prazeres da Corte e a vida confortável da capital, foram os causadores desse alheamento dos fazendeiros. E assim, quando veio a Abolição, os grandes senhores rurais ficaram desorientados, estranhos como estavam a seus próprios negócios. (TAUNAY, 1939, v. 8, p. 212, atualização ortográfica nossa).

Acreditamos que, na virada do século XIX para o XX, formava-se uma nova sociedade que abrigava contrastes e heranças de tempos diversos, onde interagiam o rural e o urbano, o tradicional e o moderno. Foi também no âmbito dessa sociedade em transição que surgiu uma nova classe dirigente, que dividia os seus interesses entre o campo e a cidade e que, embora se modernizasse, mantinha ainda fortes traços do tradicionalismo. Foi nessa época que, aos poucos, o fazendeiro deixava de ser “senhor” para se tornar empresário capitalista. Kugelmas (1986, p. 23), por exemplo, chamou a atenção, nesta fase, para a transformação de uma classe dirigente tradicional em moderna:

São óbvias as relações de interdependência entre o universo rural e o urbano, a síntese de mentalidades e a interpenetração de papéis sociais. O que deve especialmente chamar a atenção, do ponto de vista sociológico, é a mutação de uma classe dominante tradicional em moderna sem que houvesse maiores transformações na morfologia desta classe [...].

Z. M. C. Mello (1985, p. 139), por sua vez, analisando as mudanças nas formas de riqueza em São Paulo no final do século XIX, observou que: “Não é mais possível, ao reverso do que ocorria antes, caracterizar proprietários tipicamente urbanos ou rurais, com funções especializadas; agora temos proprietários rurais com diversas atividades urbanas e vice-versa.”

São muitos os estudos que tratam desse assunto. Embora os enfoques sejam variados, encontramos neles um consenso quanto à forte propensão dos cafeicultores paulistas à inovação. Reunimos as impressões de alguns deles para salientarmos as peculiaridades dessa nova elite.

Dean (1991, p. 45-46), ao explicar o empreendedorismo dos fazendeiros de São Paulo, afirmou que o talento empresarial não era monopólio dos paulistas. Para o autor, o crescimento da atividade empresarial em São Paulo pode ser mais bem explicado: “[...] pela mais intensa operação da economia de mercado, isto é, pela maior lucratividade do café e pelo uso mais completo do dinheiro como meio de troca.” Podemos inferir, dessa forma, que a

crecente monetarização da economia e, portanto, o avanço das relações capitalistas de produção, foi fundamental para a transição referida.

Conforme J. S. Martins (1975, p. 34), também se referindo à nova elite cafeicultora, a mutação do fazendeiro em empresário foi produto da “urbanização da residência do capitalista”, pois haveria uma incompatibilidade entre a vida na fazenda, onde estava sob controle apenas a produção, e a atuação empresarial. Foi preciso que o fazendeiro fosse viver no meio urbano para desvelar outras fases da circulação do produto e do ciclo do capital, passando então a raciocinar em termos de capital e não apenas em termos de propriedade. Dessa forma, o fazendeiro passaria a diversificar os seus negócios, investindo no comércio, nas finanças e na indústria.

Para Furtado (1997, p. 115-116), a nova classe dirigente se diferenciava de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos, por possuir uma “consciência clara de seus próprios interesses”. Segundo o autor:

A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica.

Em Fausto, encontramos uma interpretação semelhante à de Furtado. Para ele, da empresa cafeeira concentrada no oeste paulista, nasceria uma nova classe assentada em relações capitalistas de produção, com: “[...] consciência de seus interesses e um projeto de estruturação política do país.” O autor destacou ainda o caráter acentuadamente regional desse grupo: “A tal ponto, que é problemático referir-se a um setor cafeeiro, com idênticos interesses, abrangendo empresários paulistas e mineiros” (FAUSTO, 1997, p. 199).

Para Z. M. C. de Mello (1985, p. 150), a mudança nas formas de riqueza, como reflexo das importantes transformações ocorridas na economia paulista, sobretudo nas últimas décadas do século XIX, fortaleceu um grupo social de características específicas:

À medida que o capital se libertou do escravo, defrontou-se com uma ampla variedade de alternativas que produziu um capitalista, desde logo comprometido com a concentração do capital e que já surge como classe que personifica interesses diversos, comerciais, financeiros e agrários. Por outro lado, a difusão de novas formas de riqueza, exigia-lhe postura diferente e gestão mais complexa dos negócios.

Não se introduziu uma nova cultura agrícola, o café, sem que se fizesse uma revolução na sociedade rural paulista. O autor assinalou uma mudança de mentalidade dos fazendeiros: “A essa cultura nova, correspondiam novos modos de pensar. A sociedade dos ricos fazendeiros, os do “oeste” [...] tirava sua força da sua dupla origem, rural e mercantil ao mesmo tempo; a riqueza e o espírito de empreendimento” (MONBEIG, 1998, p. 97). Referindo-se às famílias pioneiras, como os Toledo Piza e os Prado, o autor afirmou que o avanço paulista rumo às novas fronteiras agrícolas, foi encabeçado por uma classe de grandes fazendeiros que, simultaneamente, dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, assim como detinha postos na administração pública. No trecho a seguir, fica evidente a diferença entre a nova elite paulista e a classe dirigente das velhas zonas cafeeiras: “Pouco a pouco, destacaram-se do movimento pioneiro grandes famílias que o haviam lançado. Seus descendentes tornaram-se negociantes, *business-men*, para os quais era secundária a importância da terra. Não se formou, pois, uma aristocracia de proprietários” (MONBEIG, 1998, p. 139-142, grifo do autor).

Típico expoente do empresariado cafeeiro paulista, Antonio Prado não era um fazendeiro habitual preocupado apenas com a obtenção de bons preços em Santos. Mais que isso, administrava um grande conglomerado, fornecendo crédito, dirigindo fazendas, gerenciando uma estrada de ferro cujos lucros dependiam em grande medida da produção cafeeira e, também, dependendo da importação de equipamentos para as suas indústrias (LEVI, 1977, p. 264).

Conforme expomos até aqui, a expansão capitalista e a modernização do Brasil foram processos realizados “pelo alto”, protagonizados, sobretudo, pelas famílias da elite cafeeira paulista, que constituíam verdadeiros grupos econômicos. Segundo Queiroz (1997, p. 184-185), por exemplo, as parentelas apoiavam o seu poder econômico em diversos tipos de investimentos, dos quais a fazenda de café constituía apenas um aspecto. Nos serviços urbanos, nas estradas de ferro, bancos e até indústrias, além do capital estrangeiro, e muitas vezes competindo com ele, surgiram no mercado brasileiro as ricas parentelas, que se integraram assim no desenvolvimento urbano e industrial do país.

Os Dias de São José do Rio Pardo eram parte integrante dessa nova elite cafeeira paulista, que acabamos de descrever. Trataremos das transformações específicas ocorridas no seio dessa família nos capítulos seguintes. Por enquanto, na seqüência, descreveremos brevemente a crise cafeeira de 1897-1910 e seus efeitos na vida econômica e política de São Paulo. Entre outros, essa crise resultou na divisão do estado em seis distritos agrônômicos, no final do século XIX.

1.5 O 3º. Distrito Agrônômico

Embora pareça contraditório, concomitantemente ao rápido processo de modernização do Brasil, o principal produto responsável por aquele processo passou por uma longa fase de preços baixos. Conforme explicou Cano (1977, p. 85-86), em épocas de queda dos preços do café, a redução de novos plantios liberava recursos para investimentos em outras atividades.

Como registramos anteriormente, a economia cafeeira paulista teve um rápido crescimento, sobretudo a partir da década de 1880. Entretanto, depois de 1897 os preços do café despencaram, iniciando-se uma crise que se estenderia até por volta de 1910 (CANO, 1977, p. 42-43). Para ilustração, vejamos na tabela 4 os preços médios do café por saca, em mil-réis e esterlinos, nas duas primeiras décadas republicanas.

Tabela 4 – Preços médios do café por saca (1889 – 1912)

Anos	Valor em mil-réis	Valor em libras ouro
1889	30\$888	3,39
1890	37\$168	3,49
1891	52\$888	3,26
1892	62\$096	3,09
1893	85\$232	4,09
1894	89\$505	3,74
1895	80\$554	3,33
1896	77\$749	2,91
1897	55\$551	1,74
1898	50\$250	1,49
1899	48\$203	1,48
1900	52\$095	2,06
1901	34\$256	1,62
1902	31\$150	1,54
1903	29\$728	1,47
1904	39\$061	1,99
1905	30\$005	1,98
1906	29\$959	1,97
1907	28\$939	1,82
1908	29\$095	1,82
1909	31\$605	1,98
1910	39\$644	2,74
1911	53\$875	3,58
1912	57\$812	3,85

Fonte: TAUNAY, 1941, v.10, p. 292; v. 11, p. 298; 1942, v.13, p.16.

Observamos pela tabela 4, acima, a ascensão dos preços até 1894, seguida de queda brusca a partir de 1897, voltando as cotações a se elevarem significativamente a partir de 1910.

Muitas medidas foram propostas para amenizar a crise: a limitação de novas plantações; a eliminação dos cafés de baixa qualidade (escolhas), a redução dos fretes ferroviários; a redução dos salários pela metade, com a eliminação de 20 a 30% dos cafeeiros; a entrega dos cafezais em parceria ou o pagamento aos colonos com metade do produto colhido (deduzindo-se naturalmente metade das despesas gerais). A geada de agosto de 1902 encarregou-se de limitar as plantações e diminuir as safras. Estas, por 2 ou 3 anos, seriam bem reduzidas, pois os estragos atingiram em média 20% do total das lavouras paulistas. Entretanto, somente no final da década de 1910, depois de alguns anos da entrada em vigor das decisões do Convênio de Taubaté (1906), é que sobrevieram melhoras significativas nas cotações do café (TAUNAY, 1939, v. 9, p. 411, 517-518).

Não faltaram também alternativas unilaterais. O café brasileiro, oriundo de Santos, era considerado de qualidade inferior nos mercados italianos. No mercado de Nápoles, por exemplo, era o mais barato, custando 2, 70 francos o quilo. Os melhores classificados eram o de Porto Rico verdadeiro, que alcançava 4,80, e o Moka verdadeiro, 5,00. O cafeicultor riopardense, Dr. José da Costa Machado, obtinha o preço de 3,50 francos por quilo do seu café, que também era exportado por Santos, contudo, colocado a venda na Europa como procedente de Porto Rico: “Por esta classificação vê-se que o Dr. Costa Machado, que tem um filho na Europa em propaganda do nosso café, expõe à venda café de Villa Costina⁹ com o rótulo de “Porto Rico” para conseguir melhor colocação (O CAFÉ, 1902, p. 1, atualização ortográfica nossa).

A política deflacionista, iniciada no governo Campos Salles (1898-1902), como uma das medidas para reverter a bancarrota financeira do Estado brasileiro, aprofundou ainda mais a crise (CASALECCHI, 1987, p. 88). Diga-se de passagem, a política econômica adotada, nesse período, pelo governo federal, demonstrou que este não era um mero instrumento dos interesses cafeeiros. Conforme Kugelmas (1986, p. 6-7), a política econômica efetivamente adotada pelo Estado brasileiro foi influenciada por um conjunto de fatores e em muitos momentos não atendeu de imediato aos reclamos de setores do café. O autor citou, por exemplo, a fase em que dois paulistas, Campos Salles e Rodrigues Alves (1898-1906), ocuparam a Presidência da República, porém desenvolvendo uma política econômica que

⁹ Villa Costina era a fazenda do Dr. Costa Machado em São José do Rio Pardo.

levou em conta: “[...] fundamentalmente as necessidades das finanças públicas do Estado nacional, os problemas de crédito do País no exterior, a opinião da *City* Londrina e os argumentos dos defensores da ortodoxia.” Faoro (1997, p. 518-521), por sua vez, afirmou que os paulistas, numa linha que vai de Rodrigues Alves (ministro da fazenda de Floriano Peixoto), a Rodrigues Alves, presidente da República (1891-1906), impuseram porfiado combate às emissões e ao aviltamento cambial. Segundo o autor: “O Tesouro, com mão de ferro, comandará as emissões (1896-1910), restaurará o valor da moeda e elevará a taxa de câmbio [...]”. No contexto dessa política econômica reorganizadora, que se iniciou em 1891 e atingiu seu ápice no período 1898-1902: “[...] o café geme ao peso da crise, agudamente dolorosa desde 1895. A superprodução esmaga os cafeicultores, até que o esquema valorizador de 1906, compartilhando os sacrifícios, beneficie a todos.” (FAORO, 1997, p. 519, 521).

A situação crítica levou os fazendeiros a se organizarem em seus municípios, no sentido de buscarem saídas para a crise junto ao Estado. Em 1896, já se articulava a união dos lavradores. Em junho desse mesmo ano, com o apoio do governo estadual, organizou-se a Sociedade de Agricultores Paulistas. Diante da ineficácia desta associação, os fazendeiros se organizaram em torno do Centro dos Lavradores Paulistas, criado em abril de 1899, a partir dos Clubes da Lavoura dos diferentes municípios (CASALECCHI, 1987, p. 89, 94).

Como expressão desses acontecimentos, no dia 26 de fevereiro de 1899, reuniu-se o “Club dos Lavradores” de São José do Rio Pardo. Em sessão realizada no prédio da câmara municipal, sob a presidência do coronel Honório Dias, os 51 sócios presentes discutiram e aprovaram o projeto dos estatutos e elegeram a sua diretoria, comissão consultiva, assim como o representante da Associação junto ao Congresso da Lavoura. O resultado da eleição foi o seguinte:

Presidente: Dr. Antonio Candido Rodrigues (sogro do coronel Vicente Dias Jr.);

Vice-presidente: coronel Alípio Dias;

1º. Secretário: Dr. Guilherme Tell (genro de Elisiario Dias);

2º. Secretário: Ten. Cel. João Batista de Souza Moreira;

Tesoureiro: Major José Octaviano Machado;

Comissão consultiva: entre os 12 integrantes, estava o coronel Vicente Dias Jr.;

Delegado ao Congresso da Lavoura: Dr. Antonio Candido Rodrigues (CLUB..., 1899a, p. 2).

Conforme Casalecchi (1987, p. 94-95), os fazendeiros adotavam o associativismo como forma de pressionar o governo na busca de soluções para sua delicada situação. Para isso, pretendiam eleger representantes para defenderem, junto aos poderes públicos, os

interesses da lavoura. Os dissidentes se aglomeraram, então, em torno da criação do Partido da Lavoura:

Articulava-se o Partido da Lavoura nos redutos municipais, até então fortalezas inexpugnáveis do perrepismo, estimulando o descontentamento. A lavoura caminhava para a divisão, ao mesmo tempo em que a autonomia municipal volta á ordem do dia com mais uma ação corrosiva ao PRP. (CASALECCHI, 1987, p. 95).

Muito provavelmente com o intuito de esvaziar os Clubes da Lavoura municipais e o Partido da Lavoura, restabelecendo assim a unidade do Partido Republicano Paulista (PRP), pela lei no. 678, de 13 de setembro de 1899, o governo paulista, sob a presidência de Fernando Prestes (11/1898 – 5/1900), dividiu o estado em seis distritos agrônômicos. Pelo decreto, São José do Rio Pardo pertenceria ao 3º Distrito, que tinha sua sede em Ribeirão Preto. Cada distrito teria um diretor e um ajudante. O diretor ou inspetor de agricultura deveria reportar-se diretamente ao secretário da agricultura, entre outros, através de relatórios mensais. O decreto estabelecia ainda que se constituísse, em cada município, uma “comissão municipal de agricultura” composta de três lavradores. Dentre estes, um seria escolhido como presidente. A estas comissões, entre outras atribuições, competiria:

Representar ao governo do Estado sobre tudo o que interessa à lavoura do respectivo município;
 Coligir dados e informações que facilitem ao inspetor de agricultura do respectivo distrito, estabelecer a estimativa das safras;
 Presidir e convocar as reuniões dos lavradores do município, em local conveniente, para assistirem as conferências que tiverem de fazer os inspetores de agricultura ou seus ajudantes;
 Prestar aos inspetores de agricultura ou seus ajudantes, a assistência e apoio indispensáveis para o melhor desempenho de suas atribuições; (DISTRICTOS..., 1900, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Aos presidentes das comissões municipais competiria, especialmente: “Corresponder-se com o governo e os inspetores de agricultura, em nome da respectiva comissão” (DISTRICTOS..., 1900, p. 1, atualização ortográfica nossa). Entretanto, na prática, parece que as coisas não funcionavam tão bem assim. Em seu relatório de abril de 1901, o inspetor agrícola do 3º Distrito Agrônômico, Júlio Brandão Sobrinho, relatou ao então secretário da Agricultura, Dr. Antonio Candido Rodrigues (sogra do coronel Vicente Dias Jr.):

As Comissões Municipais de Agricultura, com exceção de duas ou três, continuam indiferentes a tudo quanto se prende aos interesses da lavoura, nenhuma atenção prestando aos meus pedidos de informações, nenhuma importância, portanto, ligando à nobre e patriótica missão que o Governo a elas confiou (atualização ortográfica nossa).¹⁰

Diante de tal situação, o próprio inspetor duvidava da confiabilidade das estatísticas confeccionadas e enviadas ao governo pelas comissões municipais de agricultura.

Entendemos que a divisão do estado em distritos agronômicos, além de facilitar o tratamento dos problemas específicos de cada região, visava também à desarticulação dos lavradores, mantendo-os sob vigilância mais próxima de um representante do governo estadual e de seu partido.

Os Dias também estavam presentes na comissão municipal da lavoura rio-pardense. Inicialmente ela foi composta por José Octaviano Machado (presidente), Elisiario L. Dias e Antonio Martins de Oliveira. (O RIO PARDO, 1900, p. 3).

Pela tabela 5, a seguir, podemos ter uma visão geral da produção cafeeira de todos os municípios que compunham o 3º Distrito Agronômico, na safra 1900-1901.

¹⁰ Conforme o Relatório do Inspetor Agrícola do 3º. Distrito Agronômico do Estado de São Paulo, mês de abril de 1901. Documento encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata no. C05574.

Tabela 5- Produção cafeeira por município do 3º. Distrito Agrônômico (1900-1901)

Municípios	Nº das grandes fazendas	Discriminação das áreas (alqueires)			Nº de cafeeiros		Produção de 1900-1901 (@)
		Área total	Área com cafezais	Área própria para café	Maiores de 4 anos	Menores de 4 anos	
Batatais	322	42.922	5.537	12.618	9.965.550	1.378.900	400.000
B. Descalvado	121	20.104	6.217	2.302	12.685.500	1.394.900	806.000
Caconde	180	15.223	1.704	2.911	3.248.900	946.700	170.000
Cajuru	103	18.069	1.637	1.925	3.429.900	484.100	200.000
Casa Branca	114	15.479	3.212	2.399	5.503.100	1.520.900	230.000
Cravinhos	66	11.417	5.503	2.728	8.547.900	2.704.445	1.300.000
Franca	183	31.464	2.695	7.422	3.791.850	2.511.000	326.000
Ituverava	44	7.064	778	1.431	1.248.600	202.900	84.300
Jardinópolis	83	15.061	2.859	8.145	4.075.662	1.278.119	660.000
Mococa	128	17.506	4.141	3.088	7.301.138	1.804.549	459.350
Nuporanga	115	57.587	2.499	10.370	3.001.100	1.603.500	300.000
Patrocínio Sap.	86	14.412	928	906	1.475.426	547.722	150.000
Pirassununga	64	11.190	2.688	1.588	4.267.500	878.100	234.000
Porto Ferreira	10	3.676	1.050	570	1.576.000	403.000	200.000
Ribeirão Preto	149	42.762	13.787	6.633	22.611.286	4.666.394	2.523.100
S. J. Boa Vista	224	24.882	4.519	3.944	7.648.400	2.201.400	364.450
S. J. Rio Pardo	109	12.593	3.483	2.442	6.666.000	1.831.900	542.660
São Simão	172	34.966	8.254	5.588	12.863.279	2.753.169	650.000
S. C. Palmeiras	53	8.364	3.456	476	5.862.500	1.305.000	501.950
S. Rita Paraíso	191	18.812	1.919	8.042	3.686.000	132.000	140.000
S. R. P. Quatro	182	28.820	4.969	3.422	7.667.400	3.865.500	650.000
S. Anto. Alegria	62	2.487	202	864	517.000	5.000	50.000
Sertãozinho	60	33.369	6.089	15.264	7.345.388	4.410.600	250.000
Tambaú	87	13.300	1.883	1.901	3.261.500	799.500	173.110
TOTAL	2.908	501.529	90.009	106.979	148.246.879	39.629.298	11.364.920

Fonte: Estatística Especial do Café do 3º Distrito Agrônômico (1900-1901). Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata nº de ordem C05574.

Pela tabela 6, a seguir, podemos ter uma visão da produção cafeeira, em arrobas por mil pés, de cada município do 3º. Distrito Agrônômico, na safra de 1900/1901:

Tabela 6 - Produção média por município do 3º Distrito Agrônomo (1900/1901)

Municípios	@ por mil pés	Municípios	@ por mil pés	Municípios	@ por mil pés
Jardinópolis	162	Sta. Cruz Palmeiras	84	Caconde	52
Cravinhos	151	S. Rita Passa Quatro	84	Tambaú	52
Porto Ferreira	126	S. José Rio Pardo	80	São Simão	50
Ribeirão Preto	112	Ituverava	67	S. J. B. Vista	47
Patrocínio Sapucaý	101	B. do Descalvado	63	Sertãozinho	46
Nuporanga	100	Mococa	63	Casa Branca	42
S. A. Alegria	96	Cajuru	58	Batatais	40
Franca	84	Pirassununga	54	S. Rita Paraíso	35

Fonte: Notas sobre a lavoura de café do 3º Distrito Agrônomo (1902). Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata nº C05574.

1.6 Do café nasceu São José do Rio Pardo

O nascimento e o progresso de São José do Rio Pardo assentaram-se, como em praticamente todo o Oeste paulista, na produção cafeeira. A fertilidade das terras rio-pardenses atraiu um grande número de famílias extensas, dentre elas: os Costa Machado, os Vilela, os Noronha, os Junqueira, os Paula Lima, os Soares de Camargo, e, a que mais interessa a este estudo, os Dias.

Sem dúvida, a interação entre a expansão cafeeira, a expansão ferroviária e a chegada de milhares de trabalhadores imigrantes, resultou num rápido crescimento demográfico e urbano, sobretudo em São Paulo. Neste estado, simultaneamente ao crescimento e consolidação de grandes pólos urbanos, como Santos e Campinas, e à transformação da cidade de São Paulo em metrópole e centro econômico da vasta região cafeeira, teve lugar no conhecido “Oeste Paulista” uma crescente multiplicação de núcleos urbanos. Dentre estes, estava São José do Rio Pardo.

Os dados estatísticos daquela época sobre esses municípios, sobretudo no que tange à produção econômica, são muito deficientes, como lamentou por mais de uma vez Taunay (1939, v. 6, p. 345, 349-351). Além disso, as poucas informações sobre os municípios, publicadas em jornais locais ou mesmo em documentos oficiais de época, devem ser interpretadas com certa reserva. Por exemplo, num periódico oficial do governo de São Paulo, *Le Courier de l’Etat de Sto. Paul*, publicado no exterior e cujo artigo fora reproduzido por um jornal rio-pardense, após vários dados enaltecendo as potencialidades locais, leu-se: “[...] que admirável residência para o operário que, trabalhando debaixo de céu clemente e de uma temperatura ideal, ganha salários remuneradores a um trabalho relativamente suave e

fácil” (O NOSSO..., 1908, p. 1, atualização ortográfica nossa). Todavia, procuramos incluir no texto apenas os dados que, ao longo da investigação, constatamos como plausíveis de veracidade.

O processo histórico que conduziu São José do Rio Pardo à condição de município começou em 1865, por iniciativa de um grupo de fazendeiros, moradores do então “bairro do Rio Pardo”, pertencente à vila de Caconde. Pela legislação vigente, no ainda Brasil Império, só seria possível criar uma nova vila, com a respectiva câmara, por meio de um processo entrelaçado entre a Igreja e o Estado. Para isto, era preciso cumprir as seguintes etapas: Capela com Patrimônio¹¹, Capela Curada, Freguesia e, finalmente, Vila (TREVISAN, 1986, p. 11).

O grupo de Protetores, liderado por Antonio Marçal Nogueira de Barros, iniciou a formação do patrimônio com a doação de terras, ao mesmo tempo em que iniciava a construção da capela que seria o ponto de partida para a obtenção da autonomia político-administrativa (TREVISAN, 1986, p. 11).

Elevada a Freguesia (14/04/1880), cinco anos depois, a lei no. 49, de 20 de março de 1885, elevou a Freguesia à condição de Vila. Para a instalação da Vila, entretanto, a legislação exigia a construção de um prédio que abrigasse a Casa da Câmara e Cadeia. Sendo assim, por meio de uma subscrição, rapidamente levantou-se a quantia de 17 contos de réis para este fim. Pronto o edifício, instalou-se a Vila de São José do Rio Pardo, no dia 8 de maio de 1886. Entre os sete vereadores eleitos à primeira câmara municipal, estava o capitão Vicente Alves de Araújo Dias, patriarca iniciador dos Dias na cidade (TREVISAN, 1980, p. 29-30).

Com uma população de 4.255 habitantes, a configuração urbana da nova vila, em 1886, foi assim descrita: “Contava o município com quatro praças: a da Matriz, do Rosário, do Mercado e a da Estação; doze ruas largas e retas, [...] e cerca de 800 casas, em geral bem construídas e na maior parte térreas, com apenas três sobrados [...]” (TREVISAN, 1980, p. 10). Pela lei no. 558, de 20 de agosto de 1898, para o município de São José do Rio Pardo foram transferidos de Caconde, os distritos de paz de Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia) e São Sebastião da Grama, hoje município com o mesmo nome (EGAS, 1925, p. 1847).

¹¹ Segundo Trevisan (1986, p. 11), a fundação de uma capela habilitada à celebração de atos religiosos dependia de três fatores essenciais: 1. Protetores para cuidar dos aspectos legais, das finanças e das obras de construção; 2. uma área geográfica determinada para a formação do patrimônio exigido; 3. um núcleo populacional que, pela distância da paróquia mais próxima, necessitasse de amparo espiritual.

Afora os enaltecimentos comuns à época, um depoimento nos deu uma visão do desenvolvimento ocorrido na cidade na última década do século XIX. Salientando que a crise econômica não afetara o progresso e o embelezamento da cidade, o articulista testemunhou:

Quem conheceu S. José do Rio Pardo em fins de 1895 e que a vê agora [...].
 Quem a conheceu como nós, sem escolas, sem colégios particulares para a educação das crianças e que a vê hoje, além de várias escolas públicas, estabelecimentos de ensino particulares para ambos os sexos, dirigidos por provector professores.
 Quem a conheceu naquela época, com as suas ruas esburacadas, sem sarjetas, levantando, no tempo da seca, verdadeiras nuvens de pó, e que nas águas se transformavam em tremendos atoleiros e que hoje as vê sarjetadas, abauladas, arborizadas.
 Quem a conheceu com os seus casebres sem passeio e hoje com os seus palacetes modernos que a tornam uma cidade elegante.
 Quem a viu com as suas praças cheias de altos e baixos, transformadas em pastagens de animais e, à noite, em completa escuridão, [...] e hoje, a vê com elas [as ruas] niveladas e a sua praça principal ajardinada, com novas ruas para maior facilidade e comunidade dos seus transeuntes [...]. (SÃO JOSÉ..., 1900, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Nas novas vilas e cidades, como São José do Rio Pardo, operava-se uma reordenação da sociedade e do espaço. Num processo de ruptura com o passado colonial, a cidade, nesse momento, ainda que incipiente núcleo urbano, passava a ser o local privilegiado dessa transição: “Nascia então uma paisagem provincial que abrigava contrastes e tempos diversos. Nela estavam presentes, em constante oposição, mas interagindo numa dialética de complementaridade, o rural e o urbano, o arcaico e o moderno [...]” (MARTINS, A. L., 1994, p. 184-185).

Na nova configuração da cidade paulista delineavam-se os símbolos representativos do desenvolvimento material e dos novos grupos sociais surgidos nesse processo. Ao lado das antigas construções, despontavam-se diversas casas comerciais, hotéis, agências bancárias, escolas e pequenas fábricas (MARTINS, A. L., 1994, p. 187). O espaço urbano passava então a concentrar dupla função para a elite local: instrumento de aplicação do seu capital excedente provindo do café e local de exercício da civilidade que tal grupo pretendia:

Em torno da Igreja começavam a espocar edifícios de arquitetura imponente, expressão visual dos valores de uma época, dando lugar à *alvenaria burguesa*.
 [...] A autoprojeção cultural do grupo que concebe essa nova cidade também é percebida nos palacetes que despontam nesta mesma praça, não mais de domínio absoluto da Igreja, mas uma ‘sala ao ar livre, teatro da vida em comum’, onde jardins públicos gradeados definiam, mais do que nunca, áreas classificatórias (MARTINS, A. L., 1994, p. 184-185, grifo da autora).

A integração do Brasil ao comércio internacional (principalmente através da exportação do café) e seu maior intercâmbio com a civilização moderna, além do fato das elites cafeeiras elegerem a cidade como local da sua atuação econômica e política, levaram os grupos dominantes a um grande anseio de identificação com o modelo europeu: “Nesse contexto, as intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição” (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p. 59).

Partilhando dessa opinião, segundo A. L. Martins (1994, p. 186):

No limiar da década de 1890, estava desenhada no cenário, uma nova cidade, com calçamento, coreto na praça, obediente ao figurino francês, percebido nos muitos *chalets* e palacetes com composteiras ou subordinadas ao modelo inglês de parques e jardins, com seus indefectíveis chafarizes de ferro fundido. Uma cidade agora iluminada. A vitória contra a escuridão era confirmada em regiões havia pouco consideradas sertão bravo do interior paulista.

Paris se transformava na vitrina do mundo, passando a povoar o imaginário social de todas as cidades. Parecer-se com Paris era uma forma de demonstrar sua identidade de cidade moderna. Entretanto, nem tudo era belo na *Belle Époque* paulista. Em meio à aparente adequação à modernidade e civilidade ocultavam-se graves problemas. Em São José do Rio Pardo, por exemplo, o periódico local alertou:

Temos um jardim, ruas arborizadas, abauladas com bem acabadas sarjetas, elegantes prédios com bons passeios, que satisfazem a vista dos nossos visitantes. Tudo isto são exterioridades; progredimos materialmente; quanto à higiene, marcamos passo, ou melhor, retrogradamos.

[...]

E todos os anos morre muita gente nesta cidade em consequência do tifo e outras moléstias, alimentadas pela falta de higiene [...].

[...]

[...] a higiene pública é completamente descuidada entre nós. Os esgotos, muito mal feitos, sem a mínima regra, sem a mínima observância dos preceitos da higiene, são postos a flor da terra [...].

Ultimamente, enterra-se 6, 7 e 8 cadáveres por dia; [...] (HYGIENE..., 1900, p. 1, atualização ortográfica nossa).

A epidemia de febre amarela, no primeiro semestre de 1903, contribuiu para uma série de mudanças que obrigaram os rio-pardenses a se adequarem às novas regras de vida urbana e civilidade. Por exemplo, o Código de Posturas¹² municipal foi promulgado em 2 de setembro de 1903, estabelecendo as normas da vida econômica, do convívio social, do

¹² Documento encontrado no museu municipal rio-pardense, caixa no. 15.

comportamento moral, da higiene pública, entre outros, como também as punições para os transgressores. As obras de canalização de água e rede de esgotos foram aceleradas e concluídas em novembro do mesmo ano. A Elisiario Dias, por ter cedido um manancial d'água para o abastecimento da cidade, assim se referiu o periódico local: “[...] não se pode furtar ao imperioso dever de apontar ao povo de S. José do Rio Pardo o nome de Elisiario Dias como um benemérito, que por seus atos se torna credor privilegiado da estima pública” (UM BENEMÉRITO, 1902, p.1, atualização ortográfica nossa). Também é importante salientar a fundação da irmandade de misericórdia (19/07/1903), com o intuito de construir um hospital de caridade, a futura Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo, embora sua conclusão só tenha ocorrido 10 anos mais tarde (IRMANDADE..., 1903, p. 3). Elisiario Dias atuou como diretor de obras da Santa Casa e o terreno para a construção do prédio foi doado por seu irmão, Honório Dias, conforme lemos no mesmo periódico:

Informam-nos que no correr da semana entrante o sr. Honório Luiz Dias, abastado agricultor e capitalista deste município, passará a escritura de doação à Santa Casa de Misericórdia, em organização, do terreno necessário para a construção do prédio dessa pia instituição (DOAÇÃO, 1907, p. 2, atualização ortográfica nossa).

Pelo início da década de 1920 era notório o progresso já ocorrido. O município possuía uma área de 887,5 km quadrados e uma população de 48.152 habitantes. A cidade de São José do Rio Pardo (sede administrativa) possuía 25 ruas e 8 praças, contando ainda com cerca de 1.094 prédios. Os veículos registrados na prefeitura somavam 217, destes 38 eram automóveis. Além disso, a cidade contava com abastecimento de água, rede de esgotos e luz elétrica e rede telefônica. (EGAS, 1925, p. 1844).

1.7 A economia rio-pardense

Como assinalamos anteriormente, os dados sobre a produção econômica dos municípios paulistas, para o período em evidência, são deficientes e, muitas vezes, divergentes. A situação se complica ainda mais quando se trata de atividades secundárias, como, por exemplo, a pecuária, a produção de cereais, o comércio e a indústria. Entretanto, com as poucas informações disponíveis elaboramos um quadro geral da economia rio-pardense.

1.7.1 A lavoura

Por volta de 1860, os cafezais já avançavam pelas encostas ocidentais da Mantiqueira em território paulista: “[...] de Atibaia e Bragança a São José do Rio Pardo e Mococa, estabelecendo o contato com a expansão mineira, que vinha do sul de Minas” (FAUSTO, 1997, p. 196). Como a quase totalidade dos municípios paulistas, São José do Rio Pardo tinha como atividade econômica fundamental a lavoura cafeeira. Em 1886, o município era classificado como de lavouras novas, com uma produção de 3.000.000 de quilos, ou seja, 50.000 sacas de 60 quilos. (TAUNAY, 1939, v. 6, p. 367).

Em 1901, a área total das 109 principais fazendas do município era de 12.518 alqueires. Destes, 3.427 estavam ocupados com cafezais e 320 com outras culturas, o restante da área constituía-se de pastos, matas, capoeiras e brejos. Contudo, as áreas apresentadas não eram exatas. Como afirmou Júlio Brandão Sobrinho, inspetor agrícola do 3º Distrito agrônomo, faltavam os dados de algumas fazendas, além das inúmeras pequenas propriedades que juntas somariam cerca de 200 alqueires.¹³ Nesse mesmo ano, a produção agrícola de São José do Rio Pardo, excetuando-se o café, foi a seguinte (tabela 7):

Tabela 7 – Produção agrícola de São José do Rio Pardo em 1901

Gêneros	Quantidade	
milho	5.978	carros
feijão	15.750	alqueires ¹⁴
arroz	8.620	alqueires
batata	1.478	alqueires
batata inglesa	620	alqueires
cará	10	alqueires
mandioca	924	alqueires
fumo	07	arrobas
amendoim	50	alqueires
grão-de-bico	25	alqueires
soja	20	alqueires

Fonte: Estatística Geral do Município de São José do Rio Pardo (1901). Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata nº C05574.

Conforme relatou o inspetor agrícola, esta produção estava muito aquém do que se podia esperar de um importante município como São José do Rio Pardo, a qual não satisfazia

¹³ Conforme a Estatística Geral do Município de São José do Rio Pardo, ano 1901. Documento encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata no. C05574.

¹⁴ Segundo Ferreira (1999, p. 105), um alqueire de grãos de cereais correspondia a 36,27 litros.

sequer as necessidades da população local. O inspetor manifestou ainda a necessidade de se conscientizar os lavradores da importância do desenvolvimento dessas culturas.¹⁵

Pela tabela 8, a seguir, podemos observar que, principalmente em relação ao ano de 1905, a produção de arroz, feijão, milho e tabaco tiveram um crescimento substancial. A produção de arroz, por exemplo, aumentou mais de 10 vezes, a de feijão mais de 4 vezes, a de tabaco quase 140 vezes. Contudo, no ano seguinte essas proporções se reduziram bastante, à exceção do tabaco que aumentou ainda mais.

Tabela 8 - Produção Agrícola de São José do Rio Pardo (1905-1906)

Anos	Aguardente (pipas)	Arroz (litros)	Açúcar (@)	Café (@)	Feijão (litros)	Milho (litros)	Tabaco (@)
1905	1.485	3.325.000	1.130	432.331	2.323.640	12.084.740	990
1906	2.500	800.000	1.000	500.000	500.000	3.000.000	1.500

Fonte: REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1907, p. 60; 1909, p. 8-9.

Ao que parece, ainda que timidamente, iniciava-se uma importante diversificação da lavoura. Em 1907, por exemplo, se despontava o cultivo daquele que viria a ser o segundo produto de maior produção no município. A baixa do café levou muitos lavradores a explorar outras culturas. Dentre estas, a do arroz tomava maiores dimensões. Assim como muitos outros municípios, São José do Rio Pardo se transformava em grande exportador do produto. Entre as fazendas locais em que se desenvolvia a cultura de arroz, destacava-se a produção de Alípio Dias que, realizada com técnicas modernas, naquele ano exportaria entre 8 e 10 mil sacas do produto. Apontando a não diversificação como uma das causas da crise da lavoura cafeeira, o artigo assinalava ainda a mudança que se operava na forma de pensar dos fazendeiros: “O lavrador de café entendia que o resultado que este gênero produzia dispensava a cultura de cereais e, nesta convicção, adquiria tudo por preços fabulosos. Hoje, porém, já estão reconhecendo aquele grande erro, depois de terem passado por bem amargas experiências” (CULTURA..., 1907, p. 1-2, atualização ortográfica nossa). Alguns meses depois, um novo artigo sobre a cultura do arroz reforçava a mudança em curso: “Os nossos lavradores estão convencidos de que o *café não dá para tudo*. [...] Felizmente a policultura vai tomando incremento entre nós” (A CULTURA..., 1907, p. 1, grifo do autor, atualização ortográfica nossa).

¹⁵ Estatística Geral do Município de São José do Rio Pardo (1901), documento encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata nº C05574.

Para efeito de comparação, no início da década de 1920 a superfície ocupada pela lavoura era de 26.210 alqueires, sendo 4.513 em pastos e campos. Eram cerca de 600 as propriedades rurais, que cultivavam café, cereais, cana-de-açúcar, fumo, batata, mandioca, algodão, vinha, frutas, etc. Os lavradores de café somavam 356 e a produção média era de 67, 7 arrobas por mil pés. A produção de arroz era de 28.800 hectolitros¹⁶, a de feijão era de 30.600, a de milho era de 207.000, a de fumo era de 3.000 arrobas e a de batata era de 30.000 sacos. (EGAS, 1925, p. 1844-1845). Por esses dados, observamos uma maior diversificação agrícola e um crescimento substancial da produção de milho e fumo, bem como a da batata, cuja produção no início do século XX era insignificante.

Entretanto, a preponderância do café era inquestionável. Na tabela 9, a seguir, observamos a oscilação da produção cafeeira rio-pardense entre 1911 e 1921, com uma acentuada queda no final do período.

Tabela 9 - Produção cafeeira de São José do Rio Pardo (1911 – 1921)

Anos	Cafeeiros produzindo	Produção total (@)	Por mil pés (@)
1911 – 1912	10.586.000	921.290	87,0
1912 – 1913	10.586.000	876.421	80,7
1913 – 1914	10.586.600	992.748	92,8
1914 – 1915	10.586.600	883.580	83,4
1915 – 1916	10.586.600	871.990	82,2
1916 – 1917	10.883.270	703.530	59,2
1917 – 1918	12.278.600	920.000	74,9
1918 – 1919	12.278.600	402.000	32,7
1919 – 1920	12.278.600	420.000	34,2
1920 – 1921	12.278.600	682.000	55,5

Fonte: EGAS, 1925, v. 2, p. 1845.

1.7.2 A Pecuária

Como podemos notar na tabela 10, a seguir, e conforme relato do inspetor agrícola do 3º Distrito Agrônômico, em 1901, a pecuária também se encontrava muito atrasada, tanto em quantidade como em qualidade. Eram poucos os fazendeiros que possuíam um ou outro animal de raça. A criação de carneiros não existia: “[...] meia dúzia de cabeças, sem contar as poucas que vagueiam pelas ruas e da pior raça, são as únicas existentes em todo o município, que tanto teria a lucrar com a indústria da lã”¹⁷ (atualização ortográfica nossa).

¹⁶ Segundo Ferreira (1999, p. 1030), um hectolitro equivale a 100 litros.

¹⁷ Conforme a Estatística Geral do Município de São José do Rio Pardo (1901), encontrada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata nº C05574.

Tabela 10- Pecuária em São José do Rio Pardo (1901)

Rebanho	Nº de cabeças
eqüinos	775
asininos e muares	950
bovinos	1.252
suínos	5.108
caprinos	375
Total	8.460

Fonte: Estatística Geral do Município de São José do Rio Pardo (1901). Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata nº C05574.

Passados apenas quatro anos, o rebanho rio-pardense havia se desenvolvido consideravelmente, como podemos ver na tabela 11, a seguir.

Tabela 11 - Pecuária em São José do Rio Pardo 1905/1906 (cabeças)

Anos	Eqüinos e muares	Ovinos e caprinos	Suínos	Bovinos
1905	4.449	2.980	16.353	8.370
1906	4.000	3.000	15.500	8.000

Fonte: REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1907, p. 67; 1909, p. 22-23.

Em princípios da década de 1920, o crescimento da pecuária havia sido ainda maior: eram 30 as fazendas de criação, havendo um rebanho de 19.276 bovinos, 5.544 eqüinos, 2.933 asininos e muares, 998 ovinos, 1.928 caprinos e 39.743 suínos. (EGAS, 1925, p. 1845).

É muito provável, assim como no caso da produção de cereais, que a produção pecuária expandiu-se rapidamente em função do desenvolvimento demográfico e urbano do município. Certamente, o crescimento populacional e o desenvolvimento do comércio e das pequenas manufaturas demandaram um constante aumento da produção de alimentos e matérias-primas.

1.7.3 Produção Extrativa

Para o ano de 1905, encontramos a extração de 3000 metros cúbicos de madeira, no valor de 240 contos de réis, além de 5000 metros cúbicos de pedras para construção e calçamento, no valor de 25 contos de réis. (REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1907, p. 64).

1.7.4 Bancos

A atividade bancária era ainda bastante incipiente. Encontramos no periódico local, no início da década de 1900, anúncios de pequenas e efêmeras casas bancárias, como a de Pedro de Siqueira & C. (genro de Honório Dias). Da agência do Banco Regional de Mococa, inaugurada em 15 de julho de 1899, encontramos propaganda até por volta de 1910, porém não dispomos de informações detalhadas sobre ela. O banco mais duradouro, entretanto, parece ter sido o “Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo”, que operou entre os anos de 1907 e 1914. Este teve alguns dos Dias como sócio-fundadores. Abordaremos mais detidamente a história deste banco no próximo capítulo, quando trataremos da vida empresarial da família.

1.7.5 Comércio e Indústria

Os comerciantes e pequenos industriais e financistas rio-pardenses, imigrantes ou descendentes deles em sua maioria, sobretudo italianos, formavam uma importante classe média urbana. Só encontramos dados sobre o número de estabelecimentos e ramos de atividade para a década de 1920. Contudo, sabemos que logo nos primeiros anos do século XX, os pequenos empresários urbanos já se organizavam numa associação local.

No dia 17 de fevereiro de 1907, reuniram-se na câmara municipal mais de 100 negociantes, entre comerciantes, pequenos industriais, artesãos e lavradores, em assembléia presidida pelo intendente municipal, o Dr. Jovino de Sylos, com o intuito de constituírem um Centro Comercial, que agregasse o comércio, a indústria e a lavoura locais (CENTRO..., 1907a, p. 2). Em reunião posterior, após a aprovação dos estatutos, foi eleita a diretoria da nova associação para o seu primeiro ano de atividades, sendo escolhido como presidente o coronel Vicente Dias Jr. (CENTRO..., 1907b, p. 2). O objetivo do “Centro Commercial, Industrial e Agrícola de São José do Rio Pardo” era defender os interesses das três classes. Dentre as suas principais demandas estavam a redução dos impostos e dos fretes ferroviários, o aumento e melhoria das vias de comunicação com as cidades vizinhas e sul de Minas, como também o combate à concorrência desleal dos mercadores ambulantes, que não pagavam impostos. No dia 1º de janeiro de 1909, por exemplo, o Centro organizou protestos e uma greve geral do comércio, que teve grande repercussão regional, devido à negativa da Câmara Municipal de reduzir em 20% os impostos locais (A GREVE, 1909, p. 1).

O comércio da cidade, entretanto, não sofria concorrência apenas dos mascates, mas também dos armazéns das fazendas. O movimento de colonos e outros moradores da roça, que procuravam a cidade para a aquisição de bens, era cada vez menor. O periódico local assinalou o despovoamento da cidade aos domingos e as casas comerciais quase vazias:

É fácil a conclusão de que prejuízo sente-se o nosso comércio com a concorrência desses estabelecimentos, já porque neles encontram os colonos tudo quanto necessitam, arredando-se da cidade, porque a comodidade lhes é preferível; já porque talvez encontrem gêneros mais baratos, visto a condição de vida não exigir grandes despesas, sofrendo, por isso, a cidade paralisação completa de seu movimento, fato que acarreta prejuízos ao comércio em geral (NEGÓCIOS..., 1904, p. 1, atualização ortográfica nossa).

O jornal, ainda, pediu ao governo municipal a decretação de elevados tributos sobre os negócios das fazendas, para proteger os interesses daqueles que, sobrecarregados de impostos, davam grande contribuição à receita da cidade e, por conseguinte, para as melhorias que ela necessitava (NEGÓCIOS..., 1904, p. 1).

Para o início da década de 1920 encontramos as seguintes informações: os estabelecimentos comerciais somavam 180, atuando nos ramos de fazendas, secos e molhados, ferragens, armarinhos, modas, etc. Dentre os principais destacavam-se, 20 alfaiatarias, 6 padarias, 4 lojas de calçados, 5 açougues, 12 ferrarias, 10 marcenarias e carpintarias, 8 selarias e 5 tipografias. Havia também 87 estabelecimentos industriais. Entre os principais: 8 de artefatos de folha, 3 de bebidas, 1 de biscoitos, 8 de carros e carroças, 1 de ladrilhos, 4 de massas alimentícias, 6 de móveis, 3 de sabão, 3 de farinha de mandioca e 3 de manteiga (que produziam 5.000 quilos anuais). Fabricavam-se também mais de 30.000 quilos de queijo tipo mineiro por ano. Existiam ainda, 2 curtumes, 6 serrarias, 2 usinas hidrelétricas (pertencentes ao coronel Vicente Dias Jr.), 5 olarias, 38 máquinas de beneficiar café e 5 de beneficiar arroz, além de 20 engenhos de açúcar e aguardente (EGAS, 1925, p. 1845-1846).

No lançamento dos impostos de comércio e indústria do município, referente ao ano de 1924, encontramos um total de 323 estabelecimentos, sendo 217 comerciais e 106 industriais. As casas comerciais estavam divididas nos seguintes ramos: molhados (90), fazendas (35), botequins (15), barbearias (13), padarias e confeitarias (11), farmácias (10), relojarias (5), açougues (5), cinemas (4), ferragens (4), restaurantes (3), hotéis (2), fotografias (2), banco (1), entre outros. Entre as indústrias encontramos os seguintes ramos: sapatarias (13), máquinas de café (11), ferrarias (11), alfaiatarias (8), móveis (6), olarias (6), tipografias (5) selarias (5), carros e carroças (5), serrarias (4), massas (4), bebidas (3) e muitas outras (IMPOSTO..., 1924, p. 3-6).

Embora certas divergências entre as duas últimas fontes, ambas corroboram o rápido crescimento demográfico e urbano-industrial do município, diretamente vinculados à expansão da lavoura cafeeira.

1.8. A Sociedade Rio-Pardense

Uma das premissas fundamentais que norteia esta investigação é a de que as transformações intrafamiliares não ocorrem de forma estanque. Elas estão entrelaçadas às mudanças na sociedade mais ampla. Para Hobsbawm (1998, p. 99), por exemplo, “classe” não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais. Segundo o autor: “A pesquisa sobre classe deve portanto envolver o resto da sociedade da qual ela é parte. Donos de escravos não podem ser entendidos sem os escravos, e sem os setores não escravistas da sociedade.” Geertz (1978, p. 55), por sua vez, alertou para a inviabilidade de um estudo, de um grupo ou de uma localidade, isoladamente. Enfatizando a necessidade fundamental da correlação entre o micro e o macrosocial, o autor valorizou as peculiaridades culturais dos povos, opondo-se ao universalismo cultural, como elemento central na explicação das relações humanas. O autor indagou: “Será que é apreendendo alguns fatos gerais que o homem tem, em todo lugar, [...] que iremos apreendê-lo? E respondeu: “[...] pode ser que nas particularidades culturais dos povos – nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano.”

Com base nesses preceitos, a seguir, descreveremos brevemente a sociedade rio-pardense daquele período. Acreditamos que isto seja importante para entendermos, pelo menos em parte, como se formaram os valores e a visão de mundo dos Dias.

São José do Rio Pardo, apesar de ser uma pequena cidade interiorana, se encontrava num processo de rápida urbanização e se transformava numa sociedade consideravelmente heterogênea. Nela, conviviam os grandes fazendeiros e grandes comerciantes, que compunham a elite local; a classe média, constituída pelos pequenos proprietários, pequenos comerciantes, industriais e financistas, profissionais liberais (principalmente médicos e advogados), funcionários públicos e eclesiásticos. A classe baixa dessa sociedade era formada por uma amálgama de trabalhadores, urbanos e, sobretudo rurais, constituída de elementos recém-saídos da escravidão e de uma massa de imigrantes de variadas nacionalidades (portugueses, espanhóis, austro-húngaros, japoneses e,

principalmente, italianos). Nas palavras de uma estudiosa: “Nessa rede urbana que brotava quase de repente, na esteira do café, uma nova sociedade, com grupos sociais diferenciados, exercitava-se em movimentos de ajuste e ordenamento, procurando abrir caminhos e ocupar novos espaços” (A. L. MARTINS, 1994, p. 186).

Era uma comunidade que se modernizava, mas que mantinha ainda fortes traços do tradicionalismo. Do Código de Posturas Municipal¹⁸, por exemplo, selecionamos alguns de seus artigos que se referiam aos costumes públicos:

Art. 91 – Ninguém poderá, nas ruas, praças e lugares públicos, proferir palavras injuriosas ou obscenas, nem praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes. [...].

Art. 92 – Ninguém poderá tomar banhos nos rios e córregos da cidade e povoações do Município sem estar vestido de modo a não ofender o pudor. [...].

Art. 93 – Ninguém poderá estar nas ruas, praças e outros lugares públicos senão decentemente vestido. [...].

Art. 94 – É vedado dar tiros com qualquer arma de fogo, gritar, fazer alarido, cantar, pelas ruas ou lugares públicos, em serenatas, e por qualquer modo perturbar o sossego público. [...].¹⁹

[...]

Art. 101 – Os mendigos não poderão esmolar pelas ruas e outros lugares públicos, sem exibirem a competente licença da autoridade policial, [...].

Art. 102 – Todo o indivíduo, de qualquer sexo ou idade, que for encontrado sem ocupação e em vagabundagem, será mandado à presença da autoridade policial competente, para proceder na forma da lei (atualização ortográfica nossa).

Era uma sociedade muito escrupulosa, fundamentada no catolicismo, na exaltação do trabalho e na retidão de caráter de seus cidadãos. Em julho de 1909, os rio-pardenses João Cardoso e Avelino de Noronha, por exemplo, foram detidos pelo Delegado local por terem realizado uma serenata sem a devida licença da autoridade policial (CHRONICA..., 1909a, p. 2)

Era também uma sociedade preconceituosa e intolerante com aqueles que não se adequavam aos valores dominantes. Obedecendo as ordens do Secretário de Justiça estadual, o Delegado de Polícia instaurou processo contra o grupo de ciganos que estava estacionado na cidade, para que eles fossem recolhidos à Colônia Correccional da Ilha dos Porcos. Esta instituição, voltada para o “saneamento moral da sociedade”, destinava-se aos: “[...] adultos vagabundos e turbulentos, considerados como elementos perniciosos na sociedade”. Estes seriam submetidos a trabalhos forçados até que se tornassem “cidadãos úteis”. Depois de regenerados, então retornariam à liberdade (ESCOLA..., 1907, p. 1). Na mesma ocasião, o

¹⁸ Documento encontrado no museu municipal de São José do Rio Pardo, caixa no. 15.

¹⁹ Os infratores a estes artigos estavam sujeitos a multa de 20\$000 e detenção por 24 horas.

periódico local também noticiou: “Durante a semana finda foram recolhidas ao xadrez diversas pretas, que foram intimadas a tomarem ocupação dentro do prazo de 8 dias, sob pena de serem processadas de acordo com o artigo 399 do Cód. Penal (vagabundagem) (CHRONICA..., 1909b, p. 2, atualização ortográfica nossa). Noutro noticiário policial, encontramos a condenação, pelo Juiz de Direito da comarca, do “desocupado” Nestor Fermino da Silva a 22 dias e 6 horas de prisão, por “vagabundagem” (CONDEMNAÇÃO..., 1910, p. 2). Seria hilário não fosse verdadeiro (para os dias de hoje), o caso da prostituta Alzira França Martini, residente à Rua Campos Salles, pois: “Devido às reclamações dirigidas ao Dr. Delegado de polícia [...] foi a mesma intimada para mudar-se da referida rua, visto ser esta só habitada por famílias.” (CHRONICA..., 1910, p. 2).

A intromissão da comunidade circundante na privacidade dos indivíduos, característica da sociedade tradicional bastante destacada por Shorter (1995), ficou evidente num artigo que condenava a existência de um bordel na cidade. No trecho a seguir, notamos também a superficialidade do pudor de certos membros importantes dessa sociedade:

Mas quem segue às horas mortas da noite pela rua maculada, estaca, não raro, surpreendido ao escutar claro, nitidamente saltando no ressoar das patuscadas, um nome respeitável.

___ Seu coronel F... não está hoje bem disposto!

___ Seu Dr. F... sirva-se de um copo de cerveja!

[...]

E os melhores nomes desta cidade, aparecem, um a um, miseravelmente afogados na espumarada dos chopos, sob a vaia irritante das pilhérias soezes, num guinchar estrídulo de risadas garotas...

[...]

Não será absolutamente necessária a intervenção policial para a extinção do escândalo? (UM FACTO..., 1900, p. 1, atualização ortográfica nossa).

A inércia e apatia da população ficaram evidentes, por exemplo, no carnaval de 1902:

Ainda este ano o nosso lugar não quis sair da clássica apatia, jazendo sossegado nos três dias consagrados à folia.

Nem um grupo mais ou menos organizado, nem uma crítica que despertasse a atenção, nem uma máscara interessante saíram à rua.

Simples tolos, desenxabidos, mal vestidos, andando à toa pelas ruas, numa mudez de pedra – eis o que tivemos durante o carnaval (CARNAVAL, 1902, p. 2, atualização ortográfica nossa).

Em meados da década de 1920, o comportamento da população parece ter se modificado bastante. Na descrição a seguir, notamos uma grande participação popular no carnaval de 1924, tanto nos clubes como nas ruas:

Estiveram animadíssimos os folguedos carnavalescos durante os três dias do reinado de Momo.

Os bailes realizados no Clube Recreativo [...] foram magníficos e entusiasmados, reinando alegria constante [...].

O 'Ao Ponto', como de costume, brilhou nas suas reuniões, onde a brincadeira com lança perfume e confete foi acalorada.

No Pavilhão 15 de Novembro foi extraordinário o movimento em seus espetáculos e indescritível a alegria reinante, vendo-se a platéia inteiramente forrada de serpentinas.

[...]

Tomaram parte no corso mais de 50 automóveis (CARNAVAL, 1924, p. 2, atualização ortográfica nossa).

O articulista ressaltou ainda o comportamento ordeiro da população no decorrer dos festejos: “A população rio-pardense deu mais uma prova de sua educação, pois apesar da grande aglomeração em todos os pontos onde se divertia, nenhum incidente foi registrado” (CARNAVAL, 1924, p. 2, atualização ortográfica nossa). Portanto, embora a grande mudança no comportamento popular verificada do carnaval de 1902 para o de 1924, mesmo numa ocasião de exacerbação dos ânimos, prevaleceu o comedimento e o respeito à ordem.

Sobre a vida social da elite rio-pardense encontramos no periódico local algumas notícias. Por exemplo, por ocasião do encerramento da Festa do Divino, lemos a seguinte descrição:

Naquele dia, após a procissão e os fogos de artifício, queimados logo ao cair da tarde [...], abriram-se os elegantes salões do palacete do Exmo. Snr. Coronel Francisco Soares, a receber numerosos convidados dentre o que há de seletos em nossa sociedade.

Dançou-se animadamente ao som da Orquestra Rio-Pardense e pela alta madrugada retiraram-se os convidados [...] (FESTA..., 1900, p. 2, atualização ortográfica nossa).

Noutra notícia lemos o seguinte: “A elegante residência do Snr. Coronel Honório Dias foi pequena para conter o grande número de convidados, a fina flor rio-pardense, que foi assistir ao baile por S. S. oferecido na noite de 6. [...]” (SARAU, 1900, p. 2, atualização ortográfica nossa).

Apesar de culturalmente manter muitos costumes e tradições antigas, entretanto, em outros aspectos São José do Rio Pardo progredia. Vimos anteriormente como a tecnologia e a mecanização modernizavam a lavoura. Desde 1897 a cidade já contava com iluminação elétrica e, a partir de 1908, com telefonia. Materialmente também havia grande evolução, por exemplo, no dia 4 de julho de 1908, a cidade foi agitada por uma grande novidade: o passeio do primeiro automóvel por suas ruas. O coronel Francisco Soares de Camargo (ligado aos

Dias pelo casamento de seu sobrinho, José Soares de Camargo, com Mariana de Oliveira Dias, filha do coronel Honório Dias), havia adquirido os dois primeiros automóveis da localidade, um de passeio e outro de cargas. Neste passeio, em um dos veículos, acompanhado de grande número de curiosos, estavam presentes importantes autoridades, como o juiz de direito, o prefeito e o vice-presidente da câmara municipal. Finalizando a matéria, o articulista felicitou o “inteligente e progressista fazendeiro” por sua iniciativa e desejou que o seu exemplo fosse frutuoso: “[...] sendo adotado tão rápido, cômodo e pouco dispendioso meio de transporte no município, lançando-se em desprezo os caros, pesados e guinchadores carros, ferrados a pião” (O RIO PARDO, 1908, p. 2).

1.9. Conclusão

Como demonstramos, a produção cafeeira era a atividade preponderante no município. Acreditamos que o crescimento de outras culturas, assim como o da pecuária, relacionou-se provavelmente às épocas de baixos preços do café, mas principalmente ao crescimento demográfico e urbano pelo qual passava o município e região. Foi o café que trouxe a ferrovia, as máquinas de beneficiamento, além de atrair milhares de trabalhadores imigrantes e, daí, a necessidade constante de se expandir a produção de alimentos, para a reprodução da força de trabalho que, por sua vez, impulsionava a atividade cafeeira. Além disso, foram os negócios do café que estimularam o crescimento do comércio local e o estabelecimento de casas bancárias. Enfim, a infra-estrutura demandada pelo café fomentou a diversificação econômica e o desenvolvimento urbano, criando em São José do Rio Pardo um pequeno complexo econômico e integrando o município, dentro de suas proporções, ao moderno mundo capitalista que se desenvolvia.

Como vimos anteriormente, na explicação de Wilson Cano sobre a composição e funcionamento do complexo cafeeiro paulista, em São José do Rio Pardo, numa escala reduzida, desenvolveu-se o mesmo processo. Ou seja, em torno da atividade nuclear, a lavoura cafeeira capitalista, desenvolveu-se um conjunto de atividades econômicas integradas, direta ou indiretamente, ligadas e dependentes da atividade central.

Em São José do Rio Pardo, parte integrante do complexo cafeeiro paulista, os Dias iniciaram sua trajetória de cafeicultores capitalistas, ali desenvolveram seus primeiros empreendimentos urbanos e a partir dali expandiram seus negócios para outras partes de São Paulo e Minas Gerais. O pequeno “mundo” rio-pardense, correlacionado à sociedade mais

ampla, teve grande influência sobre a formação dos valores, da visão de mundo, como também sobre as transformações internas à família Dias.

**CAPÍTULO 2 - INDIVIDUALISMO BURGUÊS E DECLÍNIO DO COLETIVISMO
FAMILIAR: DA FAMÍLIA EXTENSA À FAMÍLIA NUCLEAR**

Como vimos no capítulo anterior, o processo de modernização ocorrido no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX, atingiu mais profundamente o estado de São Paulo. Isso se deveu, sobretudo, a mais dinâmica economia de mercado desenvolvida no complexo cafeeiro paulista. As famílias da elite cafeeira de São Paulo, simultaneamente objetos e agentes daquelas transformações, também sofreram modificações em sua estrutura. Pensamos que elas também passaram por certa transição, se modernizaram, porém mantiveram muitas heranças do tradicionalismo. Nessa trajetória de rompimento com a sociedade tradicional e ingresso no mundo moderno, as famílias extensas foram perdendo o seu corporativismo e a solidariedade tendeu a se restringir ao âmbito das famílias conjugais (ou nucleares) das gerações mais novas. Acreditamos que esse processo foi movido, sobretudo, pelo rápido avanço das relações de mercado e pelo crescente individualismo a elas relacionado. A família conjugal passaria a ser o tipo de arranjo familiar predominante, como forma de adaptação desses grupos de convívio às rápidas mudanças socioeconômicas de sua época. É o que pretendemos demonstrar, pelo menos para o caso da família Dias.

2.1 Novas imagens da família de elite

Antes de tratarmos especificamente da família Dias, faremos uma breve exposição de alguns estudos que demonstraram a diversidade das formas de organização da família brasileira, como também a grande capacidade de adaptação das famílias tradicionais às inovações e a tendência delas de se organizarem de forma mais simplificada nas gerações mais novas.

Começamos por Frank (2001, p. 49-74, tradução nossa) que, ao estudar famílias de elite e políticas oligárquicas no Mato Grosso, entre 1889 e 1937, constatou que as mudanças nas estruturas familiares interagem com o novo contexto político e econômico, produzindo distintos tipos de oligarquia. Por conseguinte, a dominação das famílias de elite tradicionais na fronteira brasileira teria se modificado durante períodos de mudanças sociais e políticas, resultando no surgimento de facções oligárquicas inovadoras, as quais o autor denominou “transitórias” e “novas”. Segundo Frank, as mudanças na estrutura familiar aconteceram tanto entre famílias, quanto numa mesma família de uma geração para outra, como resultado da maior interação das famílias tradicionais a conjunturas socioeconômicas modernas, como a abolição do escravismo e a implantação do trabalho livre, o advento da República, o rápido crescimento da economia de exportação, etc. Sendo assim, cada geração de uma mesma família de elite ou oligarquia, em conformidade com o momento histórico, se constituiria

numa nova facção, com origens socioeconômicas e organização interna diferentes, bem como interesses e estratégias de poder distintos. Em suma, na concepção de Frank, a oligarquia era instável e sua estrutura familiar estava em constante movimento, se transformando, sobretudo, de uma geração para outra. Apoiado nessa compreensão, o autor dividiu as oligarquias em três categorias seqüenciais: As **tradicionais** – que surgiram com base no acúmulo de poder patrimonial nos tempos coloniais, tendo como fator de poder e riqueza a combinação de terra e escravos. As **transitórias** (categoria que parece melhor caracterizar a família Dias) – que se desenvolveram entre fins do Império e as primeiras décadas republicanas, prosperando com base no crescimento da economia exportadora. As famílias oligárquicas tradicionais, fundadas no século XVIII, continuaram a exercer poder político e econômico significativo no século XX, seis ou mais gerações depois de sua fundação. Em contraste: “[...] as famílias de elite transitórias freqüentemente despontaram para a hegemonia política e econômica na segunda geração, e a terceira geração freqüentemente marcou um declínio no poder oligárquico transitório” (FRANK, 2001, p. 50-51). E, por último, as **novas** oligarquias, que se formaram no contexto de novas estruturas sociais e econômicas, associadas à consolidação de um Estado forte durante os anos Vargas. A ascensão de grupos médios urbanos contribuiu para o surgimento desse novo tipo de oligarquia, cujos novos líderes eram oriundos predominantemente das categorias de profissionais urbanos.

Frank ressaltou ainda que essas classificações se referem a fases históricas específicas, contudo não impedem a coexistência de diferentes tipos de oligarquia (fazendo alianças ou lutando entre si pelo poder) num mesmo momento histórico.

Levi (1977, p. 33-37) advogou que, embora os grupos tradicionais geralmente sejam vistos como um obstáculo à modernização, parte dessa sociedade tradicional apresentaria certa flexibilidade. Essa flexibilidade seria a habilidade de algumas famílias tradicionais em se adaptar a condições modernizantes. O trecho a seguir reforça o pensamento do autor:

Em um país pós-colonial, ou em um país mudando-se do status colonial para uma real independência, a modernização resultou grandemente dos desejos, necessidades e esforços destes mesmos grupos. Eles têm a educação necessária, habilidades de liderança, poder político e capital para começar o processo, e, em alguns casos, vêm de setores sociais tradicionais de origem familiar: a primitiva elite industrial em São Paulo é um exemplo fundamental (LEVI, 1977, p. 36).

Dando forma ao seu pensamento, o autor descreveu o papel desempenhado pelos Prado, uma tradicional família da elite cafeeira, no início da modernização de São Paulo. A flexibilidade da estrutura familiar, a sua maior interação à cultura européia, como também a

adoção de valores capitalistas (que salientavam o investimento e a acumulação de capital, o oportunismo e a inovação), permitiram que o grupo se modernizasse como forma de se adaptar às inovações socioeconômicas, políticas e culturais de seu tempo. Sobre a estrutura da família Prado, o autor sintetizou:

O mais significativo aspecto da estrutura da família Prado era sua flexibilidade: os Prado respondiam a condições em mudança abandonando velhos laços familiares e forjando outros, processo seguido quase continuamente. Nesta dinâmica intrafamiliar, a experiência da família Prado incluiu desvios significantes das supostas normas da dominância masculina e da subordinação dos jovens (LEVI, 1977, p. 312).

Como alternativa ao modelo patriarcal, genérico e imutável da família brasileira, tecido a partir de obras clássicas como a trilogia de Gilberto Freyre²⁰, o autor sugeriu o conceito de “família de elite modernizante” (LEVI, 1977, p. 311-317). Esse modelo de família representaria parte da elite do centro-sul brasileiro, entre 1840 e 1930, tendo suas origens na grande expansão cafeeira do período. A urbanização e a influência estrangeira, causas do declínio do modelo patriarcal, teriam estimulado o desenvolvimento da família modernizante. No entanto, como ressaltou o autor, a família era “modernizante” e não “modernizada”: “Como a experiência dos Prado demonstra, as atitudes, percepções e ações patriarcais interagem, por vezes, com as mais ‘modernas’ (LEVI, 1977, p. 315-316).

Ao longo do seu percurso de modernização, fatores econômicos e políticos, mobilidade geográfica, divergências culturais, conflitos intergeracionais e mesmo a miscigenação, contribuíram para o declínio da solidariedade familiar. Como resultado, a família extensa se enfraqueceu simultaneamente ao fortalecimento da família nuclear (LEVI, 1977, p. 311-317): “Embora algumas características da família extensiva tenham sido preservadas, a parentela, integrando verticalmente as classes alta e baixa, declinou. Enquanto isso, a família nuclear ganhou em força relativa, como resultado da diferenciação intrafamiliar.” (LEVI, 1977, p. 315).

Levi não fez qualquer menção direta sobre a influência do individualismo de mercado nas transformações intrafamiliares. No entanto, ao descrever a postura adotada pelos Prado perante o novo ambiente econômico da Primeira República e seus reflexos nas relações familiares, o autor salientou: “Os laços familiares baseados na lealdade e nos serviços mútuos eram duramente pressionados para sobreviver em uma economia capitalista em desenvolvimento, cujos lucros e competição eram as regras do jogo.” (LEVI, 1977, p. 252).

²⁰ O autor se referiu às obras *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*.

Samara (1991), por sua vez, questionou o modelo patriarcal de família brasileira, tecido a partir de obras clássicas como as de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna²¹, como estático e válido para toda a sociedade brasileira. A autora argumentou sobre a complexidade das formas de organização familiar e ressaltou as suas variações quanto à estrutura e valores, em função do tempo, espaço e respectivos grupos sociais (SAMARA, 1991, p. 9-14).²²

Estudando a sociedade paulista do século XIX, Samara constatou que as famílias extensas (compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados) não foram o tipo predominante em São Paulo. Segundo ela, a maioria das famílias paulistas possuía estrutura mais simples e compunha-se de poucos integrantes:

Compondo um quadro geral da família paulista, constatamos que as extensas ou do tipo “patriarcal” eram apenas uma das formas de organização familiar e não chegavam a representar 26% dos domicílios. Nos demais, ou seja, em 74% das casas, predominavam outras formas de composição, o que significa que famílias extensas eram representativas apenas de um segmento da população (SAMARA, 1991, p. 16).

A estudiosa apurou que na sociedade paulista era alta a incidência da ilegitimidade e, para isso, contribuía bastante o celibato e o concubinato. Quanto ao celibato, Samara verificou que em muitos domicílios, em vez do casal, encontravam-se homens ou mulheres solteiros que viviam solitários ou com seus filhos ilegítimos. Portanto, o casamento era uma opção para apenas parte da população. Com relação ao concubinato, a autora observou que a esposa e a concubina não viviam numa mesma casa. Esta última provavelmente vivia separada com sua prole, mesmo quando mantida pelo concubinário. Devido a essa cisão, a estrutura das famílias tendia a ser mais simples. Contudo, esse fato não impedia a possibilidade de miscigenação racial. Em resumo, o celibato e o concubinato davam uma nuance diferente à dinâmica das relações familiares, pois na sociedade paulista havia uma trama complexa de relações que se desenvolviam fora do âmbito familiar (SAMARA, 1991, p. 17-18).

Outro fator que contribuía para que a estrutura das famílias paulistas fosse mais simplificada era o predomínio do pequeno número de filhos, observado de forma geral nos vários grupos sociais e raciais. A diminuta proporção das proles se devia, sobretudo, às altas taxas de mortalidade infantil e à mobilidade espacial da população. Numa sociedade em processo de urbanização a maior mobilidade populacional ocorria, pois:

²¹ Samara se referiu às obras: Casa-Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos, de Freyre; e Populações Meridionais do Brasil, Evolução do Povo Brasileiro e Instituições políticas Brasileiras, de Vianna.

²² Veja no anexo A, a reprodução da descrição da autora sobre o modelo genérico da família patriarcal brasileira.

Maridos se ausentavam por motivos econômicos. Filhos casados passavam a ter sua própria residência e mesmo filhos menores saíam de casa para aprender um ofício. Por isso, talvez, seja impossível caracterizar a família paulista como uma família extensa do tipo patriarcal, já que a trama de relações não se definia dentro da mesma estabilidade que devia ocorrer nas propriedades de lavoura canavieira do Nordeste (SAMARA, 1991, p. 23).

Segundo a autora, devido às razões expostas, em sua maioria as famílias paulistas eram nucleares e com poucos filhos. Eram poucos os casais que agregavam filhos casados, genros, noras e netos. Apesar da manutenção das relações de solidariedade, não era comum a presença de parentes, amigos ou mesmo afilhados residindo junto às famílias locais (SAMARA, 1991, p. 23-24).

Concluindo seu estudo, conforme Samara, dentre as várias formas de organização familiar, predominavam na sociedade paulista do século XIX famílias nucleares com estruturas mais simples e menor número de integrantes. A família patriarcal extensa representava apenas um pequeno segmento da população. A estudiosa salientou ainda que em São Paulo, mesmo o modelo patriarcal possuía especificidades próprias, apresentando muitas diferenças em relação às famílias extensas nordestinas. Em suma, segundo a autora:

No plano estrutural, a concepção de família extensa é colocada em xeque principalmente para o sul do País. É o que têm demonstrado as pesquisas mais recentes que procederam a um exaustivo levantamento de dados, comprovando a predominância do padrão nuclear de família (SAMARA, 1991, p. 29-30).

Uma dessas pesquisas é a de Costa (1997) que, com seu estudo sobre herança e organização familiar na região de Campinas (SP), entre o final do século XVIII e início do XIX, também nos deu importante apoio teórico no que se refere à formação de arranjos domésticos mais simplificados. Naquela época, Campinas se transformava de uma região caracterizada por pequenas lavouras de subsistência, para uma economia mais dinâmica assentada em *plantations* de cana de açúcar e uma sociedade diversificada, composta de vários grupos ocupacionais: senhores de engenho, pequenos lavradores, artesãos, negociantes, tropeiros, jornaleiros, etc. Semelhante ao estudo de Frank (2001), a autora constatou que numa região de fronteira aberta, a crescente complexidade socioeconômica correlacionou com uma maior diversificação dos arranjos familiares.

Costa demonstrou a organização dos arranjos domésticos dos diferentes grupos ocupacionais, em duas fases distintas de seus ciclos de desenvolvimento familiar. O primeiro momento (última década do século XVIII), época de formação da vila de Campinas, na qual predominava uma sociedade rural, constituída majoritariamente por roças voltadas para a

subsistência e pequenas trocas locais. O segundo momento, correspondente à segunda geração daquelas famílias (final da terceira década do século XIX), caracterizou-se por uma sociedade mais diversificada, onde se consolidava uma economia assentada em grandes propriedades do tipo *plantations*. A estudiosa verificou que naquela fase de transição (de uma sociedade basicamente de subsistência para uma sociedade assentada na agroexportação açucareira), concomitantemente à crescente complexidade socioeconômica, as formas de organização das famílias tornaram-se mais versáteis, prevalecendo em quase todos os grupos ocupacionais, a formação de arranjos domésticos mais simplificados (COSTA, 1997, p. 213-214). A autora ressaltou ainda que, embora certa corrente historiográfica associe grupos de convivência doméstica extensos às unidades de produção do tipo *plantation*, sua pesquisa apurou que:

[...] as taxas participativas das unidades domésticas organizadas em formas complexas diminuíram em direção às mais simplificadas, quando analisamos a população livre num período de transição de plantio de roças de subsistência em direção à grande lavoura na região de Campinas (COSTA, 1997, p. 230).

Dentre esses arranjos domésticos mais simplificados, se destacaram as famílias do tipo nuclear. A nossa idéia de família nuclear confere com a subcategoria 3b, da tabela 1, do estudo de Costa (1997, p. 52): “casal com a prole”. Na introdução desse trabalho, a autora definiu melhor:

A noção de família aproxima-se à idéia de parentes consangüíneos e afins formada pela unidade conjugal e a prole, constituindo-se em unidade básica através da qual se deslanchava o processo de herança, e era uma matriz social por onde se estruturava a sociedade e as relações interpessoais (COSTA, 1997, p. 9).

Como podemos notar no trecho a seguir, a estudiosa assinalou uma série de transformações na sociedade mais ampla que correlacionaram com as modificações intrafamiliares, resultando assim na formação de arranjos domésticos mais simplificados:

As antecipações de herança – que se davam dos estratos superiores da elite aos mais modestos – a possibilidade da expansão física dos recursos fundiários [em razão da fronteira aberta], a capitalização da agricultura via introdução continua de mão de obra escrava e o aumento do grau de monetarização da estrutura produtiva, tensionados pelas fases do ciclo de vida da prole e da família, estimularam a fissão dos núcleos domésticos que, num contexto de complexificação social e formação de *plantations*, estruturaram arranjos domésticos cada vez mais próximos ao que se pode denominar de formas simplificadas de família (COSTA, 1997, p. 299-300).

O estudo de Shorter (1995), por sua vez, proporcionou apoio fundamental a nossa tese. O autor nos deu uma importante diretriz de como o individualismo burguês contribuiu para o declínio das famílias tradicionais e para a afirmação da família nuclear ou conjugal, como tipo de arranjo doméstico predominante. Objetivando explicar “a formação da família moderna”, o autor buscou as origens desse processo na transição da sociedade européia tradicional, pré-industrial, para a sociedade moderna e industrial de fins do século XVIII e início do XIX. Paralelamente, Shorter descreveu as transformações ocorridas na família tradicional ao ingressar no mundo moderno. Segundo ele, a família encontrava-se firmemente presa a uma ordem social conservadora mais ampla:

Um conjunto de laços ligava-a à parentela circundante, à rede de tias e tios, primos e sobrinhos [...]. Outro conjunto amarrava-a à comunidade mais vasta e buracos abertos no escudo da privacidade permitiam que os outros entrassem livremente no lar e, se necessário, preservassem a ordem. Um último conjunto de laços prendia esta família elementar às gerações passadas e futuras. Uma consciência de tradições e maneiras ancestrais de conduzir os negócios achava-se presente no espírito das pessoas no desenrolar do seu dia-a-dia. Era por saberem que o propósito da vida consistia em preparar as gerações vindouras para agirem como as passadas tinham agido que tinham regras bem definidas para moldar as relações dentro da família [...] (SHORTER, 1995, p. 9).

Entretanto, na sua jornada de ingresso no mundo moderno, a família quebrou todos esses laços. Afastou-se da comunidade circundante, privilegiando a sua privacidade; reduziu as suas ligações com os parentes afastados; e abandonou a preocupação com a linhagem (cadeia de gerações que se estende através do tempo). Alterando fundamentalmente até mesmo a sua relação com os familiares mais próximos, a família passou a organizar-se em torno do grupo conjugal (SHORTER, 1995, p. 9). O autor resumiu essa transição da seguinte maneira:

[...] a família tradicional era muito mais uma unidade produtiva e reprodutora do que uma unidade emocional. Era um mecanismo destinado a transmitir patrimônio e posição social de geração em geração. [...]. Depois estas prioridades inverteram-se. Os laços com o mundo exterior enfraqueceram e os laços que ligavam os membros da família uns aos outros se reforçaram. Foi erigido um escudo de privacidade para proteger a intimidade do lar da intrusão de estranhos. E a família nuclear moderna nasceu no abrigo da domesticidade (SHORTER, 1995, p. 11).

Esse processo de transformações na família foi resultante de uma “revolução no sentimento”, que teria se expressado em três áreas diferentes: no namoro, na relação mãe-filho e na separação entre a família e a comunidade circundante (SHORTER, 1995, p. 10-11). A

grande transformação do sentimento, por sua vez, teria suas origens na passagem de uma economia tradicional para uma economia de mercado moderna:

O capitalismo de mercado esteve provavelmente na raiz da revolução no sentimento. Ao mesmo tempo em que as mentalidades faziam o histórico desvio para o individualismo e o afeto, a subestrutura econômica do mundo em que os aldeãos viviam achava-se igualmente em convulsão. Foi muito provavelmente a substituição desta economia “moral” tradicional por uma economia de mercado moderna que mudou de maneira tão drástica os valores e o comportamento (SHORTER, 1995, p. 273).

É neste ponto fundamental que a teoria de Shorter dá sustento à nossa tese. Conforme o autor, a economia tradicional era uma economia local, fechada, na qual os preceitos morais referentes ao quanto as pessoas podiam lucrar, substituíam as transações de mercado. Ou seja, as transações eram governadas mais pelo costume do que pelo livre funcionamento da lei da oferta e procura. Com o capitalismo, houve a fusão de inúmeras pequenas unidades economicamente fechadas, o que resultou em grandes mercados em nível regional e nacional (SHORTER, 1995, p. 274). A progressiva implantação do mercado livre e o individualismo a ele relacionado, levaram à divisão de terras comuns e de campos cultivados em conjunto, rebanhos coletivos foram repartidos em parcelas individuais por várias famílias, os mestres individuais ficaram livres para adotar nova maquinaria e vender seus produtos por preços conforme o necessário para obter lucros. Portanto, o empreendimento privado permitiu que produtores individuais pudessem competir uns com os outros, ao invés de administrarem coletivamente o seu monopólio. Em suma, a introdução da economia de mercado na ordem moral tradicional da Europa de fins do século XVIII e início do XIX, fez com que a produção “corporativa” desse lugar ao livre empreendimento (SHORTER, 1995, p. 284).

Mas, afinal, como o capitalismo teria contribuído para o declínio da família extensa tradicional e para preponderância da família nuclear como arranjo doméstico?

O individualismo, característico da crescente economia de mercado que se estabelecia, teria acarretado uma série de mudanças culturais e comportamentais. O novo sistema econômico só teria sucesso se cada participante priorizasse, a todo custo, o seu interesse pessoal (comprando barato e vendendo caro) em detrimento dos interesses de seus competidores. Se o comportamento econômico das pessoas fosse influenciado por considerações humanitárias ou comunitárias, elas não sobreviveriam numa economia de livre concorrência. Esta mentalidade econômica egoísta, produto do individualismo de mercado, teria se expandido para vários domínios não econômicos da vida, fazendo prevalecer a realização pessoal em detrimento das obrigações e regras estabelecidas pela comunidade

circundante: “O egoísmo apreendido no mercado foi transferido para obrigações e modelos da comunidade, para laços com a família e a linhagem – em resumo, para todo o domínio de regras culturais que dirigiam o comportamento familiar e sexual” (SHORTER, 1995, p. 277).

Enfim, o desenvolvimento de uma moderna economia de mercado na Europa, resultante do avanço industrial verificado entre fins do século XVIII e início do XIX, levou à desintegração de um modo de vida coletivo e a prevalecer a privacidade nas relações família-comunidade. Como causas do fortalecimento da família nuclear, o autor resumiu:

A retirada da família nuclear para o agasalho do círculo do lar deu-se, não só porque noções de egoísmo e individualismo haviam dado à gratificação pessoal prioridade sobre a submissão à comunidade, mas também porque essas comunidades eram cada vez menos capazes de atrair os indivíduos para fora do lar e manter a sua submissão (SHORTER, 1995, p. 285).

Hobsbawm (1995, p. 315), entretanto, discorda dessa teoria. Segundo ele:

A idéia de que a família nuclear, que se tornou o modelo padrão na sociedade ocidental nos séculos XIX e XX, tenha de alguma forma evoluído a partir de unidades familiares e de parentesco muito maiores, como parte do crescimento do individualismo burguês ou qualquer outro, baseia-se numa má compreensão histórica, não menos da natureza da cooperação social e sua justificação nas sociedades pré-industriais.

Contudo, para justificar o seu ponto de vista, o autor não fez mais que citar o exemplo da *zadruga* ou família conjunta dos eslavos balcânicos, uma instituição comunista na qual cada mulher trabalha exclusivamente para a sua família (marido e filhos), mas que em determinados momentos, também serve aos membros solteiros e órfãos da comunidade (HOBSBAWM, 1995, p. 315). Além disso, o exemplo apontado pelo autor refere-se a uma realidade socioeconômica, temporal e geográfica, muito diferente da vivida pelos Dias.

Embora o estudo de Shorter tenha um recorte espacial e temporal diferente do nosso (Europa de fins do século XVIII e início do XIX), suas idéias são bastante profícuas para a nossa tese. O Brasil, um século depois, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, guardadas as suas especificidades, também se constituía numa sociedade rural e tradicional em transição para uma sociedade urbano-industrial moderna. Dessa forma, acreditamos que o pensamento de Shorter, particularmente no que se refere às transformações ocorridas na família tradicional e à ascensão da família conjugal, seja um importante referencial teórico para entendermos as modificações específicas verificadas na transição da

primeira para a segunda geração da família Dias. Nesse sentido, por exemplo, o autor salientou a restrição da solidariedade como diferencial da família nuclear:

O que verdadeiramente distingue a família nuclear – mãe, pai e filhos – de outros modelos da vida familiar na sociedade ocidental, é um sentido especial de solidariedade que separa a unidade doméstica da comunidade circundante. Os seus membros acham que têm muito mais em comum uns com os outros, do que com qualquer outra pessoa de fora – que gozam de um clima emocional privilegiado que têm de proteger da intrusão do exterior, através da privacidade e do isolamento (SHORTER, 1995, p. 221).

Para Trigo, por sua vez, a restrição da solidariedade e mesmo o isolamento das famílias da elite cafeeira, eram maneiras de afirmar e reafirmar os sinais de sua distinção como classe, ou seja, identificar-se como um grupo social dominante:

[...] o grupo guarda distância, não permite maiores aproximações e intimidades, seleciona aqueles a quem concede algum contato. Toda essa atitude tem o sentido de deixar clara a posição que ocupa na hierarquia social – identificar-se através de sinais de distinção (TRIGO, 2001, p. 37).

Objetivando explicar “o desaparecimento do dote”, Nazzari (2001) estudou a sociedade paulistana e seus arredores, no período de 1600 a 1900. Seu estudo estrutural nos proporcionou uma visão privilegiada de como o desenvolvimento capitalista e, sobretudo, o individualismo de mercado, correlacionaram com as mudanças nos costumes, valores, enfim, na estrutura das famílias de elite de São Paulo, ao longo do tempo:

Como o dote constitui uma transferência de bens entre membros da família, as mudanças no conceito de propriedade, no modo como se adquirem e conservam os bens ou nas práticas empresariais são relevantes para que se compreenda a mudança na instituição do dote, como também o são as mudanças na função da família na sociedade, no modo como ela se integra na produção e na maneira como sustenta seus membros (NAZZARI, 2001, p. 21-22).

Devido à maior ausência do Estado, São Paulo do século XVII constituía-se numa sociedade de base familiar, dominada por famílias extensas ou clãs. Essas grandes parentelas chefiadas por um patriarca (às vezes por uma matriarca) controlavam em grande medida a vida social, como o poder local, as atividades militares e econômicas. Nessa época, em São Paulo, não havia empresas ou sociedades de comércio formais, por isso, a família proprietária constituía a estrutura por meio da qual se realizavam as atividades econômicas. O dote da esposa proporcionava a maior parte dos recursos necessários para o início de uma nova unidade de produção. Portanto, o casamento não era um assunto privado, do interesse apenas

dos futuros cônjuges (como passaria a ser a partir do século XIX), mas envolvia todo o grupo. As alianças matrimoniais eram alianças de negócios e reforçavam o caráter corporativo da família. O sentimento de responsabilidade coletiva sobrepuja os interesses individuais. A família era tida como responsável por atos individuais de seus integrantes, como também um ou alguns indivíduos podiam representar todos os demais membros do grupo. O corporativismo da família extensa evidenciava-se também nas relações comerciais. Os patriarcas, muitas vezes, eram representados por filhos, genros ou mesmo por suas esposas. (NAZZARI, 2001, cap. 1). Isso nos lembra, por exemplo, a ocasião em que Honório Dias (o terceiro filho do capitão Vicente) que, com apenas 16 anos de idade, antecipou seu pai na administração da fazenda Tubaca, antes da transferência definitiva da família para São José do Rio Pardo (NOBRE, 2001, p. 102).

Nessa sociedade, a família nuclear não se constituía numa unidade de produção totalmente independente, pois ela estava estreitamente ligada à parentela:

A família era a sociedade na São Paulo do século XVII, contudo o principio organizador não era a pequena família nuclear, mas sim a ampla parentela, o clã familiar. O clã conduzia os negócios, travava as lutas, disputava o poder político e organizava as bandeiras. A família nuclear era a menor unidade de produção dentro do clã – como uma filial de uma empresa – estabelecida inicialmente com o dote trazido pela esposa (NAZZARI, 2001, p. 44).

Na primeira metade do século XIX, o Brasil sofreu mudanças substanciais. Tornou-se um Império independente, com uma Constituição e nova legislação penal e comercial. A agroexportação do açúcar, algodão e mais tarde do café, integrou o País ao moderno capitalismo internacional (NAZZARI, 2001, cap. 7). Resumindo as transformações ocorridas:

Passando por um longo processo que se iniciou no século XVIII e continuou até o início do século XX, o Brasil mudou de uma sociedade hierárquica, tipo *ancien régime*, na qual eram primordiais a posição social, a família e as relações clientelistas, para uma sociedade mais individualista, em que, cada vez mais, passaram a dominar o contrato e o mercado (NAZZARI, 2001, p. 22).

Dentre as mudanças legais ocorridas nos primeiros anos após a Independência, duas foram importantes para fortalecer o individualismo em detrimento da coletividade familiar. A primeira foi a afirmação da igualdade de todos os indivíduos perante a lei. Pelo Código Penal de 1831, todas as pessoas passaram a ser individualmente responsáveis por crimes que cometessem (não mais a família, como acontecia no século XVII). A segunda mudança legal

foi a redução da maioria de 25 para 21 anos, acompanhada da emancipação automática (NAZZARI, 2001, cap. 7, sobretudo p. 165).²³

No início do século XIX, paralelamente ao crescimento do individualismo (efeito da economia de mercado que se constituía), a separação gradativa dos negócios e funções econômicas dos assuntos de família, também contribuiu para o enfraquecimento da estrutura corporativa das parentelas. As sociedades entre membros de uma mesma família, como também com pessoas de fora dela, passaram a ser formalizadas por documentos legais, como contratos e escrituras públicas (NAZZARI, 2001, cap. 8):

Essas sociedades já não aconteciam automaticamente pelo nascimento ou pelo casamento, como ocorria no período colonial. Os homens continuavam a nascer e a casar-se em famílias que podiam fornecer capital, ligações ou possíveis sociedades em negócios, porém, se isso realmente se concretizava ou não, já não dependia do relacionamento familiar por si só, mas sim de decisões individuais e de contratos voluntários (NAZZARI, 2001, p. 177).

Os pequenos proprietários, em contraposição, tendiam a manter a propriedade em comum com outros integrantes da família, sem uma sociedade formalizada entre eles, da mesma forma como faziam as famílias na época colonial. Sendo assim:

Eram muito comuns os casos em que os herdeiros eram donos de parcelas de uma terra que não era dividida; quando um deles morria, não tinham como saber qual parte da terra, que vinha sendo cultivada por todos, pertencia ao falecido (NAZZARI, 2001, p. 177-178).

No período colonial, quando a família se constituía numa unidade de produção coletiva e informal, muitas vezes o desenvolvimento dos negócios era prejudicado. Isso acontecia, por exemplo, por ocasião de processos de inventários quando da morte do patriarca ou sua esposa:

²³ Antes disso, a emancipação não era automática e para obtê-la, um homem ou uma mulher, devia se casar ou pleiteá-la por meio de um processo judicial (NAZZARI, 2001, p. 165).

Como família e negócios eram uma coisa só, aplicava-se a legislação de família quando o dono morria. Como os cônjuges eram co-proprietários da empresa familiar, a legislação referente à herança familiar exigia que, quando da morte de um deles, fosse feito um inventário de todos os bens, entre eles os bens pertencentes ao negócio, tais como as mercadorias numa loja, e que se realizasse a divisão entre os herdeiros. Os herdeiros dos negociantes do século XVIII queixavam-se freqüentemente das perdas que sofriam por terem de suspender os negócios enquanto se completava um inventário. Passar por todo esse complicado processo, no qual cada peça de roupa era medida e avaliada, pode ter protegido os direitos dos herdeiros de uma esposa falecida, por exemplo, mas prejudicava o negócio do viúvo. Assim, a lei da herança familiar representava um obstáculo para a eficiência dos negócios (NAZZARI, 2001, p. 172-173).

O Código Comercial de 1850 e as leis posteriores contribuíram para a separação entre negócios e família, em termos de responsabilidade financeira por dívidas. A lei de 1862 permitiu a criação de companhias de responsabilidade limitada e de sociedades anônimas, que limitavam a responsabilidade da família ou do indivíduo pelas dívidas dessas empresas (NAZZARI, 2001, p. 174):

A introdução de sociedades anônimas, ações e apólices e de sociedades de responsabilidade limitada tornara ainda mais distintas as esferas da família e da empresa, permitindo a fácil transmissão da propriedade de negócios, quer por alienação, quer por herança, sem afetar o andamento dos negócios. Ações e apólices permitiam a separação mais definitiva entre família e negócios (NAZZARI, 2001, p.178).

Resumindo as constatações de Nazzari, que mais se relacionam com a nossa tese: as transformações socioeconômicas mais amplas correlacionaram com as mudanças na estrutura da família de elite extensa. Com a progressiva formalização das sociedades empresariais, a família deixou de constituir a base de um empreendimento produtivo para ser uma instituição distinta dos negócios, passando de unidade de produção a unidade de consumo. A forte autoridade do patriarca sobre a prole adulta declinou, como também diminuíram os casamentos arranjados. Nas palavras da autora: “Com o crescimento do individualismo no século XIX, os filhos tornaram-se ainda mais independentes dos pais em suas vidas de negócios, e tanto filhos como filhas adquiriram liberdade na escolha de um par com quem se casariam” (NAZZARI, 2001, p. 266). Portanto, a mudança de uma economia de base familiar para uma economia de mercado individualista, contribuiu sobremaneira para o declínio da família extensa e para a solidificação da família conjugal como arranjo doméstico preponderante.

Lewin (1993), por sua vez, em seu estudo sobre “política e parentela na Paraíba”, também ressaltou a articulação entre as mudanças na organização das famílias de elite e as transformações na sociedade nacional mais ampla. A autora destacou ainda a “alta

adaptabilidade à mudança” dessas famílias ao longo do tempo (LEWIN, 1993, p. 8-9). Limitando-nos às constatações da autora que mais se relacionam ao nosso estudo, salientamos algumas das razões apontadas por ela, da “erosão” do papel que a família extensa de elite sofreu no século passado. Para Lewin, a perda de uma identidade “quase-corporativa” acompanhou o declínio da importância da base fundiária como fundamento da família de elite. A propriedade conjunta da terra pelos integrantes de uma mesma família, como estratégia para manter uma forte identidade coletiva e para perpetuá-la através das gerações, deixou de ser viável:

Como indicaram os anos 1920, uma vez que o comércio, a indústria e as profissões passaram a proporcionar os meios de sobrevivência da maioria dos membros de uma parentela, entrou em declínio a dependência com relação a um padrão de propriedade conjunta e contígua da terra pelos membros de uma mesma família (LEWIN, 1993, p. 373).

A mobilidade espacial, como também a reforma da legislação referente à herança (que deu um novo impulso ao individualismo em detrimento da coletividade familiar), também contribuíram para acelerar a perda do coletivismo das famílias extensas de elite. A coletividade familiar, portanto, tornar-se-ia incompatível com o crescente individualismo capitalista. Por conseguinte, a solidariedade das famílias extensas de elite, que antes perdurava por gerações, passaria a restringir-se cada vez mais, tendendo a confinar-se a um núcleo conjugal e sem a expectativa de perdurar por muito mais do que uma geração (LEWIN, 1993, p. 373-374).

Tentaremos demonstrar a seguir, no caso da família Dias de São José do Rio Pardo, como o individualismo de mercado e a conseqüente separação entre negócios e assuntos de família, contribuíram para o declínio do corporativismo familiar da primeira para a segunda geração e, por conseguinte, para a restrição da solidariedade em torno das famílias conjugais da geração mais nova.

2.2 As transformações entre a primeira e a segunda geração da família Dias

Estudos genealógicos portugueses apontam os Dias como uma das mais antigas famílias de Portugal, cujas origens remontam ao século XV. Os Dias rio-pardenses, entretanto, descendem de Antônio Dias e Maria Luiz, dos quais surgiu o ramo Luiz Dias²⁴. Estes se casaram em 4 de junho de 1726, em São Pedro da Boa Vista, Penafiel, Portugal. Originariamente lavradores, os Luiz Dias vieram para o Brasil no final do século XVIII, atraídos pelo sonho do enriquecimento rápido com a mineração do ouro. Instalados inicialmente na região de Caldas – MG, onde predominava o ouro de aluvião, com a decadência aurífera, os Luiz Dias retornaram as suas origens de homens do campo, contudo, já possuidores de vasta extensão de terras (NOBRE, 2001, p. 5-6).

Da união entre o alferes José Luiz Dias (neto de Antônio Dias e Maria Luiz) e Vicência Maria do Espírito Santo (dentre seus sete filhos), nasceu, em 1825, em Cabo Verde-MG, o capitão Vicente Alves de Araújo Dias. Este se casou, em 1849, com Lucinda Cândida de Jesus, também nascida em Cabo Verde-MG, em 1834. Dessa união, entre o capitão Vicente e dona Lucinda²⁵, nasceram os filhos: Maria Cândida, José, Honório, Alípio, Elisiário, Argina, Virginia, Turíbio, Izaura, Vicente Jr. e Arlindo.²⁶ Portanto, assim se constituiu a família nuclear que lançou as sementes dos Dias em São José do Rio Pardo e região (NOBRE, 2001, p. 11-12; 27).

Não podemos afirmar, com certeza, as razões que levaram os Dias mineiros a migrarem para as novas terras paulistas, que estavam sendo desbravadas na época. Entretanto, podemos nos apoiar em Monbeig (1998, p. 133), segundo o qual: “Muitos desses caboclos de Minas dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrar-se. Assim, grande contingente de mineiros receberam os municípios situados no sopé dos contrafortes da Mantiqueira [...]”. Segundo ainda Monbeig (1998, p. 137), foram os mineiros e seus descendentes que vieram a constituir as famílias tradicionais da zona pioneira.

Quando se mudaram de Cabo Verde para São José do Rio Pardo, os Dias já possuíam uma acumulação preexistente de capital. Para Dean, é muito improvável que as famílias de

²⁴ Conforme Nobre (2001, p. 6), os Luiz Dias eram oriundos do *logar* Casal-Bom, pertencente à Freguesia de Gallegos, na Comarca de Penafiel, situada na região do Douro Litoral, a cerca de 30 km da cidade do Porto. Em Portugal, dá-se o nome de *logar* a uma povoação urbana, menor que uma *vila*. *Casal* é uma habitação rústica que compreende uma porção de terra de média proporção, maior que uma *quinta*.

²⁵ Veja as fotos do capitão Vicente e D. Lucinda no anexo B.

²⁶ Segundo Nobre (2001, p. 30), dos filhos, Maria Cândida foi a única a permanecer em Cabo Verde, pois já era casada à época da compra da Tubaca.

lavradores de Minas se transferissem para o oeste paulista por necessidade econômica, pois as novas terras precisavam ser compradas. Para o autor, portanto, era necessário: “[...] que os recém-chegados já fossem famílias prósperas, que estivessem transferindo ativos de uma região de fertilidade em declínio, para outra que lhes acenasse com maiores possibilidades de lucro” (DEAN, 1991, p. 46-47). É provável que os Dias sejam oriundos de uma economia baseada no: “[...] latifúndio quase-autárcico, decadente e escravista que se forma em fins do século XVIII e inícios do XIX em Minas Gerais, com a exaustão mineradora” (CANO, 1977, p. 17).

Exemplo característico de migrante descrito por Dean, o capitão Vicente Alves de Araujo Dias, 20 anos antes de se fixar em terras paulistas, já era dono de considerável patrimônio. Herdou pelo inventário de seu pai²⁷, em 1847, bens num total de 6:247\$380. Três anos depois, pelo inventário de sua mãe²⁸, em 1850, herdou mais um total de 7:028\$634. Entre os bens encontravam-se partes das fazendas Pinheiros e Pouso Alegre, em Cabo Verde-MG (ambas somavam mais de 10.000 alqueires), além de alguns escravos, animais de trabalho e de criação e outros.

Em 4 de janeiro de 1870, o capitão Vicente adquiriu uma grande gleba de aproximadamente 757 alqueires, que havia pertencido à fazenda Pião do Rio Pardo, do capitão Francisco de Assis Nogueira. Este, endividado, perdeu a propriedade que foi obtida judicialmente pelo comendador Antonio Ferreira da Silva. A viúva do comendador, por sua vez, vendeu as terras ao capitão Vicente. Portanto, assim nascia a fazenda Tubaca,²⁹ que inicialmente fora administrada por Honório, o 3º. filho, de apenas 17 anos na época. Com a transferência definitiva da família para São José do Rio Pardo, por volta de 1876, a Tubaca cresceu com a compra e anexação de outras propriedades, e se transformou no centro da união e base para a expansão da parentela e de suas atividades econômicas. Em 1893, a Tubaca já atingia 1062 alqueires e sua sede possuía 23 quartos e alcovas e, curiosamente, apenas um banheiro (NOBRE, 2001, p. 11; 22).

O conjunto da documentação nos levou a entender que, nessa primeira geração, a família (pai, mãe e filhos)³⁰ se constituía numa unidade produtora coletiva e informal, embora já inserida numa economia de mercado. A produção e o resultado do trabalho do grupo eram administrados pelo capitão Vicente Alves de Araújo Dias, o pai e chefe da família. A

²⁷ Documento encontrado no acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

²⁸ Documento também encontrado no acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

²⁹ Nome de um pássaro então existente na região.

³⁰ Aqui, não consideramos agregados e escravos como membros da família.

descrição a seguir (embora de um período bem anterior) nos parece bastante propícia: “Como na São Paulo do século XVII não havia companhias ou sociedades comerciais formais, a família proprietária constituía, ela mesma, a estrutura por intermédio da qual se realizava a atividade econômica (NAZZARI, 2001, p. 28). Nessa fase, os Dias eram uma família rural e praticamente auto-suficiente, se dedicavam exclusivamente à lavoura (sobretudo à cafeeira) e tinham pouco contato com o incipiente núcleo urbano local. A definição de Costa (1997, p. 35-36) nos parece propícia para essa forma de organização familiar:

Família se constitui [...] em um agregado simples, um grupo de pessoas que co-residiam num mesmo domicílio rural, e pode ser entendido como um grupo doméstico ou ainda um grupo de convívio. Elas compartilhavam alguns objetivos comuns de procriação e do usufruto do mesmo processo de produção.

Nessa primeira etapa, o único empreendimento de valor realizado pelo capitão Vicente, além da lavoura cafeeira, foi a participação como acionista na Companhia Ramal Férreo do Rio Pardo. O ramal ligou São José do Rio Pardo a Casa Branca (1884-1888), quando foi incorporado às linhas da Mogiana (MISSURA, 2003, p. 60-75). Esse investimento, aliás, voltava-se para a melhor escoação da produção cafeeira.³¹

Na segunda geração³², entretanto, o corporativismo familiar declinou e a solidariedade tendeu a se restringir às famílias conjugais da geração mais nova (formadas pelos filhos e filhas do capitão Vicente, seus cônjuges e suas proles). Embora ligadas por laços de sangue, cada família nuclear passou a ter domicílio próprio e a conduzir os seus negócios individualmente. Havia sociedades entre os irmãos e cunhados, bem como com pessoas de fora da família, porém elas passaram a ser formais e regidas por contratos, escrituras públicas e outros documentos legais.

Essa transição, ocorrida entre a primeira e a segunda geração da família Dias, lembra a mudança no relacionamento das famílias proprietárias com a produção, do século XVII a meados do XIX, descrita por Nazzari (2001, p. 187):

A família do século XVII era um grupo produtivo em que as relações familiares constituíam por si sós a estrutura do negócio, conduzido sob a direção e o controle do patriarca ou de seu representante. Como as sociedades, com parentes ou com estranhos, tornaram-se mais comuns no início do século XIX, elas estruturaram os procedimentos dos negócios, de modo que dois homens, embora pudessem ser parentes, não necessariamente faziam negócios um com o outro como filho com pai, ou como genro com sogro, mas sim como sócios cujos deveres e responsabilidades se estabeleciam em contratos e não por consideração à hierarquia familiar.

³¹ O capitão Vicente foi um dos principais investidores, dono de 200 ações (MISSURA, 2003, p. 68).

³² Veja foto dos irmãos Dias no anexo C.

No nosso entender, entre outros fatores, a separação entre negócios e assuntos de família resultou do rápido desenvolvimento das relações de mercado, no âmbito do complexo cafeeiro paulista. Nossa tese é a de que o crescente individualismo de mercado teve influência fundamental na transformação da família Dias, enquanto unidade de produção, da primeira para a segunda fase do seu ciclo de desenvolvimento familiar. Essa transformação, por sua vez, resultou no declínio da solidariedade familiar e na consolidação da família nuclear (ou conjugal) como tipo de arranjo domiciliar predominante na geração mais nova.

No dia 25 de julho de 1892,³³ o capitão Vicente Alves de Araújo Dias e D. Lucinda, por meio de escritura pública, realizaram a antecipação das legítimas³⁴ aos seus herdeiros necessários (filhos e noras, genros e filhas). Na introdução desse documento lemos o seguinte:

Escritura pública de partilha inter vivos de assinação de legítimas antecipadamente aceitas, que de parte de seus bens fazem o Capitão Vicente Alves de Araújo Dias e sua mulher, Dona Lucinda Cândida de Jesus, a seus herdeiros necessários, filhos e genros, José Luiz Alves de Araújo Dias e outros [...] ³⁵ (atualização ortográfica nossa).

Três dias antes, em 22 de julho de 1892, Arlindo, o filho caçula, que na época tinha 16 anos de idade, foi emancipado por seu pai: “[...] na melhor forma do direito para que, sem restrição alguma, possa ele gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidas por lei aos emancipados e livre do pátrio poder [...]”³⁶ (atualização ortográfica nossa). Portanto, na ocasião da partilha todos os herdeiros eram adultos ou emancipados. A exceção de Vicente e Arlindo (os dois filhos mais novos), todos os demais já eram casados.

A fortuna da família foi avaliada em 1.337:492\$869 (mil trezentos e trinta e sete contos, quatrocentos e noventa e dois mil e oitocentos e sessenta e nove réis), constituída de bens de raiz, móveis, títulos de dívida ativa e moeda corrente. Desse total, o capitão Vicente e Dona Lucinda reservaram para si a terça parte, correspondente a 445:830\$966. Portanto, o monte partível somava 891:661\$903 que, divididos em onze partes iguais, coube a cada herdeiro o total de 81:060\$173.³⁷

³³ Nessa data, o capitão Vicente tinha 67 anos de idade e D. Lucinda 58; 13 e 14 anos, respectivamente, antes de suas mortes.

³⁴ Ferreira (1999, p. 1196) definiu **legítima** da seguinte forma: “Parte da herança reservada por lei aos herdeiros necessários (descendentes e ascendentes), e da qual, portanto, não se pode dispor livremente.”

³⁵ Escritura encontrada no arquivo do 1º. Cartório de Notas de São José do Rio Pardo, livro n. 9, p. 29 (verso) a 41(anverso).

³⁶ Escritura encontrada no arquivo do 1º. Cartório de Notas de São José do Rio Pardo, livro n. 9, p. 29 (anverso e verso).

³⁷ Escritura encontrada no arquivo do 1º. Cartório de Notas de São José do Rio Pardo, livro n. 9, p. 29 (verso) a 41(anverso).

Quanto à parte que coube ao coronel Vicente Dias Jr., o protagonista deste estudo, lemos o seguinte na referida escritura:

Pagamento feito ao herdeiro Vicente Dias Júnior, da quantia de oitenta e um contos, sessenta mil e cento e setenta e três réis (81:060\$173). Haverá o seguinte: parte nas terras da fazenda Tubaca, deste município, à quantia de [...] 44:545\$454 ; parte nas terras da fazenda Retiro, em Cabo Verde, à quantia de [...] 18:181\$818; parte nas terras da fazenda Paraíso, em Alfenas, à quantia de [...] 12:454\$545; parte nas terras da fazenda da Onça, em Santa Cruz do Rio Pardo, à quantia de 4:545\$454; parte no gado de vacas, existente na fazenda do Paraíso, em Alfenas, à quantia de 1:818\$181 [...] (atualização ortográfica nossa).³⁸

Note que a soma paga ao coronel Vicente foi de 81:545\$452. Por isso, ele teve que restituir aos outorgantes, seus pais, a quantia de 485\$279.

O coronel Vicente naquela data tinha 21 anos de idade. Certamente, a antecipação da sua legítima deu importante contribuição para o seu novo ciclo de vida, tanto para o início da sua trajetória de capitalista bem-sucedido, como para a formação do seu próprio núcleo conjugal (ele casou-se quatro anos após a partilha, em 29 de abril de 1896). Portanto, como demonstrou Costa (1997), ficou evidente também no caso do coronel Vicente Dias Jr., que a transmissão material de uma geração para outra, teve papel fundamental para a ascensão econômica e reprodução social da geração mais nova. Embora seu estudo tenha como foco a região de Campinas (SP), entre fins do século XVIII e início do XIX, a autora constatou, por exemplo, que: “As antecipações em dinheiro e escravos estimulavam a formação de novas famílias de tipo nuclear ou solitárias, quando os filhos varões entravam no começo da nova fase do ciclo de vida, e passavam a administrar o seu próprio domicílio” (COSTA, 1997, p. 161).

2.3 A vida empresarial da segunda geração da família

Neste tópico, além da grande diversificação de investimentos, tentaremos demonstrar como o individualismo burguês contribuiu para a separação entre negócios e assuntos de família, refletindo-se na formalização das sociedades constituídas entre o coronel Vicente Dias Jr. e seus irmãos e cunhados, bem como com pessoas não pertencentes à família. Como

³⁸ Escritura encontrada no arquivo do 1º. Cartório de Notas de São José do Rio Pardo, livro n. 9, p. 29 (verso) a 41(anverso).

podemos observar, por exemplo, no anexo D, até os empréstimos de dinheiro entre irmãos passaram a ser formalizados.

2.3.1 A produção cafeeira

A produção cafeeira foi o ponto de partida para a grande diversificação de empreendimentos da família. Infelizmente, não dispomos de muitos dados dessa atividade fundamental, que principiou o ciclo de acumulação do grupo, sobretudo o do coronel Vicente Dias Jr. Lendo o conjunto da documentação percebemos que os irmãos, individualmente, também possuíam propriedades em outras partes do estado de São Paulo e de Minas Gerais. Por exemplo, Honório possuía fazendas em São João da Boa Vista (SP), Cascata (MG) e Poços de Caldas (MG). Alípio tinha propriedades em Pindorama (SP). O coronel Vicente possuía a fazenda São Vicente, localizada na cidade de Gália, na Alta Paulista, região de Marília. Adquirida em 1916, essa propriedade possuía 1500 alqueires, onde foram plantados 400.000 cafeeiros, empregando 120 famílias³⁹. Entretanto, os dados que expomos a seguir se referem apenas às fazendas dos Dias em São José do Rio Pardo, entre 1901 e 1910.

³⁹ Conforme entrevista com Eduardo Dias R. Nobre, neto do coronel Vicente Dias Jr. e atual proprietário da fazenda Tubaca.

Tabela 12 - Fazendas pertencentes aos Dias em São José do Rio Pardo (1901)

Proprietário	Fazenda	Áreas das fazendas (em alqueires)			
		Com cafezais	Matas, pastos e outros	Outras culturas	Total
Alípio Dias	Santa Maria	31	89	-	120
Alípio Dias	Gramma	40	300	10	350
Candido Rodrigues ⁴⁰	Santa Marta	22	64	4	90
Antonio Honório Dias ⁴¹	Santo Antonio	11	34	5	50
Dias & Irmão ⁴²	Tubaca	95	60	5	160
Elisiário Dias	Bello Monte	80	130	10	220
Elisiário Dias	Graminha	50	195	5	250
José Luiz Dias	Bisserábria	80	240	15	335
Turibio L. Dias	Tubaca	28	80	18	126
Vicente Dias Jr.	Santa Alice	30	85	5	120
Vicente Dias Jr.	Tubaca	35	171	-	206
Total		502	1.448	77	2.027

Fonte: Relatório do inspetor do 3º. Distrito Agrônômico de S. Paulo e estatística especial do café do município de São José do Rio Pardo (1901)⁴³.

Pela tabela 12, os Dias, em conjunto, possuíam 9 fazendas no município, que somavam 2.027 alqueires e, destes, 502 estavam ocupados com cafezais. As áreas destinadas a outras culturas somavam apenas 77 alqueires, cerca de 15% da área total destinada ao café. Observe que a Tubaca estava dividida entre o coronel Vicente, seu irmão Turíblio e a firma Dias & Irmão (Vicente e Honório). Apesar de cultivarem na mesma fazenda, suas produções eram individuais. Observe também que a parte da Tubaca pertencente à firma Dias & Irmão (da qual o coronel Vicente era sócio), está separada da parte da mesma fazenda que pertencia exclusivamente ao mesmo coronel Vicente. Essa é mais uma evidência da impessoalidade nos negócios entre os membros família.

⁴⁰ Candido Rodrigues era sogro do coronel Vicente Dias Jr., por isso o consideramos como membro da parentela.

⁴¹ Antonio Honório era filho de Honório Dias.

⁴² A firma comissária Dias & Irmão era formada por Vicente e Honório Dias, além de Pedro de Siqueira (genro de Honório Dias), como veremos mais adiante.

⁴³ Documento encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lata no. C05574.

Tabela 13 - Quantidade de pés de café dos Dias em São José do Rio Pardo (1910)

Proprietário	No. de cafeeiros
Alípio Dias	296.000
Candido Rodrigues	50.000
Antonio Honório Dias	27.000
Dias e filhos ⁴⁴	134.000
Elisiário Dias	80.000
José Luiz Dias	10.000
Vicente Dias Jr.	160.000
Total	757.000

Fonte: LANÇAMENTO..., 1910, p. 2

Pela tabela 13 (acima), temos uma noção do número de pés de café que os Dias, em conjunto e individualmente, possuíam. No total de 757.000 não consta o número de cafeeiros de Honório e Turíbio Dias.

Tabela 14 - Produção cafeeira dos Dias em São José do Rio Pardo

Proprietário	Fazenda	Total colhido por ano (em @)		
		1898	1901	1903
Antonio Honório Dias	Santo Antonio	800	1.000	600
Alípio Dias	Santa Maria	2.000	4.000	2.500
Alípio Dias	Graminha	2.000	4.000	2.500
Candido Rodrigues	Santa Martha	1.500	2.000	2.000
Dias & Irmão	Tubaca	12.000	15.000	10.000
Elisiário Dias	Bello Monte	5.000	5.000	3.000
Elisiário Dias	Tubaca	12.000	12.000	5.000
José Luiz Dias	Tubaca	800	1.500	500
Turíbio Dias	Tubaca	5.000	5.000	2.000
Vicente Dias Jr.	Santa Alice	3.000	3.000	2.000
Vicente Dias Jr.	Tubaca	8.000	7.000	5.000
Total		52.100	59.500	35.100

Fonte: IMPOSTO..., 1899, p. 3; 1902, p. 4; 06 mar. 1904, p. 3; 13 mar. 1904, p. 3.

⁴⁴ Coronel Vicente e filhos

Observe pela tabela anterior (14), que a firma Dias & Irmão e os irmãos Elisiário, José (Juca), Turíbio e Vicente tinham plantações na Tubaca, contudo, a produção deles era individual. A brusca redução da colheita em 1903 deve se relacionar à forte geada de agosto de 1902, que destruiu em média 20% das lavouras paulistas (conforme vimos no primeiro capítulo). Com o tempo, o coronel Vicente foi adquirindo as partes de seus irmãos, cunhados e herdeiros, tornando-se o único proprietário da fazenda Tubaca.

2.3.2 O comércio de café

Procurando integrar produção e comércio do café, a família fundou duas casas comissárias em Santos.

Assumindo o ativo e passivo da extinta casa comissária de Honório Dias, em 1º. de julho de 1891, constituiu-se uma sociedade entre os irmãos Honório, Elisiário e Vicente Dias, o cunhado Oliveiros Fernandes Pinheiro⁴⁵ e Pedro de Siqueira (genro de Honório Dias). A firma “Dias, Irmãos, Oliveiros e Companhia” tinha como ramo de atuação “comissões de café e outros gêneros do país”.⁴⁶ O capital social da empresa era de 250:000\$000 (duzentos e cinqüenta contos de réis), cabendo a cada sócio 50:000\$000 como parte na sociedade. O único documento encontrado sobre a situação financeira da empresa foi um balancete, de 30 de setembro de 1892. Naquela data, o ativo e passivo da empresa era de 867:885\$848. A firma entrou em liquidação em 1º. de julho de 1895, retirando-se os sócios Elisiário Dias e Oliveiros Fernandes Pinheiro.⁴⁷

Na mesma data (01/07/1895), os sócios remanescentes, Honório Dias, Vicente Dias Jr. e Pedro de Siqueira, constituíram uma nova sociedade, domiciliada no mesmo endereço, sob a firma “Dias, Irmão e Cia.” O ramo de atividade da sociedade era o mesmo da anterior, ou seja, “negócio de consignação de café e outros gêneros do país”. O capital social da nova sociedade era de 150:000\$000, dividido em 50:000\$000 para cada sócio.⁴⁸ Encontramos também um único documento referente à situação financeira da empresa. Conforme esse balancete, de 31 de agosto de 1903, o ativo e passivo dela era de 807:928\$328.

⁴⁵ Oliveiros era casado com Virginia, irmã de Honório e Vicente.

⁴⁶ Conforme o Contrato Comercial da empresa. Esse documento, assim como todos os outros consultados referentes às casas comissárias do grupo, encontram-se no arquivo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre (fazenda Tubaca, SJRPardo). Também possuímos cópias xerografadas deles em nosso arquivo pessoal.

⁴⁷ Conforme o Distrato Social da empresa.

⁴⁸ Conforme o Contrato Social da empresa.

As casas comissárias financiavam e comercializavam as safras da família e de outros cafeicultores, sobretudo de São José do Rio Pardo e região. Num desses negócios, por exemplo, a firma Dias Irmão e Cia. Emprestou 50:000\$000 ao coronel José Ezequiel de Souza, de São José do Rio Pardo, para o custeio de sua lavoura. Conforme escritura lavrada em 28 de novembro de 1900, o valor total do empréstimo seria dividido em dez saques de 5:000\$000 mensais, de dezembro de 1900 a setembro de 1901.

O débito deveria ser pago com o produto da venda de 10 mil arrobas de café (produzido na fazenda Brejão), mais os juros de 1% ao mês sobre os valores sacados. O café deveria ser colhido, beneficiado e remetido para Santos a partir de junho de 1901, sendo o dia 30 de setembro do mesmo ano, o prazo final para a liquidação da dívida. Caso a quitação fosse feita em dinheiro e não em café, o devedor obrigava-se a pagar 6% de juros sobre o valor do contrato.

Noutro negócio, conforme escritura lavrada em 04 de agosto de 1903, em Cabo Verde (MG), a firma Dias, Irmão e Cia. emprestou ao capitão Francisco Antonio de Araújo e sua mulher Maria Cândida de Jesus (cunhado e irmã, respectivamente, de Honório e Vicente Dias), a quantia de 93:257\$000. Esse total, constituído de 61:714\$000 provenientes de Honório e 31:543\$000 de Vicente, seria pago com 23.500 arrobas de café, de colheitas futuras da fazenda São Boaventura.

A quitação seria feita da seguinte maneira: a soma devida a Honório Dias seria paga com 15.000 arrobas de café, sendo 7.500 da safra de 1904 e 7.500 da safra de 1905. Vicente Dias seria pago com 8.500 arrobas da safra de 1906. Os cafés dados em pagamento deveriam ser do tipo bom a superior, sendo beneficiados, ensacados e entregues do início da colheita até o dia 30 de outubro de cada ano.

Nesse documento, em nenhum momento se fez menção à relação de parentesco entre as partes envolvidas no contrato. A escritura pública é mais uma prova da formalização das transações comerciais e, sobretudo, da distinção entre negócios e laços de sangue.

Grande parte da documentação das casas comissárias é constituída de cartas enviadas por Pedrinho (Pedro de Siqueira), sócio e gerente da empresa, a Vicente. Por meio delas, Pedrinho mantinha seu tio constantemente atualizado quanto aos negócios de café, o que era extremamente necessário devido à grande instabilidade daquele mercado. As informações de Pedrinho se referiam, por exemplo, ao movimento em Santos, as altas e baixas do câmbio e das cotações do café, previsões quanto ao mercado (melhores épocas de vender ou manter o café estocado, etc.). Dessa forma, supomos, Vicente e seus irmãos podiam programar melhor a produção de suas fazendas (por exemplo, antecipando ou adiando as colheitas e o benefício

do café), ou mesmo antecipar as compras de outros cafeicultores ou ainda aguardar a melhoria do mercado. Numa dessas cartas, em 30 de maio de 1900, respondendo a Vicente, Pedrinho escreveu sobre as condições do mercado e principalmente sobre certo desentendimento com Oliveiros:

O Oliveiros também escreveu à Casa dizendo que não ficou satisfeito com a conta da venda que teve, mas ele não tem razão porque o café que vendemos não passa de bom e muito defeituoso, hoje escrevo a ele. O café que você comprou dele te dará com certeza prejuízo, porque o café além de úmido é manchado e cheio de defeitos, como você verificará pelas amostras que te remetemos pelo correio. Este café, duvido muito que alcance base, o mercado está péssimo para os cafés novos por serem úmidos e mal preparados.

O Oliveiros escreveu à Casa dizendo que deixou de vender os cafés que te vendeu, por 10\$600 a. É bom você ver se o comprador sustenta a oferta, se sustentar acho bom você vender e mandar ordem para nós entregarmos, porque atualmente você, em Santos, não obtém tal preço.

Há esperança dos preços melhorarem, segundo muitas opiniões que tenho ouvido. Mas esta melhoria, penso que nós só obteremos talvez de agosto em diante, isto mesmo se o câmbio for melhorando. Como vai, e se ele estacionar, creio que não se verificará tão cedo esta ambicionada melhora de que tanto falamos. Presentemente, eu sou um descrente e só creio que vamos ter mercado bom em outubro ou talvez setembro, antes disso não creio. Mas daí em diante é quase certo uma boa reação dos mercados de café (atualização ortográfica nossa).

Essa firma teve duração de 10 anos, em 05 de setembro de 1905 a sociedade foi dissolvida. Os sócios Honório Dias e Pedro de Siqueira receberam, cada um, por suas partes de capital e lucros, a quantia de 75:000\$000. O sócio Vicente Dias Jr. assumiu o ativo e passivo da empresa, responsabilizando-se pela liquidação da mesma.⁴⁹

Não sabemos que desfecho teve a empresa. Entretanto, o fato do coronel Vicente assumir, sozinho, o risco de um empreendimento inserido num mercado tão instável, como era o do café, demonstra mais uma vez suas qualidades individuais de empreendedor.

2.3.3 O Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo

A criação dos Bancos de Custeio Rural se vinculou às iniciativas do governo paulista, no sentido de amenizar os efeitos da grave crise que fustigava a lavoura desde 1897. Naquela época, os debates sobre a necessidade capital de medidas de amparo e proteção à cafeicultura eram correntes. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, na sessão de 28 de agosto de 1903,

⁴⁹ Conforme o Distrato Social da empresa, encontrado no arquivo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre. Também possuímos cópia xerografada desse documento em nosso arquivo pessoal.

o deputado paulista Antonio Candido Rodrigues⁵⁰ (em nome das bancadas dos estados cafeeiros) apresentou um projeto de lei que autorizava o Executivo a promover a valorização do café e o equilíbrio entre a oferta e a demanda do produto. Entre outros argumentos, segundo Candido Rodrigues: “[...] vira-se a lavoura desaparelhada para resistir à crise porque não tinha ao seu lado o instrumento do crédito. Faltava-lhe o amparo dos poderes públicos [...]” (TAUNAY, 1939, v. 9, p. 483-484). Dentre as diversas medidas a serem tomadas, caberia aos estados criar estabelecimentos de crédito agrícola.

Pela lei no. 1.062, de 29 de dezembro de 1906 (mesmo ano da assinatura do Convênio de Taubaté), o governo do estado de São Paulo autorizou a criação dos Bancos de Custeio Rural, concedendo auxílio (por meio de apólices de auxílio agrícola) aos dez primeiros Bancos fundados. Essas apólices serviriam de lastro às primeiras operações de crédito junto aos bancos da Capital (CUSTEIO..., 1907b, p. 1). É evidente que o intento do governo paulista, ao fomentar a formação dessas associações, era estimular a iniciativa particular e a cooperação entre os lavradores. Desenvolvendo esse espírito, por meio de ajuda mútua, os lavradores deveriam buscar alternativas para suas dificuldades, reduzindo assim a necessidade de intervenção estatal.

A Sociedade Incorporadora era uma sociedade anônima de crédito agrícola, com sede na capital paulista, cuja finalidade era a organização de bancos de custeio rural e sociedades congêneres, de seguro, etc.. Seu capital nominal era de 50.000\$000, divididos em 500 ações de 100\$000 cada. Estavam à frente dessa Sociedade importantes nomes da política estadual e nacional: Augusto Ramos (presidente), Antonio Candido Rodrigues, Siqueira Campos, Dino Bueno, Almeida Nogueira, Duarte de Azevedo, Antonio Mercado e outros (CUSTEIO..., 1907a, p. 2; SOCIEDADE..., 1907, p. 1). Essa instituição deveria se converter no “Centro” da “federação de bancos” e intermediar a obtenção de financiamentos, pelos bancos de custeio rural, junto ao British Bank of South America. Os créditos concedidos pelo banco inglês seriam garantidos com as apólices de auxílio agrícola do governo estadual e também por letras de lavradores da sede de cada banco de custeio rural (garantidas por contratos de penhor agrícola), aceitas a favor dos mesmos lavradores e por eles endossadas ao British Bank of South America. Dessa forma: “Vê-se que os Bancos de Custeio Rural, por meio de penhor mercantil das apólices e das próprias letras dos lavradores, garantidas por penhor agrícola, obtêm capitais que empregam em adiantamentos para custeio da lavoura” (SOCIEDADE..., 1907, p. 1).

⁵⁰ Candido Rodrigues era sogro do coronel Vicente Dias Jr.

Em assembléia do dia 20 de outubro de 1907, constituiu-se uma sociedade anônima de crédito agrícola, com a denominação de “Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo”. O seu capital inicial era de 100:000\$000 (cem contos de réis), dividido em 100 ações de 1:000\$000 cada uma. Nessa mesma assembléia, também foram eleitos para a direção do Banco, para o seu primeiro triênio de atividades, os fazendeiros: Major João Modesto de Castro (presidente), Major José Octaviano Machado (vice-presidente), e o comerciante e também lavrador Francisco do Nascimento (tesoureiro). O coronel Vicente Dias Jr. foi eleito membro do conselho fiscal. Dos 79 sócios iniciais, 8 eram membros da parentela Dias: Antonio Candido Rodrigues (sogro do coronel Vicente e autor do projeto de criação dos Bancos de Custeio Rural), Agrippino L. Dias (filho de Elisiário Dias), Alípio Dias, Arlindo Dias, Elisiário Dias, José L. Dias, Salvino L. Dias (filho de Honório Dias) e o próprio coronel Vicente Dias Jr. (ESTATUTOS..., 1907, p. 1-3).

Dentre os objetivos da Associação estavam: reunir os capitais esparsos e não investidos em sua zona de atuação e estimular a poupança entre a população, oferecendo aos depositantes inteira segurança de reembolso, acrescido de juros iguais ou superiores ao das Caixas Econômicas; emprestar o dinheiro captado aos sócios, a juros baixos, para o custeio de suas lavouras, mediante contratos de penhor agrícola; poupar o numerário e facilitar as transações e pagamentos (especialmente para os lavradores nas fazendas) introduzindo o uso em larga escala de cheques, transferências de crédito, etc. (ESTATUTOS..., 1907, p. 1-3; PACHECO, 1907, p. 1).

Os cafés dados em penhor representavam apenas uma garantia para o Banco. Os lavradores tinham ampla liberdade para venderem os cafés penhorados, conforme melhor lhes conviessem, desde que as prestações de seus empréstimos fossem pagas em seus vencimentos. Os sócios poderiam obter custeio para suas lavouras a juros baixos, sem precisarem recorrer aos comissários. Os empréstimos dos comissários, além de onerosos, muitas vezes obrigavam os fazendeiros a venderem os seus cafés em épocas inoportunas, de preços baixos, para satisfazerem os seus compromissos (PACHECO, 1907, p. 1).

Os Bancos de Custeio Rural, organizados por meio de ações subscritas exclusivamente por pessoas da localidade, dirigidos e fiscalizados pelos próprios acionistas, ofereceriam maior credibilidade ao público. Um articulista rio-pardense resumiu as vantagens desses bancos:

Estes Bancos, pela sua organização, são uma espécie de sociedade de socorro mútuo, em que cada sócio entra com uma pequena quantia para a formação de um capital, que será dado em empréstimos, cujos lucros pertencerão aos próprios sócios, tendo estes ali recursos para socorrer as suas necessidades.

[...]

A fundação destes Bancos é também de grande utilidade para outras classes sociais porque, sendo a sua organização pelo sistema das caixas econômicas, receberá quaisquer quantias de dinheiro a prazos fixos ou em contas correntes por meio de cadernetas, podendo assim toda e qualquer pessoa, desde o mais abastado capitalista até o colono ou o operário depositar ali os seus capitais ou as suas economias vencendo juros, com o direito de retirar a qualquer hora as quantias de que precisar, conseguindo por este meio formar um pecúlio sem o sentir (PACHECO, 1907, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Na sessão do dia 7 de novembro de 1907, no senado estadual, Candido Rodrigues enfatizou o “magno problema da organização do crédito agrícola” e, para esse fim, ressaltou a importância dos Bancos de Custeio Rural. Na mesma oportunidade, o senador justificou o projeto que então levava à apreciação da Casa, o qual autorizava o governo a emitir mais 500 apólices de auxílio agrícola, que seriam destinadas aos Bancos recém-criados ou em vias de criação. A seguir, reproduzimos um trecho do seu discurso:

Os bancos de custeio rural, Sr. Presidente [do Senado], organizados sob o princípio da mutualidade, são verdadeiras sociedades cooperativas, que só operam nas comarcas em que se fundam e em benefício dos seus associados, aos quais, exclusivamente fornecem os recursos necessários para o custeio de suas lavouras, sob o penhor agrícola da produção, conquanto recebam destes e de terceiros, quantias em depósito a prazo fixo e se encarreguem da passagem de dinheiro para qualquer parte do País ou do estrangeiro.

O reembolso desses custeios, garantidos pelo penhor agrícola da produção, torna-se fácil para os mutuários que são ao mesmo tempo sócios do Banco, porque os pagamentos só se realizam nas épocas das safras, objetos do penhor, e a salvo das execuções de quaisquer outros credores.

Em tais condições, V. Exa. e a Casa compreendem que esses estabelecimentos de crédito, fundados em cada comarca, devem constituir o ideal para o lavrador, grande ou pequeno, principalmente para este, que é o mais necessitado, e que então, disporá na sua própria circunscrição territorial de um instituto de crédito que lhe pertence, onde encontrará os recursos precisos para as suas despesas mensais (CUSTEIO..., 1907b, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Como previu Candido Rodrigues naquela ocasião, os bancos de custeio rural multiplicaram-se. Em 1908, eram 19 estabelecimentos espalhados pelos municípios do interior paulista: Botucatu, Descalvado, Itapira, Jabuticabal, Jacareí, Jaú, Limeira, Lorena, Pindamonhangaba, Pirassununga, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, São Manoel, Serra Negra, Sertãozinho, Taquaritinga e Taubaté. Em 1910 havia surgido mais 12: Agudos, Bauru, Caçapava, Caconde, Campinas, Casa Branca, Itatinga, Piracaia, Rio Claro, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos e São Simão, totalizando 31 bancos. Em 1912, havia 46 bancos de custeio rural. Além dos já citados, acrescentaram-se

os de Araraquara, Bebedouro, Dourado, Dois Córregos, Franca, Ibitinga, Igarapava, Itápolis, Monte Alto, Orlândia, Palmeiras, Piracicaba, Pitangueiras, Salto Grande do Paranapanema e São João da Boa Vista (REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1911, p. 72-75; 1912, p. 64-69; 1913, p. 96-99; 1914, p. 80-85).

O Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo iniciou suas operações no dia 5 de dezembro de 1907 (CUSTEIO..., 1907c, p. 2). Seu ativo e passivo cresceu rapidamente: em 1908 era de 790:563\$853, em 1910 subiu para 1.225:855\$164, em 1911 para 1.959:104\$012 e em 1912 atingiu 2.440:829\$030. Contudo, como veremos mais adiante, isso não representou grandes lucros reais para a sociedade (REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1911, p. 72-75; 1912, p. 64-69; 1913, p. 96-99; 1914, p. 80-85).

Pelo menos uma vez o coronel Vicente Dias Jr. se utilizou dos benefícios oferecidos pela sociedade. Sendo correntista e dono de 14 ações do Banco, em 1º. de outubro de 1913, o coronel Vicente assinou um contrato⁵¹ no valor de 35:000\$000 por ano, pelo prazo de 3 anos, liquidável no final de cada ano. Ao valor total da dívida seriam acrescidos 6% de juros anuais. Para garantia do custeio foi dado o penhor de 26.250 arrobas de café, sendo 8.750 arrobas de cada uma das safras de 1914, 1915 e 1916, que seriam produzidas na fazenda Tubaca. Como exigido pelos Estatutos, foram escolhidos os acionistas Manoel José Vaz Pacheco e Urias Ribeiro de Ávila, como peritos para avaliarem a lavoura penhorada. Estes responderam em seu relatório que a lavoura da Tubaca possuía 130 mil cafeeiros formados e bem cuidados, plantados em terra massapé de primeira qualidade. Dessa forma, com certeza, as safras futuras de 1914 a 1916 atingiriam as 8.750 arrobas anuais dadas em garantia, o que viabilizava o empréstimo solicitado.

Conforme o Relatório da Diretoria do Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo⁵², referente ao exercício de 1909, naquele ano o ativo e passivo da sociedade foi de 823:106\$163. Além disso, foram realizados 24 contratos de penhor agrícola, no valor total de 202: 140\$000, representando a soma de 67.880 arrobas de café. Entretanto, o lucro do Banco foi de 15:143\$674, do qual deduziu-se 2:124\$000 (dividendos pagos aos acionistas) e 9:178\$650 (despesas gerais). Sendo assim, o lucro líquido em 1909 foi de apenas 3:841\$024, que foi repassado para o exercício seguinte.

⁵¹ Contrato de Penhor Agrícola, localizado no arquivo particular de Eduardo Dias R. Nobre. Também possuímos cópia desse documento em nosso arquivo pessoal.

⁵² Documento encontrado na Hemeroteca Municipal Rio- Pardense, cx. 18. Também possuímos cópia desse documento em nosso arquivo pessoal.

Pelo relatório do exercício de 1911⁵³ (época em que Alípio Dias era o presidente do Banco), o ativo e passivo daquele ano foi de 1.959:104\$012. Além disso, foram liquidados 28 contratos, que representaram 97.366 arrobas de café, totalizando 318:600\$000. Para vencer em 1912 havia 23 contratos, que representavam 89.450 arrobas de café e totalizavam 383:600\$000. Em 1911 o lucro do Banco foi de 20:765\$619, deduzindo-se 15:791\$550 (despesas gerais) e 2:868\$000 (dividendos pagos aos acionistas), o lucro líquido foi de 2:106\$069. Conforme ainda esse relatório, desde o início de suas operações, o Banco pagou em dividendos a seus acionistas os seguintes totais: 1:632\$000 em 1908, 2:124\$000 em 1909, 2:742\$000 em 1910 e 2: 868\$000 em 1911.

Como pudemos observar pelos dois relatórios, os lucros líquidos do Banco foram muito pequenos. Supomos que as dificuldades tenham aumentado com o início da Primeira Guerra Mundial, que também afetou bastante o mercado cafeeiro. Acreditamos que a sociedade tenha encerrado suas atividades em 1914. Os dois últimos documentos encontrados sobre ela (o primeiro de 10 de dezembro de 1914 e o segundo de 12 de janeiro de 1916) são recibos de quitação da dívida do coronel Vicente para com a massa falida do Banco.

2.3.4 Investimentos no setor de serviços urbanos

Como descrevemos no capítulo anterior, o desenvolvimento da economia cafeeira propiciou a formação de um complexo econômico no estado de São Paulo, a partir das últimas décadas do século XIX. No bojo desse processo, o rápido crescimento demográfico e urbano demandou a expansão dos serviços urbanos (transportes, iluminação pública, serviços de água e esgotos e telefonia). Na década de 1890 e nos primeiros anos do século XX observou-se uma rápida expansão desses serviços. Na capital paulista apresentaram-se duas tendências: uma ligada à penetração do capital estrangeiro, e outra caracterizada pela formação de empresas nacionais de porte maior atuando nesses setores. Nas cidades do interior, geralmente, esses serviços eram concedidos pela câmara municipal a empresas locais. Como exemplo dessas empresas, podemos citar: em Jundiaí, a Empresa Luz e Força de Jundiaí, que tinha a família Queirós Teles como maior acionista; na Cia. Luz e Força de Guaratinguetá encontrava-se, entre outros, a família Rodrigues Alves; em Ribeirão Preto, a empresa de águas e esgotos era mais um investimento da família Silva Prado (Martinho da Silva Prado,

⁵³ Relatório da Diretoria do Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo, encontrado na Hemeroteca Municipal Rio- Pardense, cx. 18. Também possuímos cópia desse documento em nosso arquivo pessoal.

filhos e genros). Esse mesmo grupo obteve também a concessão da exploração de energia elétrica naquele município, estendendo mais tarde seus interesses por outras cidades próximas (SAES, 1986, p. 143-145).

O coronel Vicente Dias Jr., paralelamente à produção cafeeira, teve no ramo de produção e distribuição de energia elétrica o seu principal empreendimento, que se configurou na Companhia Paulista de Energia Elétrica (C.P.E.E.).

2.3.4.1 A Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE)

No seu desenvolvimento industrial, o Brasil praticamente pulou a etapa do carvão, que rendeu uma série de inconvenientes aos países que se industrializaram no século XIX. A industrialização brasileira se deu com a eletricidade: “A máquina a vapor não foi o agente de nossa industrialização, mas sim o gerador elétrico ou, como se dizia na época, a ‘hulha-branca’ ”(MAGALHÃES, 2000, p.11).

Por esse motivo e mesmo para entendermos o contexto em que nasceu a Cia. Paulista de Energia Elétrica, faremos um breve retrospecto do setor de energia elétrica em São Paulo, no início do século XX.

A energia elétrica foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1879 (no mesmo ano em que Edson demonstrou ser possível a iluminação através de lâmpadas elétricas), com a iluminação da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, por meio de lâmpadas a arco. É interessante salientar que tal idéia fora estimulada por D. Pedro II, muitas vezes considerado como símbolo do que devia ser superado no Brasil. As duas etapas iniciais da eletrificação no Brasil foram as seguintes: o primeiro período, de 1880 a 1920, foi o de desenvolvimento da utilização de energia elétrica para a iluminação e transporte urbanos. Na segunda etapa, na década de 1920, a eletricidade voltou-se para suprir a grande demanda de energia causada pela rápida urbanização e industrialização (MAGALHÃES, 2000, p. 12-14). No anexo E, reproduzimos um breve histórico da construção das principais usinas hidrelétricas brasileiras durante a Primeira República.

Em 1907, a energia elétrica ainda dava os primeiros passos no Brasil (a Light - São Paulo data de 1899 e a do Rio de 1905). Em São Paulo, inicialmente a produção de energia elétrica ligou-se ao serviço de viação urbana e de iluminação pública (no caso da Light), e no interior à iluminação pública. Esses serviços, contratados ou concedidos pelos municípios, tiveram condições mínimas de operação, já que de início não podiam ser garantidos pelo fornecimento de luz a particulares. Posteriormente, estabelecidas as usinas geradoras

(térmicas ou hidráulicas) passou-se a oferecer energia para uso doméstico e também industrial (SAES, 1986, p. 226-229).

No período de 1906 a 1918, no ramo de energia elétrica acentuaram-se as tendências já notadas no setor de serviços urbanos em conjunto: por um lado, a expansão do capital estrangeiro, representado pelo grupo Light, que iniciava a sua expansão para além dos limites geográficos da capital paulista (por exemplo, com a compra da empresa elétrica de Sorocaba, em 1911, constituindo a São Paulo Electric Company Limited); por outro, a formação mais evidente de grupos nacionais para a exploração do fornecimento de eletricidade por meio de empresas municipais (SAES, 1986, p. 174-175).

A maior parte dessas companhias de “força e luz” do interior se formou por volta de 1900 e, sobretudo depois de 1910, começaram a se agrupar em torno de certos grupos de âmbito estadual. Como a exploração de energia elétrica, em cada município, originava-se da concessão da iluminação pública por contrato com a municipalidade, geralmente os primeiros concessionários eram empresários locais (fazendeiros ou comerciantes). Essas concessões quase sempre eram transferidas a companhias organizadas localmente ou a um grupo de fora. Um exemplo típico foi o de Ribeirão Preto: fundada em 1898 por Rufino Almeida & Cia., a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto transformou-se, em 1910, na S.A. Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto (tendo os Silva Prado entre os principais acionistas). Nesse mesmo ano, praticamente os mesmos acionistas também estavam presentes na Empresa Força e Luz de Jaú. Em 1915, as duas empresas forneciam energia para onze municípios das áreas de Ribeirão Preto e Jaú. Outros grupos nacionais ligados ao setor de energia elétrica também podem ser citados: J. M. Rodrigues Alves, Elói Chaves e outros (Empresa Luz e Força de Jundiá e Central Elétrica de Rio Claro); Armando de Sales Oliveira, Júlio Mesquita e outros (empresas de energia de Taquaritinga, Jaboticabal, São Simão e Cajuru). Outro exemplo de grupo nacional atuando no setor foi a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), fundada em 1912, com o propósito de incorporar empresas de eletricidade já existentes pela compra de ações. Seu capital inicial de 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis) foi subscrito por Manfredo e Tácito A. da Costa, Artur G. Neves (os três já acionistas da Cia. Elétrica Oeste de São Paulo); José Balbino Siqueira (da Empresa Luz e Força de São Manuel), entre outros (SAES, 1986, p. 178-179).

No início dos anos de 1920, entre os grupos estrangeiros atuando no setor de eletricidade encontrava-se o grupo Light (Light – São Paulo e a São Paulo Electric Co. – Sorocaba). Além dele, já se despontava também a The Southern Brasil Electric Co. (como acionista da Cia. Campineira de Tração e Luz e da Cia. Mogiana de Luz e Força). Entre os

grupos nacionais continuavam a predominar os mesmos citados anteriormente: a Cia. Paulista de Força e Luz, atuando como acionista, por exemplo, nas empresas de Casa Branca, Jacareí, Bauru, além da zona em que tinha se originado: São Manuel, Lençóis e Botucatu; o grupo de Ataliba Vale, Fonseca Rodrigues e Ramos de Azevedo (importantes regiões como Araraquara e Vale do Paraíba); a família Silva Prado e outros (empresas de Ribeirão Preto, Jaú e Avanhandava); e o grupo de Armando de Sales Oliveira, seu sogro Júlio Mesquita e outros (Jaboticabal, Bebedouro, São Simão, Cajuru, entre outras). Nessa mesma época, não era pequena a participação do setor nacional na potência total instalada no estado de São Paulo. Enquanto as empresas estrangeiras totalizavam 65.051 H.P. (Light 57.431, City de Santos 4.500 e grupo Southern Electric 3.120 H.P.), o grupo nacional somava 76.907 H.P.. No entanto, sem dúvida, a Light assumia grande vantagem sobre as demais. Para efeito de comparação, a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto (maior empresa nacional) tinha a potência de 17.373 H.P., a Força e Luz Norte de São Paulo, 12.500 H.P. (a segunda maior empresa nacional – região de Mogi das Cruzes, Caçapava e Pindamonhangaba). As demais raramente ultrapassavam 1000 H. P. (SAES, 1986, p. 247-249).

No início da década de 1920, houve o crescimento de alguns grupos nacionais, com a incorporação de empresas do interior. No final desse mesmo período, evidenciou-se, em São Paulo, a concentração quase completa do setor de eletricidade em torno de dois grupos estrangeiros: Light e Bond and Share (SAES, 1986, p. 247). O rápido crescimento urbano-industrial paulista demandou uma grande ampliação da oferta de energia elétrica. O vultoso investimento de capitais necessário para esse fim, que não estava ao alcance dos grupos brasileiros, determinaria a absorção deles pelo capital estrangeiro. Numa frase, Saes resumiu a fragilidade dos grupos nacionais: “A tendência a produzir energia em usinas hidrelétricas de porte razoável impunha um período de maturação do investimento que tais empresas não estavam habituadas a enfrentar” (SAES, 1986, p. 256). Nesse sentido, a Light incorporou diversas empresas localizadas em torno da capital paulista e no eixo São Paulo – Rio. Por sua vez, a Bond and Share (através da Cia. Brasileira de Força Elétrica, que passou a funcionar em 1927) obteve o controle da Cia. Paulista de Força e Luz, da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, do grupo de Armando de Sales Oliveira e de outras empresas do interior. Em síntese:

Desse modo, em fins de 1927 e começos de 1928, a ação da Light e da Bond and Share dissolve três ou quatro grupos nacionais que se vinham formando no setor de energia elétrica (Paulista de Força e Luz, Armando de Sales Oliveira-Júlio de Mesquita, Ataliba Vale-J. A. Fonseca Rodrigues e a família Silva Prado) pela absorção dessas empresas em duas grandes companhias que, a partir de então, tendem ao controle total do setor (SAES, 1986, p. 254-255).

Entretanto, nem todas as empresas de eletricidade do interior paulista foram assimiladas pelos grupos estrangeiros. Algumas delas conseguiram manter a sua autonomia, como foi o caso da Companhia Paulista de Energia Elétrica, que teve sua origem em São José do Rio Pardo. É da história dessa empresa, de seu nascimento em 1896 até o final da República Velha, que discorreremos a seguir.

Podemos afirmar que a história da iluminação de São José do Rio Pardo iniciou-se em 11 de agosto de 1889, quando foi inaugurada a iluminação pública a querosene da cidade. As obras foram administradas pelo então vereador Honório Dias. Utilizou-se o modelo belga e os postes foram colocados nas esquinas e no meio dos quarteirões, somando-se ao todo 66 lâmpões (MASCHIETTO, 1979, p. 26).

Em 1892, uma antiga reivindicação dos cafeicultores da região foi atendida pelo governo estadual. Foi convertido em lei o projeto de construção de uma ponte metálica sobre o Rio Pardo. Porém, só em 1896 foram feitas as concorrências públicas para a execução da obra. O engenheiro Arthur Pio Dechamps de Montmorency venceu a concorrência e, a 20 de maio de 1896, firmou contrato com a Superintendência de Obras Públicas do estado de São Paulo. Percebendo o grande potencial hidrelétrico do rio Pardo e de seus afluentes na localidade, Montmorency dirigiu um requerimento à câmara municipal, em 25 de julho de 1896, pleiteando o privilégio de instalação da iluminação elétrica na cidade. Com a aprovação da Câmara, o intendente municipal Francisco de Escobar assinou o contrato conforme a proposta do engenheiro. Por este contrato, foi concedido a Montmorency ou à sociedade que este viesse a organizar, o privilégio do fornecimento de iluminação elétrica, pública e particular, por 20 anos no município. Em novembro daquele mesmo ano, o governo municipal iniciou as negociações com Elisiário Dias para a obtenção da queda d'água do rio Fartura e dos terrenos marginais, onde seria construída a usina.⁵⁴ Além disso, o governo municipal comprometeu-se a pagar a quantia de 15:000\$000 (quinze contos de réis) anuais, por um período de dez anos, a partir da inauguração. Estipulou-se ainda, que a iluminação pública deveria contar com um número máximo de 150 lâmpadas, de 25 velas cada uma. O

⁵⁴ A transação foi concluída em julho de 1897, quando a Intendência municipal obteve uma desapropriação amigável, mediante o pagamento de 7:000\$000, a serem pagos em janeiro de 1899.

contratante, então, tratou de organizar uma sociedade para levantar o capital necessário para dar início ao empreendimento (MASCHIETTO, 1979, p. 26-27; LUZ ..., 1899a, p. 1).

Nesse sentido, sob a liderança de Montmorency foi organizado, em 30 de agosto de 1896, o “Syndicato da Luz Electrica de São José do Rio Pardo”. Essa associação subscreveu o capital de 50:000\$000 a ser investido na exploração de energia elétrica no município. Os associados iniciais foram os seguintes:

Tabela 15 – Sócios iniciais do Syndicato da Luz Electrica de São José do Rio Pardo

Associado	Ocupação	Participação
Dr. Arthur P. D. de Montmorency	engenheiro	5:000\$000
Dr. Álvaro de Oliveira Ribeiro	médico	3:000\$000
Dr. Guilherme Tell Guillon	médico	3:000\$000
Coronel Vicente Dias Jr.	fazendeiro	3:000\$000
Antonio Monteiro de Oliveira Jr.	fazendeiro	3:000\$000
Coronel Honório Luiz Dias	fazendeiro	3:000\$000
Coronel Alípio Luiz Dias	fazendeiro	3:000\$000
Coronel Antonio Silvério da S. Musa	fazendeiro	3:000\$000
Coronel Francisco S. de Camargo	fazendeiro	3:000\$000
Manoel Ribeiro Machado	fazendeiro	3:000\$000
Major José Dias Machado	fazendeiro	1:500\$000
José Monteiro de Noronha	fazendeiro	1:500\$000
José Carlos G. de Nogueira	fazendeiro	1:500\$000
Coronel Francisco do Nascimento	comerciante e faz.	1:500\$000
Tarquínio Cobra Olyntho	farmacêutico	1:500\$000
Coronel João B. de Souza Moreira	fazendeiro	1:500\$000
Coronel José Ezequiel de Souza	fazendeiro	1:500\$000
Evaristo Araújo de Aguiar	fazendeiro	1:500\$000
Major José Octaviano Machado	fazendeiro	1:500\$000
Félice Maria Calvitti	construtor civil	1:500\$000
Luigi Botelli	sitiante e oleiro	1:500\$000
Antonio Migliaccio	barbeiro	1:500\$000
Total		50:000\$000

Fonte: MASCHIETTO, 1979, p. 27.

Como pudemos observar, o Sindicato era constituído majoritariamente de grandes cafeicultores. Porém, havia também a participação de destacados membros da classe média local (médicos, farmacêutico) e, inclusive, três imigrantes italianos (Felice Calvitte, Luigi Botelli e Antonio Migliaccio). É evidente que a totalidade dos capitais investidos no empreendimento era, direta ou indiretamente, proveniente do café. Contudo, esse quadro demonstrou que, na virada do século XIX para o XX, a sociedade rio-pardense já começava a se diversificar, propiciando a ascensão de elementos não ligados diretamente à cafeicultura.

Além de muito arriscado, o Sindicato era também um empreendimento inédito na região. Para efeito de ilustração, a primeira cidade brasileira a contar com energia elétrica foi a cidade de Campos, no Rio de Janeiro, onde foi instalada uma pequena usina térmica em 1883. A primeira usina hidrelétrica da América do Sul foi construída em 1889, por Bernardo Mascarenhas, no Rio Paraíba, a qual fornecia energia a sua fábrica de tecidos e à cidade de Juiz de Fora (MASCHIETTO, 1979, p. 27). Na cidade de São Paulo, a energia elétrica só foi explorada sistematicamente a partir de 1899, quando a Light and Power obteve a concessão do serviço de transporte urbano com tração elétrica (mais tarde obteve também o monopólio do fornecimento de energia elétrica residencial e industrial). A inauguração da usina de Parnaíba, no Tietê (com 2.000 KW), foi em 1901. A termelétrica de Paula Sousa (com 5.000 KW) entrou em operação em 1912 (SAES, 1986, p. 175). Na região de São José do Rio Pardo, por exemplo, o contrato para iluminação elétrica de São João da Boa Vista data de 1900; Casa Branca passou a contar com eletricidade a partir de 1912; em Mococa os serviços de energia elétrica tiveram início por volta de 1905; São Sebastião da Gramma e Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia)⁵⁵ passaram a ser servidos de energia elétrica em 1913, sendo a CPEE a concessionária dos serviços (MASCHIETTO, 1979, p. 27).

O custo total da iluminação elétrica de São José do Rio Pardo foi de 110:624\$060, mais que o dobro do capital investido inicialmente. Em 1900, havia uma lista de 62 consumidores particulares, o que demonstra certa lentidão quanto à difusão do costume de se utilizar a energia elétrica, ainda uma novidade para a época (MASCHIETTO, 1979, p. 27).

Em princípio, parece, a iluminação pública deixou a desejar, pelo menos na opinião de “Um contribuinte”:

⁵⁵ Na época, as duas localidades eram distritos de paz de São José do Rio Pardo.

Deixando de parte o número máximo de 150 lâmpadas, porque realmente na cidade não existe tal número (e se o existisse o prejuízo do povo seria maior), sabemos que a Câmara Municipal paga 15:000\$000 anuais para a iluminação pública da cidade, que atualmente consta, no máximo, de 135 lâmpadas, e que visivelmente não tem cada uma as 25 velas, conforme a cláusula do contrato. Não se pode, em consciência, dar mais do que 16 velas para cada uma das atuais lâmpadas, e isso por muito favor, pois que muitas delas têm 12 ou menos (LUZ..., 1899, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Dirigindo-se ao Dr. Bráulio Menezes, intendente municipal, a quem acreditava ser o anônimo “Um contribuinte”, o gerente da empresa Dr. Guilherme Tell (genro de Elisiário Dias) respondeu:

Se a empresa, por ventura, deixou de cumprir algumas das obrigações que lhes são impostas pelo contrato, ao intendente municipal compete aplicar a pena prevista no mesmo contrato. O que, porém, não é razoável, é o governo municipal, que deve zelar melhor pelo seu crédito, procurar inventar chicanas, como fazem devedores remissos, para não pagar à empresa que represento.

Fechando os olhos a cláusula expressa do contrato, a municipalidade até hoje não tem pago as prestações nas épocas do vencimento e está devendo agora à empresa a quantia de 4.500\$000, restantes de uma prestação vencida em 19 de junho próximo findo (EMPRESA..., 1899, p. 2-3, atualização ortográfica nossa).

Entretanto, segundo relatório do intendente municipal, coronel Luiz Thomaz de Andrade, apresentado à Câmara Municipal ao resignar o seu mandato, em 02 de agosto de 1900, o serviço de iluminação pública continuava insatisfatório:

Continua a ser feito com muitas irregularidades o serviço da iluminação elétrica da cidade. É assim que as atuais lâmpadas não são de boa qualidade e não fornecem a luz com a intensidade estabelecida no contrato. Além disso, desde o dia 29 de dezembro do ano findo até 11 de junho do corrente ano, deixou a iluminação de funcionar em um grande trecho da cidade, com grande prejuízo para a população.

Esperamos, entretanto, que em breve sejam sanadas todas estas faltas, com a aquisição de novos materiais que a Companhia vai fazer na Europa (CÂMARA..., 1900, p. 2, atualização ortográfica nossa).

A partir de 1900, o Sindicato foi se diluindo. Provavelmente por receio quanto ao futuro do empreendimento, a maioria dos sócios iniciais vendeu suas cotas. Em 1903 restavam apenas o coronel Vicente Dias Jr., o seu irmão coronel Alípio Dias e o Dr. Guilherme Tell. Estes, em 27 de agosto de 1903, constituíram uma sociedade comercial sob a razão social de Dias & Cia., com um capital de 150 contos de réis. A nova empresa passou então a se denominar “Cia. Luz Electrica Riopardense”. Em fevereiro de 1904, o Dr. Guilherme Tell vendeu suas cotas para seu sogro, Elisiário Dias. Em 1906, após adquirir as

cotas de seus irmãos (Alípio e Elisiário), o coronel Vicente Dias Jr. tornou-se o único proprietário da empresa (MASCHIETTO, 1979, p. 27)

Como vimos, inicialmente, as dificuldades para fornecer serviço de qualidade parecem ter sido muitas. Afinal, a tecnologia e os aparelhos eram todos importados, o custo destes devia ser bastante elevado, acrescentando ainda a falta de mão de obra especializada. Em 1907, dez anos após o início de suas operações, havia ainda insatisfação com relação à iluminação pública:

Já estão nesta cidade os novos materiais para a reforma completa da iluminação pública.

Os serviços já estão iniciados e segundo nos garantiu o Sr. Vicente Dias Júnior, gerente da empresa, estarão terminados todos os trabalhos, inclusive a rede telefônica, até o próximo mês de agosto.

Assim seja. Pois que não tem deixado de servir de comentários, aos transeuntes forasteiros, o estado atual da nossa iluminação pública (LUZ..., 1907a, p. 2, atualização ortográfica nossa).

De fato, em 1907 a empresa realizou uma reforma geral em suas linhas e instalações, passando a contar com força motriz de 800 cavalos (LUZ..., 1907b, p. 2). No início de dezembro, a nova iluminação pública era inaugurada com elogios:

[...] quinta-feira funcionou a nossa luz elétrica, que foi grandemente melhorada.

Noticiando este acontecimento, justamente aplaudido pelos rio-pardenses, o fazemos com calorosos aplausos à iniciativa do cel. Vicente Dias Júnior, digno empresário da “Luz Elétrica Rio-Pardense”, que não mediu esforços, promovendo a transformação da iluminação, a qual ainda promete melhorar quando todo o serviço estiver concluído (LUZ..., 1907c, p. 2, atualização ortográfica nossa).

A partir de 1º de janeiro de 1908, após a reestruturação ocorrida no ano anterior, a companhia passou a denominar-se “Empresa Luz e Força Santa Alice”⁵⁶.

No dia 9 de dezembro de 1910, o coronel Vicente Dias Jr. assinou, com o governo municipal rio-pardense, um novo contrato para produção e distribuição de energia elétrica no município. Esse contrato concedeu os privilégios ao coronel Vicente e seus sucessores por 20 anos. Dentre outras, estabeleceram-se as seguintes mudanças: a iluminação pública do perímetro urbano contaria com 300 lâmpadas de 32 velas cada uma, sendo estas substituídas a cada três meses; a iluminação pública custaria ao município 14:000\$000 anuais, divididos em duas parcelas semestrais. O valor pago pela municipalidade pela iluminação pública foi reduzido e os prédios públicos e escolas noturnas teriam sua iluminação gratuita. Os valores

⁵⁶ Retiramos esta informação de um comunicado do coronel Vicente à câmara municipal, sobre as mudanças em sua empresa. Este documento encontra-se na Hemeroteca Municipal Rio-Pardense, cx. ref. ao ano de 1908.

cobrados pela iluminação particular também foram diminuídos. Além disso, estabeleceram-se multas para o concessionário em casos de mal funcionamento dos serviços de eletricidade, comprovada a negligência da empresa (LUZ..., 1911, p. 1)

Descrevemos em linhas passadas as dificuldades iniciais e as duras críticas aos serviços de iluminação prestados pela empresa do coronel Vicente, como também as melhorias e vantagens que ele teve que oferecer à municipalidade para manter a sua concessão. É claro que o fato de ser o chefe do diretório republicano local, que pré-determinava os candidatos a vereadores a serem sufragados nas urnas, proporcionava ao coronel Vicente grande prestígio junto à Câmara municipal. Entretanto, naquele momento histórico, o chefe político à moda antiga passava a ser também um moderno empresário. Esse coronel capitalista dependia agora de seus clientes (não somente no sentido eleitoral). Aos consumidores de sua empresa devia fornecer produtos e serviços de bom conteúdo. Além de consumidores mais exigentes, os novos tempos produziram um eleitorado mais diversificado e que lentamente adquiria consciência de seus direitos. Contraditoriamente, o progresso e o crescimento urbano, fundamentais à acumulação capitalista do coronel empresário, paulatinamente solapavam as bases do sistema de poder tradicional.

No ano anterior, em 1909, expandindo seus interesses no setor, o coronel Vicente, em sociedade com o Dr. André V. Rebouças, fundou a Usina Elétrica de Socorro, após obter o privilégio de exploração dos serviços de eletricidade naquele município. Em 1911, André Rebouças vendeu suas cotas para o Dr. Horácio Rodrigues (cunhado de Vicente, irmão de sua mulher, Alice), tornando-se ambos os proprietários da empresa (MASCHIETTO, 1979, p. 28).

Em agosto de 1910, Horácio Rodrigues obteve a concessão da exploração de energia elétrica no município de Bariri, onde foi instalada uma pequena usina a vapor. Horácio (único proprietário da Empresa Força e Luz de Bariri) e Vicente (único dono da Empresa Luz e Força Santa Alice, de São José do Rio Pardo), ambos sócios na Usina Elétrica de Socorro, unificaram a exploração de energia elétrica nos três municípios. Para isso, constituíram uma sociedade anônima denominada Companhia Paulista de Energia Elétrica (MASCHIETTO, 1979, p. 28).

Com um capital social de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), a Cia. Paulista de Energia Elétrica (CPEE) foi constituída entre 10 e 13 de setembro de 1912, unificando os bens e privilégios de exploração de eletricidade nos municípios de São José do Rio Pardo, Socorro e Bariri. A nova sociedade compunha-se dos seguintes sócios: coronel Vicente Dias Jr., Dr. Horácio de Almeida Rodrigues, Plínio Barreto, Antonio Carlos França Meirelles, Anthero

Augusto de A. Bloem, coronel Antonio Felix de A. Cintra e Rodrigo Claudio da Silva. Ainda em setembro de 1912, foi organizada a Cia. Força e Luz de Itápolis e Ibitinga S.A., com um capital social de 400:000\$000. Essa empresa foi incorporada pela CPEE, que teve o seu capital elevado para 1.500:000\$000 (mil e quinhentos contos de réis), divididos em 7.500 ações integralizadas de 200\$000 cada uma. Portanto, no início de 1913, a CPEE já havia expandido seus interesses por diferentes regiões do estado de São Paulo, sendo a concessionária da exploração de energia elétrica em São José do Rio Pardo, Socorro, Bariri, Itápolis e Ibitinga (MASCHIETTO, 1979, p. 28-29).

Pela tabela 16, a seguir, temos uma visão do rápido crescimento do número de unidades da CPEE, como também do fornecimento de iluminação pública e particular pela empresa, entre 1901 e 1920.

Tabela 16 - Expansão da CPEE (1901-1920)

Ano	Empresa	Municípios	Iluminação pública	Iluminação particular		Total de lâmpadas
			No. de lâmpadas	No. de consumidores	No. de lâmpadas	
1901	Cia. Luz Electrica Riopardense	S. J. Rio Pardo	180	-	405	585
1905	Cia. Luz Electrica Riopardense	S. J. Rio Pardo	200	106	550	750
1906	Cia. Luz Electrica Riopardense	S. J. Rio Pardo	200	305	450	650
1911	Empreza Luz e Força S. Alice	S. J. Rio Pardo	300	352	2.600	2.900
1912	Cia. Paulista Energia Elétrica	S. J. Rio Pardo	300	355	1.282	1.582
1913	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Bariri	126	214	481	607
		Ibitinga	94	133	491	585
		Itápolis	128	142	462	590
		S. J. Rio Pardo	320	322	1.291	1.611
		Socorro	155	240	641	796
		Total	823	1.051	3.366	4.189
1915	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Bariri	130	200	362	492
		Ibitinga	94	107	378	472
		Itápolis	138	149	486	624
		S. J. Rio Pardo	335	393	1.324	1.659
		Socorro	178	268	664	842
		Total	875	1.117	3.214	4.089
1918	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Bariri	122	295	342	464
		Ibitinga	101	178	555	656
		Itápolis	160	220	778	938
		S. J. Rio Pardo	439	882	1.770	2.209
		Socorro	160	305	865	1.025
		Total	982	1.880	4.310	5.292
1920	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Lins	80	150	380	460
		Agudos	127	223	782	909
		Avaí	103	82	167	270
		Bariri	124	300	737	861
		Bauru	312	654	2.096	2.408
		Botucatu	649	649	3.016	3.665
		Dois Córregos	215	287	586	801
		Ibitinga	116	222	674	790
		Itápolis	164	275	915	1.079
		Itatinga	76	133	487	563
		Lençóis	148	228	575	723
		Mineiros	147	155	264	411
		Pederneiras	153	259	694	847
		Pirajuí	103	186	527	630
		Piratininga	132	187	441	573
		Presidente Alves	63	80	206	269
		S. João Bocaina	140	315	1.306	1.446
		S. J. Rio Pardo	446	766	2.040	2.486
São Manuel	240	721	2.019	2.259		
Socorro	173	341	834	1.007		
Total	3.711	6.213	18.746	22.457		

Fonte: REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1904, p. 746-753; 1907, p. 257-261; 1909, p. 242-250; 1913, p. 260-272; 1914, p. 260-275; 1915, p. 242-257; 1917, p. 292-313; 1920, p. 312-333; 1922, p. 282-285, 288, 294-297.

Tabela 17 - CPEE- Força Motriz e Estado Financeiro (1901-1920)

Ano	Empresa	Municípios	Força motriz	Receita	Despesa	Saldo
1901	Cia. Luz Elec. Riopardense	SJRPardo	72	45:053\$800	16:000\$000	29:053\$800
1905	Cia. Luz Elec. Riopardense	SJRPardo	75	41:181\$388	22:244\$370	18:937\$018
1906	Cia. Luz Elec. Riopardense	SJRPardo	80	36:000\$000	18:000\$000	18:000\$000
1911	Emp. Luz e Força S. Alice	SJRPardo	300	75:000\$000	18:000\$000	57:000\$000
1912	Cia. Paulista E. Elétrica	SJRPardo	800	93:000\$000	17:000\$000	76:000\$000
1913	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Bariri	85	47:000\$000	15:500\$000	31:500\$000
		Ibitinga	-	23:500\$000	6:600\$000	16:900\$000
		Itápolis	300	26:000\$000	8:000\$000	18:000\$000
		SJRPardo	800	96:000\$000	19:000\$000	77:000\$000
		Socorro	250	31:000\$000	6:500\$000	24:500\$000
		Total		1.435	223:500\$000	55:600\$000
1915	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Bariri	85	29:828\$100	14:158\$800	15:669\$300
		Ibitinga	-	13:000\$000	7:150\$000	5:850\$000
		Itápolis	500	34:153\$000	8:820\$000	25:333\$000
		SJRPardo	975	108:200\$000	26:300\$000	81:900\$000
		Socorro	250	37:000\$000	8:000\$000	29:000\$000
		Total		1.810	222:181\$100	64:428:800
1918	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Bariri	-	34:547\$650	7:182\$800	27:364\$850
		Ibitinga	-	24:752\$320	7:085\$870	17:666\$450
		Itápolis	330	36:290\$130	18:546\$350	17:743\$780
		SJRPardo	720	115:306\$928	24:124\$250	91:182\$678
		Socorro	170	39:562\$550	8:278\$200	31:284\$350
		Total		1.220	250:459\$578	65:217\$470
1920	Cia. Paulista Energia Elétrica (sede em São Paulo)	Lins	50	10:133\$000	6:788\$000	3:345\$000
		Agudos	-	54:351\$000	15:516\$000	38:835\$000
		Avaí	100	5:548\$000	4:790\$000	758\$000
		Bariri	-	-	-	-
		Bauru	-	73:732\$000	27:116\$000	46:616\$000
		Botucatu	2.500	161:839\$000	61:512\$000	100:327\$000
		D. Córregos	290	59:546\$000	19:640\$000	39:906\$000
		Ibitinga	-	-	-	-
		Itápolis	300	-	-	-
		Itatinga	-	22:893\$000	3:243\$000	19:650\$000
		Lençóis	-	48:028\$000	5:471\$000	42:557\$000
		Mineiros	290	15:048\$000	2:774\$000	12:274\$000
		Pederneiras	-	54:083\$000	9:406\$000	44:677\$000
		Pirajuí	100	15:777\$000	12:449\$000	3:328\$000
		Piratininga	-	29:917\$000	9:320\$000	20:597\$000
		Pres. Alves	-	7:786\$000	4:595\$000	3:191\$000
		S J Bocaina	290	58:385\$000	8:669\$000	49:716\$000
		SJRio Pardo	1.000	-	-	-
		São Manuel	-	169:574\$000	47:357\$000	122:217\$000
		Socorro	200	-	-	-
Total		5.120	786:640\$000	238:646\$000	547:994\$000	

Fonte: REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1904, p. 746-753; 1907, p. 257-261; 1909, p. 242-250; 1913, p. 260-272; 1914, p. 260-275; 1915, p. 242-257; 1917, p. 292-313; 1920, p. 312-333; 1922, p. 282-285, 288, 294-297.

Pelas tabelas 16 e 17, observamos que a CPEE, em 1920, tinha a concessão dos serviços de eletricidade em 20 municípios, sendo a empresa de energia elétrica de maior número de unidades do estado. A última tabela (17) nos permitiu observar também o crescimento da empresa em termos de força motriz e o seu estado financeiro bastante satisfatório.

Em 1924, o capital social de CPEE era de 1.500:000\$000, dividido em 15.000 ações de 100\$000 cada uma. Nessa época, os sócios eram os seguintes:

Tabela 18 – Sócios da CPEE em 1924

Sócios	No. de ações
Coronel Vicente Dias Jr.	14.097
Dr. Moacyr Rodrigues Dias	516
Dr. Mário Rodrigues Dias	300
Dr. Horácio Rodrigues	23
Dr. José Benedito dos Santos	24
Dr. Antonio Carlos F. Meirelles	9
Barão Raymundo Duprat	9
Da. Ruth de Azevedo Bloem	5
Coronel Antonio Felix de A. Cintra	5
Dr. Plínio Barreto	4
Dr. Álvaro Menezes	4
Dr. José Balbino de Siqueira	4
Total	15.000

Fonte: MASCHIETTO, 1979, p. 29.

Pela tabela 18, percebemos que, sobretudo a partir da década de 1920, a CPEE tornou-se uma empresa nitidamente familiar, tendo como principais acionistas e administradores o coronel Vicente e seus dois filhos mais velhos, Mário e Moacyr.

No segundo semestre de 1927, foi inaugurada a nova usina hidrelétrica da CPEE sobre o Rio do Peixe, em São José do Rio Pardo. Com uma capacidade energética de 5.000 cavalos, o custo do empreendimento foi de cerca de 2 000 contos de réis. Um periódico local ressaltou a importância da obra para o progresso da cidade:

Além da grande quantidade de energia que poderá ser fornecida para as indústrias locais e circunvizinhas, a iluminação de nossa cidade [...] vai ser consideravelmente melhorada, principalmente no Jardim Municipal e na praça Cap. Mário Rodrigues, onde serão colocadas modernas colunas com globos e os fios condutores, canalizados subterraneamente (A NOVA..., 1926, p. 1, atualização ortográfica nossa).

O articulista lembrou ainda que a iluminação pública já fora melhorada anteriormente, pois as antigas lâmpadas de 50 velas haviam sido substituídas por outras de 120 velas. Além disso, foram enaltecidos os esforços dos dirigentes da empresa, o coronel Vicente Dias Jr. e seu filho Moacyr Rodrigues Dias, em benefício do progresso da cidade: “[...] é considerável o melhoramento que aqueles senhores trouxeram para São José do Rio Pardo, merecendo, portanto, a gratidão imorredoura do povo rio-pardense, pelo grande surto de progresso que traz essa gigantesca obra (A NOVA..., 1926, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Entre 1927 e 1928, possivelmente para dinamizar a administração de suas várias seções, que se localizavam em diferentes zonas do estado de São Paulo, a CPEE foi dividida em duas sociedades distintas. Foi criada a Companhia Douradense de Eletricidade (CDE), com um capital de 730:000\$000, retirado do patrimônio da CPEE. A Cia. Douradense passou a gerenciar os bens, direitos e privilégios da empresa nos municípios de Bariri, Ibitinga, Itápolis, Tabatinga e Nova Europa. Em 1929, a Cia. Douradense de Eletricidade foi vendida à Companhia Brasileira de Força Elétrica, ligada à Electric Bond and Share Company (MASCHIETTO, 1979, p. 29; SAES, 1986, p. 254-255).

Em 1933, faleceu o coronel Vicente Dias Jr., o último dos 22 criadores do antigo “Syndicato da Luz Electrica de São José do Rio Pardo”. Sua competência e dinamismo empresarial levaram-no a acreditar e investir grande parte de seus recursos num empreendimento praticamente inédito e bastante arriscado para sua época. Confiante no futuro do negócio, o coronel Vicente fundou a CPEE e a administrou até o final de sua vida, secundado, sobretudo, por seus filhos e cunhados. Muito provavelmente a rápida expansão da CPEE, ao longo da Primeira República, se deveu a essa administração de cunho familiar nela empregada. Resistindo ao avanço do capital estrangeiro no setor de energia elétrica, a CPEE manteve-se sob a administração dos Dias (coronel Vicente Dias Jr. e seus descendentes) por mais de um século (1896-1999). Em 1999, foram vendidas as ações ordinárias (que dão direito a voto) à empresa norte-americana MSN Energy. Posteriormente (2008), a CPEE foi incorporada à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

2.3.4.2 A Empresa Telephonica Riopardense

Possivelmente tentando ampliar seu faturamento, aproveitando a rede elétrica já instalada por sua empresa de energia elétrica, o coronel Vicente Dias Jr. tomou a iniciativa de instalar uma empresa telefônica em São José do Rio Pardo. Em 31 de março de 1908, a Empresa Luz e Força Santa Alice, de sua propriedade, assinou um contrato com a prefeitura municipal de São José do Rio Pardo, para o estabelecimento e exploração de uma rede telefônica no município, por um período de 20 anos. Pela primeira cláusula do contrato, a Empresa se obrigava a iniciar a instalação dos primeiros aparelhos em 60 dias. A segunda cláusula estabelecia a cobrança de 10\$000 mensais, de cada assinante no perímetro urbano, pela ligação e conservação dos aparelhos. Os assinantes de fora do perímetro urbano pagariam 15\$000 mensais pelos serviços. Pela sétima cláusula, a Empresa se comprometia a instalar aparelhos nas repartições da Câmara e polícia, sem qualquer despesa de instalação ou assinatura para o governo municipal. Em compensação, pela cláusula seguinte, a Câmara Municipal se obrigava a isentar a empresa dos impostos municipais pelos serviços da instalação e exploração da rede telefônica no município. Pela última cláusula, a nona, era dado ao concessionário o direito de transferir o privilégio a quem lhe conviesse, desde que a transferência não afetasse as cláusulas anteriores (PREFEITURA..., 1908, p. 1-2).

Embora o empreendimento tenha frutificado, não foi sob a administração do coronel Vicente. Em 26 de julho, quase quatro meses após a assinatura do contrato de concessão, encontramos uma notícia no periódico local que apontou a empresa telefônica local como propriedade de Júlio de Arruda. Em São José do Rio Pardo havia 16 aparelhos ligados à estação central da empresa, e à estação do distrito de São Sebastião da Gramma havia 3 aparelhos. A linha telefônica do distrito de Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia) ainda não estava funcionando, porém seria inaugurada até o final daquele mês (EMPRESA..., 1908, p. 2).

Não sabemos os motivos do coronel Vicente ter transferido os seus direitos a outro empresário. No entanto, essa iniciativa reforça a visão que vimos apresentando de um fazendeiro e empresário urbano de vistas longas, atento às novidades tecnológicas que surgiam e que poderiam se transformar em novas oportunidades de investimento e acumulação.

2.3.5 O comércio importador

No dia 20 de março de 1914, em São Paulo (capital), foi assinado o contrato comercial da empresa Cássio Muniz & Co.. A sociedade era formada por Horácio Rodrigues, Mário Rodrigues⁵⁷, Vicente Dias Jr. e Cássio Muniz de Souza. Os três primeiros eram sócios comanditários e o último sócio solidário. O capital social era de 400:000\$000, pertencendo 116:000\$000 ao sócio solidário, 98:000\$000 a Vicente, 93:000\$000 a Mário e 93:000\$000 a Horácio. O ramo de negócio da empresa era o de importação geral e, especialmente, a venda por atacado de ferragens, cimento e materiais para construção. A gerência da sociedade caberia ao sócio solidário, que se obrigava a fornecer mensalmente um balancete da escrita e resumo das vendas mensais a cada um dos outros sócios.⁵⁸

Pelo balancete de 27 de fevereiro de 1915, o ativo e passivo da empresa eram de 662:401\$630 e as vendas daquele mês somaram 112:453\$030. No balancete de 31 de janeiro de 1916, o ativo e passivo subiram para 901:519\$195 e as vendas daquele mês somaram 131:662\$339. Diante da falta de mais informações, esses dados devem ser tomados apenas por ilustrativos, pois a empresa pode ter ou não continuado a crescer na mesma proporção.

A retirada mensal de Vicente era de apenas 1:000\$000. A cláusula 7ª. do contrato estabelecia que os sócios comanditários poderiam retirar mensalmente até o máximo de 1% sobre o respectivo capital, sendo essas retiradas deduzidas de suas respectivas partes no lucro anual da empresa. No entanto, acreditamos que o verdadeiro interesse de Vicente ao investir no ramo de importação, se vinculava à constante necessidade de importação de aparelhos, equipamentos e outros materiais demandados pela Companhia Paulista de Energia Elétrica, que se encontrava em rápida expansão (como vimos anteriormente).

O baixo desenvolvimento tecnológico nacional estimulava as ligações entre os importadores e as novas empresas industriais. Essa interação se dava, por exemplo, para viabilizar a vinda de técnicos estrangeiros para montagem e assistência técnica. A comercialização de material e equipamentos elétricos era feita por firmas importadoras. A produção nacional no final da década de 1920 permanecia pequena, a exceção da General Electric, que instalou uma fábrica de lâmpadas em 1921, montando aqui seus componentes (MAGALHÃES, 2000, p. 69). Conforme Saes (1986), o início da década de 1890 marcou o

⁵⁷ Horácio e Mário Rodrigues eram cunhados de Vicente (irmãos de sua mulher, Alice).

⁵⁸ Retiramos essas informações do contrato comercial da empresa. Esse documento, assim como todos os outros referentes à Cássio Muniz & Co., encontram-se no acervo particular de Eduardo Dias R. Nobre. Também possuímos cópias desses documentos em nosso arquivo pessoal.

momento em que o grande capital cafeeiro avançava sobre o comércio importador da cidade de São Paulo, aparentemente em associação com alguns antigos comerciantes estrangeiros ligados a esse setor:

Assim surge certa tendência dentro do comércio da cidade de São Paulo extremamente significativa: a constituição de sociedades anônimas comerciais voltadas, em especial, à importação. A característica predominante era a associação de um elemento, em geral estrangeiro, já dedicado ao comércio de importação, com o grande capital cafeeiro. Na constituição da diretoria, a presidência cabia a algum típico representante do grande capital e a gerência ao antigo comerciante (SAES, 1986, p. 108-109).

O último documento encontrado da Cássio Muniz & Comp. data de 17 de junho de 1921. O memorando comunicava a Vicente sobre as despesas de frete referentes ao despacho de um automóvel para São José do Rio Pardo, por ele encomendado. Esse documento comunicou ainda o débito de 976\$300 (30 libras) em sua conta, pagos pelo London Merchant Bank a seu filho João Baptista, que se encontrava em Birmingham. Infelizmente, não dispomos de mais informações sobre os rumos tomados pela empresa.

2.4 Conclusão

Nesse capítulo, com base nos autores apresentados, pudemos observar a grande diversidade e versatilidade da família de elite tradicional e, sobretudo, a inadequação da coletividade da família extensa em relação ao crescente individualismo, característico da moderna economia capitalista que se desenvolvia no Brasil.

No caso particular da família Dias, a grande diversificação de empreendimentos, verificada em sua segunda geração, originou-se a partir da produção cafeeira, ou seja, o capital produtivo migrou e deu incremento a outras atividades. Entretanto, é preciso dar saliência à atuação do capitalista ousado, cujo tino para os negócios ampliava-lhe a visão de novas oportunidades de investimento. O coronel Vicente Dias Jr., diferente da maioria de seus irmãos, além de produtor tornou-se também comissário, financiando as safras e comercializando a produção da família e de outros cafeicultores. Simultaneamente, expandiu suas inversões no setor de eletricidade, que se configuraram na Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE). Talvez, para suprir as demandas dessa empresa, investiu também no comércio importador. É interessante notar ainda, que naquela economia moderna que se constituía, títulos de empresas passaram a ser utilizados para a abertura de novos negócios, compra de propriedades, obtenção de crédito, enfim, ampliavam as possibilidades de

acumulação dos novos empresários. Notamos esse procedimento por parte do coronel Vicente, por exemplo, que se utilizou por vezes de debêntures e ações da CPEE como parte do pagamento na compra de terras⁵⁹ ou para integralizar o capital de outras sociedades (como o da empresa Cássio Muniz & Co.), ou ainda como caução para obtenção de crédito.

Essas qualidades individuais foram acentuadas pelo espírito de concorrência, pela intensa busca do lucro e do sucesso pessoal, característicos da dinâmica economia de mercado que se desenvolvia no âmbito do complexo cafeeiro paulista (conforme descrevemos no capítulo inicial). Acreditamos que as qualidades pessoais de cada integrante do grupo, aliadas ao individualismo apreendido das relações de mercado, contribuíram fundamentalmente para o declínio do corporativismo familiar e inviabilizaram a continuidade do grupo como unidade de produção coletiva e informal. Dessa forma, na segunda geração, predominaram sociedades formalizadas (regidas por contratos, escrituras públicas e outros documentos legais) entre integrantes da família, como também com pessoas de fora dela. A família de elite extensa e corporativa, como grupo econômico, não era compatível com a moderna economia de mercado individualista em que estava inserida. Por isso, sobretudo, a consolidação da família conjugal, com residência e negócios independentes, como arranjo doméstico predominante no segundo ciclo de desenvolvimento da família. Como afirmou Nazzari (2001, p. 175): “À medida que mais sociedades foram se formando, os homens passaram gradativamente de um compromisso primordial com a família patriarcal extensa, ou clã, a um compromisso primordial consigo próprios e com sua família nuclear.”

No capítulo final, nos concentraremos na família conjugal formada pelo coronel Vicente Dias Jr., sua esposa e filhos. Esta representou apenas uma das possibilidades de arranjo doméstico, resultante das transformações ocorridas entre a primeira e a segunda geração dos Dias. Tentaremos demonstrar algumas características de sua organização, salientando certas mudanças ocorridas, como também algumas tradições ainda vivas no seio da família.

⁵⁹ Veja por exemplo, no anexo F, um recibo de compra de terras, em cuja transação foram utilizados debêntures da CPEE como parte do pagamento.

**CAPÍTULO 3 - A FAMÍLIA CONJUGAL DE VICENTE DIAS JR. E
ALICE RODRIGUES – OS RODRIGUES DIAS**

Neste capítulo, com base principalmente em inúmeras cartas familiares,⁶⁰ descreveremos alguns aspectos da vida cotidiana da família conjugal do coronel Vicente Dias Jr., sua mulher e filhos, demonstrando sua individualidade e sua independência em relação ao conjunto da parentela. Tentaremos também expor algumas especificidades dessa típica família da burguesia cafeeira paulista, nas primeiras décadas do século XX, salientando as suas inovações como também certas permanências herdadas do tradicionalismo. Para uma comparação entre a burguesia europeia e a sua similar paulista, nos apoiamos na descrição de Hobsbawm (2001) sobre a família burguesa europeia do terceiro quartel do século XIX, como também no estudo de Trigo (2001) sobre a visão de mundo e estilo de vida da elite cafeeira paulista, nas primeiras décadas republicanas.

Conforme Hobsbawm (2001, p. 321-322): “O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos ou artificialmente eliminados”. Era no lar que os burgueses podiam manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, cercada pelos objetos materiais que a demonstravam e tornavam-na possível. Essa “vida de sonho” teria como expressão culminante a celebração do Natal. A ceia, a árvore, a canção de Natal, simbolizariam, ao mesmo tempo, o frio do mundo do lado de fora, o calor do círculo familiar do lado de dentro e o contraste entre os dois. Segundo ainda Hobsbawm (2001, p. 333), o lar era o porto seguro, onde os burgueses podiam se refugiar das tempestades do mundo dos negócios. O lar era o “acolhedor lugar da felicidade”, onde “a ambição satisfeita do coração encontrava sua paz”, já que nunca a encontraria no mundo exterior.

O interior da casa burguesa europeia, de meados do século XIX, era composto por uma “massa de objetos” sempre bem elaborados, qualquer que fosse o seu material. Esta era a forma tradicional de destacar a riqueza e o *status* de seus moradores:

Nenhum quadro sem uma moldura dourada, ornamentada, entalhada ou mesmo coberta de veludo, nenhuma cadeira sem tecido de proteção, nenhuma peça de tecido sem borla, nenhuma peça de madeira sem o toque do torno mecânico, nenhuma superfície sem algum tecido ou objeto repousando em cima. [...] os objetos eram mais do que meramente utilitários ou símbolos de *status* e sucesso. Tinham valor em si mesmos como expressões de personalidade, como sendo o programa e a realidade da vida burguesa, e mesmo como *transformadores* do homem. No lar tudo isso era exposto e concentrado. Daí a sua grande acumulação (HOBBSBAUM, 2001, p. 322, grifo do autor).

⁶⁰ Todas as cartas originais encontram-se no acervo particular do Sr. Eduardo Dias Roxo Nobre, neto do coronel Vicente Dias Jr. e atual proprietário da fazenda Tubaca. Também dispomos de fotocópias de todas elas em nosso arquivo pessoal.

No início do ciclo cafeeiro, quando o cafeicultor praticamente se limitava à produção, a fazenda era a sua morada habitual. Entretanto, com o crescimento e a diversificação econômica, a partir do final do século XIX, a residência urbana tornou-se vital para os negócios do fazendeiro, que se transformava em empresário capitalista. Numa sociedade em rápida transformação, na qual novos grupos buscavam ascensão, havia por parte dos cafeicultores uma constante necessidade de demonstrar sinais de distinção social. O domicílio em bairros nobres da capital, por exemplo, representava garantia de boa vizinhança, uma “convivência entre iguais”, como também uma forma de expressão da posição ocupada pelo grupo na sociedade (TRIGO, 2001, p. 44-45).

O enriquecimento proporcionado pelo café refletiu-se no requinte das casas e na afirmação de certa “estilização” do gosto. O modelo ideal do bom gosto arquitetônico inspirava-se nos padrões europeus:

O estilo dominante nas construções das casas do grupo do café era o neoclássico, em grande voga na Europa, pois, com a necessidade de diferenciar-se, o grupo aproximava-se dos padrões europeus, nos quais pautava seu gosto. À medida que se difundia o estilo francês, o nativo e o local ficavam para trás; o estilo neoclássico em suas variações era aceito como o “bom gosto arquitetônico” (TRIGO, 2001, p. 46-47).

O interior das casas passou também a ser mobiliado por objetos importados: “Há, pois, uma europeização do mobiliário [...], pratas inglesas e palhinha austríaca. As paredes, antes brancas e nuas, vão sendo cobertas pelos quadros de natureza-morta e retratos dos ancestrais feitos por pintores de renome.” (TRIGO, 2001, p. 48).

Contudo, ao lado dos costumes refinados estrangeiros do grupo, coexistiam traços marcantes de sua herança rural. Nas cozinhas, por exemplo, que passavam a ser aparelhadas por modernas geladeiras de folhas-de-flandres e fogões a carvão, as práticas nelas desenvolvidas haviam evoluído muito pouco. A alimentação pesada e pouco variada quase nada tinha de requinte: arroz, feijão, carne, batata, galinha e sopas diversas - quiabo, mandioca, fubá (TRIGO, 2001, p. 49).

3.1 A formação da família Rodrigues Dias

O casamento pode ser considerado como uma estratégia particular dentro do sistema de reprodução social da elite cafeeira: “[...] ato social no qual cada agente passa a contribuir para a reprodução do grupo, biológica e socialmente, transmitindo para a geração seguinte o

patrimônio cultural que recebeu” (TRIGO, 2001, p. 67). Integrando o parentesco a interesses econômicos e políticos, o casamento consistia numa aliança que contribuía para aumentar o patrimônio, o prestígio e o poder do grupo. Dessa forma, era natural a tendência de que as uniões se realizassem entre pessoas “iguais”. Usando a indissolubilidade do matrimônio como principal argumento, a Igreja apoiava a escolha pensada do futuro cônjuge, tendo o princípio da igualdade como base de uma escolha acertada. A bula papal *Magnam Profecto Curam*, de 1790, permitiu aos bispos brasileiros concederem dispensas para casamentos entre parentes de todos os graus, exceto o primeiro:

O casamento consanguíneo, prática extremamente difundida entre os paulistas desde os tempos coloniais até fins do século XIX, parece ter sido a principal estratégia ao tempo em que a grande preocupação era a concentração econômica com a não divisão das propriedades. Era, então, altíssima a percentagem de casamentos entre primos e tios com sobrinhas, entre os proprietários rurais (TRIGO, 2001, p. 67-69).

Dos onze filhos do capitão Vicente Alves de Araújo Dias e D. Lucinda (primeira geração da família), seis se casaram com primos em primeiro grau: Maria Cândida, Honório, Alípio, Elisiário, Turíbio e Izaura (NOBRE, 2001, p. 20). Alípio Dias, por exemplo, casou-se pela primeira vez em 14 de fevereiro de 1884, com sua prima em primeiro grau (as mães eram irmãs) Felisbina Cândida de Oliveira. Seu segundo casamento foi com Idália Spínola. Em seu terceiro matrimônio (aos 50 anos de idade) uniu-se a Rita Spínola da Silva (com 18 anos), que era prima de Idália, sua esposa anterior. Dos três casamentos, Alípio teve 18 filhos (NOBRE, 2001, p. 136). Do pedido de dispensa matrimonial⁶¹ de seu último casamento, de 15 de dezembro de 1906, extraímos o seguinte trecho:

Os oradores proclamados, fregueses de S. José do Rio Pardo, Alípio Luiz Dias, viúvo por óbito de Idália Spinola Dias, e Rita Spinola da Silva [...], pedem a V. Exma. Revma. queira por provisão autorizar o seu casamento à noite, dispensando-os no impedimento de afinidade lícita em terceiro grau [...], por ser a contraente prima da falecida Idália, pelo impedimento de consangüinidade em terceiro grau [...]. Causas canônicas: estreiteza do lugar; nímia familiaridade, tendo o contraente dez filhos, alguns menores, havendo conveniência da realização do casamento visto a contraente ter muita amizade dos filhos do contraente [...] (atualização ortográfica nossa).

No pedido de dispensa matrimonial do segundo casamento de Elisiário Dias, de 18 de setembro de 1883, lemos o seguinte:

⁶¹ Os pedidos de dispensa matrimonial da família, aqui citados, encontram-se no arquivo da Cúria Diocesana de São João da Boa Vista (SP). Também possuímos cópias fotográficas desses documentos em nosso arquivo pessoal.

Dizem os oradores Elisiario Luis Dias e Felisbina Cândida de Jesus [...], que se achando justos e contratados para se casarem, não o podem fazer por estarem ligados com o impedimento de consangüinidade em segundo grau igual da linha transversal, do qual suplicam humildemente a S. Exma. e Rvma. a graça da dispensa; e para merecê-la apresentam as seguintes premissas:

Que a mãe do orador é irmã legítima do pai da oradora. Que este casamento é vantajoso aos oradores e principalmente à oradora por ser pobre. *Que os oradores habitam em lugar estreito e não poderão achar pessoa igual com quem se possam unir em matrimônio, a não ser parente em grau mais ou menos próximo.* Que a oradora não foi raptada e vive na casa de seus pais, com toda honestidade e recato (atualização ortográfica e grifo nossos).

Notamos também entre as justificativas de conveniência do casamento, apresentadas no trecho acima, a situação de dependência que a noiva já assumia ante ao futuro marido, bem como o desejado comportamento recatado e passivo da “oradora”, como sinais de sua castidade e pureza. Estes princípios da moral religiosa eram fervorosamente professados pelo grupo dos cafeicultores.

No pedido de dispensa matrimonial de Izaura Dias, para se casar com seu primo em primeiro grau, Antonio Martins de Oliveira Jr., de 10 de janeiro de 1887, o próprio endogamismo serviu de justificativa para um novo casamento endogâmico:

Dizem os oradores Antonio Martins de Oliveira Júnior e Izaura Luiz Dias [...], que estando justos e contratados para receberem-se em matrimônio, não o podem fazer por obstar-lhes o impedimento de consangüinidade lícito em segundo grau da linha transversal igual, por serem irmãs as mães dos oradores, pelo que recorrem a V. Exma. Revma. para dispensá-los desse impedimento, apresentando as razões seguintes: 1^a. que o lugar é pequeno e falta de moças; 2^a. que há grandes relações amistosas entre as famílias, pois *o orador tem três irmãos casados com irmãs da oradora*; finalmente, que este casamento já há anos está falado e que agora pretendem realizá-lo, confiados na caridade de V. Exma. Revma. esperam deferimento (atualização ortográfica e grifo nossos).

No mesmo documento, o vigário da paróquia local, Joaquim Thomaz Ancassuerd, atestou:

Certifico que fiz as três proclamações, na estação da missa conventual de três dias festivos, segundo o Concilio de Trento, e não apareceu impedimento senão o acima mencionado [...].

Certifico mais que há conveniência no casamento, visto ser o lugar pequeno e falta de moças, e que há grande relação de amizade entre as famílias, visto *já existir três casamentos de irmãos de ambos na mesma família*, e que *o casamento já está tratado há muito tempo*; finalmente, que sendo os pais de ambos os contraentes ricos, podem dar uma boa educação à família se a tiverem (atualização ortográfica e grifo nossos).

Discutindo a questão do puritanismo sexual burguês, da Europa de meados do século XIX, como também os seus padrões morais de abstinência e contenção, Hobsbawm

demonstrou o reflexo deles na vida econômica. Correlacionando família, casamento e negócios, conforme o autor:

A “família” não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada a outras unidades similares por meio de um sistema de trocas de mulheres-mais-propriedade (o dote do casamento) em que as mulheres deveriam ser, pela estrita convenção derivada de uma tradição pré-burguesa, *virgines intactae* (HOBSBAWM, 2001, p. 329).

Essa unidade familiar deveria ser mantida a qualquer custo, e nada a enfraquecia mais do que a paixão física descontrolada, que podia introduzir noivas e herdeiros “inadequados”, ou seja, economicamente indesejáveis. Podia também separar maridos de mulheres e desperdiçar recursos comuns (HOBSBAWM, 2001, p. 329).

Na história dos negócios do século XIX eram muito comuns as alianças familiares. Isso demandava um grande número de filhos e filhas. As famílias com certo grau de educação, propriedade e ligações sociais, entre outras, tinham grande vantagem nos negócios. No mínimo, tinham maior capacidade de estabelecer relações de casamento com outras famílias do mesmo nível social, da mesma linha de negócios ou com recursos que podiam ser combinados entre si: “As vantagens econômicas de uma família grande ou de um grupo fechado de famílias eram certamente substanciais. Dentro dos negócios garantia capital, talvez contatos proveitosos e, sobretudo, gerentes de confiança (HOBSBAWM, 2001, p. 335-336).

No Brasil, por volta do final do século XIX, o padrão de casamento começou a mudar: a exogamia, aliança entre famílias da mesma classe social, começou a ser praticada com maior frequência. Dessa forma, intensificaram-se as uniões entre diferentes famílias da elite cafeeira, como também famílias desse grupo com famílias de outros segmentos ascendentes da burguesia. Essa rede de parentesco transformou-se numa das bases do poderio político do grupo que perdurou por toda a República Velha (TRIGO, 2001, p. 70).

Talvez, como expressão dessas transformações, o coronel Vicente Dias Jr. (Vicentinho), nascido em 11/12/1870, em Cabo Verde (MG), casou-se em 29 de abril de 1896, em São José do Rio Pardo, com Alice de Almeida Rodrigues, nascida no dia 25/10/1878, em Curitiba (PR). Alice era filha do Dr. Antonio Candido Rodrigues e Zulmira Etelvina Nogueira de Almeida (NOBRE, 2001, p. 264). Em seu pedido de dispensa matrimonial, de 7 de março de 1896, lemos o seguinte:

Vicente Dias Júnior [...] e D. Alice Nogueira de Almeida Rodrigues [...], querendo receberem-se em matrimônio, não havendo impedimento de espécie alguma entre eles, requerem a V. Exa. se digne dispensá-los das proclamas e de outras quaisquer diligências, facultando-lhes o casamento em oratório particular (atualização ortográfica nossa).

Diferente dos casamentos de seus irmãos, a união de Vicente com Alice foi exogâmica. Acreditamos que esse fato teve grande influência sobre a organização interna da família. Não podemos afirmar se esse casamento foi “arranjado” ou não. Porém, com certeza, foi bastante conveniente para as duas partes. De um lado, Vicente era um moço oriundo de uma família de ricos cafeicultores. Do outro, o pai de Alice, o Dr. Antonio Candido Rodrigues, embora fosse engenheiro e, portando, de classe média urbana e de recursos financeiros limitados, já havia iniciado, na década de 1880, a sua bem-sucedida carreira política. Com o apoio político e, sobretudo, financeiro do genro, Candido Rodrigues, ao longo de quatro décadas, ocupou cargos de grande importância no Legislativo e Executivo paulista e federal. Dessa forma, representado por Candido Rodrigues junto às instâncias políticas superiores, o grupo passou a gozar do prestígio e poder de uma verdadeira oligarquia.

Segundo a tradição familiar, Alice conheceu Vicente em São José do Rio Pardo, quando viajava com o pai, que prestava serviços de engenheiro à Companhia Ramal Férreo do Rio Pardo⁶². Embora não saibamos exatamente quando Alice conheceu Vicente, um documento prova a estada de seu pai em São José do Rio Pardo, prestando serviços à referida companhia. Em 24 de dezembro de 1887 (época em que Alice tinha apenas 9 anos), numa prestação de contas à câmara municipal, ao deixar o posto de encarregado dos estudos e organização do plano de canalização de água potável para o município, Candido Rodrigues assim escreveu:

Encarregado por V. Sas. de proceder aos estudos, organização do plano e orçamento para as obras de canalização de água potável para esta vila, não me foi possível até agora desempenhar-me dessa honrosa incumbência, obstado como sempre estive, pelos serviços a meu cargo como engenheiro da Companhia Ramal Férreo do Rio Pardo.

Agora que, tendo-me demitido da Cia., poderia dedicar-me a tal serviço, chama-me à Capital o dever de representante da Província⁶³ (atualização ortográfica nossa).

Entretanto, Candido Rodrigues chegou a terminar o seu trabalho. Encontramos o relatório, orçamento e plano de abastecimento de água, para a então Vila de São José do Rio

⁶² A Cia. Ramal Férreo do Rio Pardo (MISSURA, 2003, p. 60-75) ligou São José do Rio Pardo às linhas da Mogiana, que chegavam somente até Casa Branca (1884-1888).

⁶³ Documento encontrado na Hemeroteca Municipal Rio-Pardense, na caixa referente ao ano de 1887. Também possuímos fotocópia deste documento.

Pardo, que foi entregue à câmara municipal no dia 31 de maio de 1888⁶⁴. Supomos que Alice deva ter conhecido Vicente em visita posterior de seu pai a São José do Rio Pardo. Ou ainda, quando de sua residência na cidade. Encontramos no “Projecto de Constituição do Município de S. José do Rio Pardo”⁶⁵, de 21 de dezembro de 1892, Candido Rodrigues como um dos intendentes municipais.⁶⁶

Conforme Nobre (2001, p. 264-275), da união entre Vicente e Alice nasceram seis filhos: Mário (1897), Moacyr (1898), Oswaldo (1901), João Baptista (1903), Maria de Lourdes (1910) e Alice (1914)⁶⁷. Os rapazes nasceram em São José do Rio Pardo, já as meninas em São Paulo. A documentação indica que a família viveu na Tubaca até por volta de 1910. Provavelmente, ao chegar a idade escolar dos filhos, Alice e eles se fixaram definitivamente na capital, o que não impedia estadas freqüentes na fazenda. Portanto, resumidamente, assim se formou a família conjugal do coronel Vicente Dias Jr. Dela, a seguir, tentaremos descrever como era a sua organização interna.

3.2 O Coronel Vicente Dias Jr.

Seguramente podemos afirmar que o coronel Vicente Dias Júnior (Vicentinho), dentre os irmãos, foi o mais bem sucedido nos negócios. Embora não tenhamos muitas informações sobre os empreendimentos dos demais irmãos, a dedicação destes parece ter se concentrado na produção e comércio do café.

Vicentinho parecia possuir maior dinamismo empresarial e certo tino para a liderança. Os documentos nos mostram um típico homem de negócios, que não permanecia por muito tempo num mesmo lugar. Vicentinho, ao que parece, dividia sua permanência, sobretudo, por três localidades: a fazenda Tubaca (em São José do Rio Pardo), São Paulo e Santos. Chefe político local e empreendedor que dividia seus interesses entre o campo e a cidade, o coronel Vicente foi um dos fundadores e conselheiro do Clube dos Lavradores rio-pardense (CLUB..., 1899a, p. 2), defensor da suposta “vocaçao agrária” do Brasil. Simultaneamente, como vimos, ele estava inserido no efervescente processo de modernização

⁶⁴ Documento encontrado na Hemeroteca Municipal Rio-Pardense, na caixa referente ao ano de 1888. Também possuímos fotocópia deste documento.

⁶⁵ Documento encontrado na Hemeroteca Municipal Rio-Pardense, caixa no. 15. Também possuímos cópia xerografada deste documento.

⁶⁶ O intendente exercia o poder executivo municipal. Ele era eleito anualmente dentre os vereadores locais. A primeira Constituição rio-pardense, em seu artigo 52, previa a possibilidade da existência de mais de um intendente, conforme fosse necessário.

⁶⁷ Veja no anexo G, foto de Vicente, Alice e os filhos no pomar da Tubaca, em 1911.

econômica e tecnológica do país, atuando, entre outros, num dos setores mais avançados da época, que era a eletricidade.

Empresário arguto, Vicentinho compreendia bem a importância de estar atualizado com o que acontecia no mundo. Conhecer as nações desenvolvidas era um pressuposto para melhor avaliar o mercado internacional e o seu potencial de absorção dos produtos brasileiros. Na edição de 24 de julho de 1904, por exemplo, o periódico rio-pardense noticiou a viagem de Vicentinho aos Estados Unidos, acompanhado por seu cunhado Horácio: “Seguiu para os Estados Unidos da América, a fim de visitar a Exposição de S. Luiz, o nosso digno chefe tenente-coronel Vicente Dias Júnior, presidente do diretório republicano deste município, a quem almejamos feliz viagem, a par de profusos divertimentos” (EM VIAGEM, 1904, p. 2, atualização ortográfica nossa).

Vicentinho e alguns de seus irmãos participaram como expositores da Feira Mundial de 1904, que ficou conhecida como “Louisiana Purchase Exhibition”. Saint Louis planejou para 1903 uma exposição gigantesca, comemorativa ao centenário da cessão da Louisiana (mediante compra) por Napoleão Bonaparte, à jovem República dos Estados Unidos da América do Norte. Devido a problemas de ordem material, a exposição foi adiada para 1904, sendo realizada conjuntamente com os Jogos Olímpicos do mesmo ano (GEOGRAFIA OLÍMPICA, 2008).

Do Rio de Janeiro, em 1 de agosto de 1904, dias antes de embarcar, Vicente escreveu a seu cunhado Mário, a quem deixou encarregado dos negócios durante a sua ausência. Nesta carta, ressaltou-se a divisão entre o empresário e o chefe de família:

Hoje fui a bordo do Byron com Horácio ver o nosso camarote, achei-o bom e bem arejado, conquanto o Byron não seja de 1ª. classe e leve cargas, mas isto é melhor porque não pagará [custará] muito o vapor.
Se não fosse a necessidade dessa viagem e o muito que ganharei, com certeza desistiria, pois os cuidados de Alice e meus filhinhos⁶⁸, de dia para dia aumentam e não passa momento em que não me lembre das crianças e suas travessuras (atualização ortográfica nossa).

Em artigo de 24 de julho de 1904 do periódico local, reproduzido a partir do Correio Paulistano, salientou-se a importância do evento para se desfazer a antiga concepção, difundida entre as nações desenvolvidas, do Brasil como um país “semibárbaro”. Na oportunidade, assim referiu-se à participação brasileira na Feira:

⁶⁸ Nessa época, seus filhos tinham as seguintes idades: Mário 7 anos, Moacyr 6, Oswaldo 3 e João Baptista 1. As meninas ainda não eram nascidas.

Positivamente se vão confirmando as gratas notícias do sucesso completo obtido na Exposição de S. Luiz pelos produtos brasileiros. Desde a beleza arquitetônica do pavilhão que os guarda, destacando-se dentre os mais aprimorados pelo estilo correto e elegante da construção e meios de acondicionamento, até a múltipla e admirável variedade dos objetos expostos, tudo se tem apresentado de molde a tornar conhecidas e acatadas a nossa riqueza material e iniciativa progressista, nas suas diferentes modalidades.

[...]

[...] não nos podia, portanto, passar despercebido aquele sucesso dos produtos nacionais, na Exposição Americana, tanto mais que entre eles ocupam lugar de saliente importância as exibições paulistas, [...]. Nem é demais lembrar que isso honra o Brasil e S. Paulo, assim acolhidos por nobilitante sagração internacional (ACTUALIDADES, 1904, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Na edição de 30 de outubro de 1904, “O Rio Pardo” voltou a tratar do evento, divulgando as premiações obtidas pelos irmãos Dias:

Entre os expositores que neste certame obtiveram prêmios figuram os nossos amigos, lavradores aqui residentes, Srs. Honório Luiz Dias e Vicente Dias Júnior, cujos produtos expostos foram premiados com medalhas de bronze.

Alípio Luiz Dias, premiado com medalha de prata.

Também a firma Dias, Irmão & Comp.,⁶⁹ de Santos, que é constituída pela mesma família Dias desta cidade, obteve o grande prêmio, figurando, portanto, entre os melhores expositores (EXPOSIÇÃO..., 1904, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Em 15 de janeiro de 1905, o periódico rio-pardense noticiou o retorno do coronel Vicente de sua viagem ao exterior. Ficou evidente nesta matéria o grande prestígio que Vicentinho gozava na cidade:

Regressou ontem de sua excursão pelo estrangeiro o estimado cidadão tenente coronel Vicente Dias Júnior, presidente do diretório republicano e membro da importante família Dias.

Aguardaram sua chegada em Casa Branca⁷⁰ alguns de seus dedicados amigos, que desta cidade foram em trem especial acompanhados pela corporação musical *Riopardense*. Ali foi servida ao ilustre conterrâneo uma taça de champanha, sendo o mesmo brindado pelo Dr. Jovino de Sylos em nome dos seus admiradores.

Às 2 horas, ao chegar o [trem] especial na estação desta cidade, tocou a corporação *Giuseppe Garibaldi*, vendo-se a *gare*, que se achava belamente adornada de folhagens e bandeiras, repleta de povo que saudou o tenente coronel Vicente Dias Júnior.

Dentre a enorme multidão de pessoas que foram cumprimentar o ilustre viajante, devemos destacar os seus venerandos pais: capitão Vicente Dias e D. Lucinda Dias, que, nos abraços longos e ternos, manifestaram a efusão de suas almas ao rever o seu filho.

[...]

Em Engenheiro Gomide⁷¹, até onde a comissão acompanhou o nosso ilustre conterrâneo, foi oferecido pelo mesmo uma taça de champanha aos manifestantes (REGRESSO, 1905, p. 2, grifos do autor, atualização ortográfica nossa).

⁶⁹ A firma comissária Dias, Irmão e Comp. tinha como sócios Vicente, Honório e seu genro Pedro de Siqueira.

⁷⁰ Cidade cerca de 35 km de São José do Rio Pardo.

⁷¹ Estação da Mogiana localizada na fazenda Pinheiro, próxima à Tubaca, pertencente a Oliveiros F. Pinheiro (cunhado de Vicente).

Noutra viagem, fazendo um cruzeiro pela Europa, no dia 7 de agosto de 1928, de Hamburgo (Alemanha) Vicente escreveu ao filho Oswaldo: “Vamos passando bem de saúde. Lourdes e J. Baptista bem dispostos e com prazer, fazendo o nosso cruzeiro e com muito pesar, sinto a tua falta. Seguimos hoje às 9 horas para a Rússia e Escandinávia”(atualização ortográfica nossa).⁷²

Num cartão postal recebido por Oswaldo de seu pai, enviado em 27 de agosto de 1928, de Copenhague (Dinamarca), lemos: “Recebi ontem, aqui em Copenhague a tua carta, que muito agradeço as boas notícias. Estamos a finalizar o nosso esplêndido cruzeiro por estes países muito interessantes e vida muito diversos dos nossos” (atualização ortográfica nossa).

Embora fosse um empresário dinâmico e inovador, como político o coronel Vicente parecia bastante tradicional, partilhando de antigas práticas como o personalismo, o clientelismo, o empreguismo, entre outros. Vicentinho exerceu o poder local de maneira informal, ocupando por longa data a função de chefe do diretório republicano rio-pardense. Muito provavelmente, as constantes viagens de negócios o impossibilitavam de ocupar um cargo político oficial. O controle direto sobre a administração municipal foi exercido por seus irmãos, cunhado e sobrinho, dentre eles destacou-se seu irmão Alípio, que ocupou o cargo de vereador e presidente da câmara municipal por diversos mandatos.

A vida política dos Dias no município iniciou-se já na instalação da Vila de São José do Rio Pardo, no dia 8 de maio de 1886. Entre os sete vereadores eleitos à primeira câmara municipal, estava o capitão Vicente Alves de Araújo Dias, patriarca iniciador dos Dias na cidade (TREVISAN, 1980, p. 29-30). Contudo, foi na segunda geração que a família expandiu-se e ampliou o seu corporativismo político, transformando-se numa típica oligarquia. Foi a partir do casamento de Vicente com Alice que o grupo ganharia poder e status de oligarquia estadual. O pai de Alice, o Dr. Antonio Candido Rodrigues, era engenheiro formado pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1883, abandonou a farda e, no ano seguinte, iniciou sua carreira política no Partido Liberal, sendo eleito deputado provincial em São Paulo (1884-1889). A Proclamação da República o encontrou como Deputado Geral. Em 1891, participou do Congresso Constituinte de São Paulo. Por alguns anos manteve-se afastado dos grandes centros decisórios, vindo a residir na sua fazenda em São José do Rio Pardo, onde participou ativamente da política local, como intendente e chefe do Diretório Republicano municipal. Em 1897, retornou à capital paulista, quando foi eleito senador. Contudo, resignou ao mandato em 1900, por ter sido nomeado secretário da Agricultura de

⁷² Alice não participou da viagem provavelmente pela então recente morte de sua mãe, D. Zulmira.

Rodrigues Alves (1900-1902). Em 1903 foi eleito deputado federal à 5^a. legislatura. Eleito senador paulista, em 1907, resignou novamente ao mandato, pois fora mais uma vez nomeado secretário da Agricultura de São Paulo, no governo de Albuquerque Lins (1908-1909). Em seguida, ocupou o posto de ministro da Agricultura de Nilo Peçanha (junho/novembro de 1909). Em 1910, retornou ao Senado de São Paulo. Para o quadriênio 1916-1920, foi eleito vice-presidente do estado de São Paulo, na chapa de Altino Arantes. Nesse mesmo período, Mário, seu filho, foi prefeito de São José do Rio Pardo. Em 1921 voltou novamente ao Senado paulista e, em 1926, abandonou sua longa trajetória política no PRP (1889-1926), engajando-se no recém-criado Partido Democrático, onde encerrou sua vida política (GOMES, 1950, p. 185-195; ABRANCHES, 1918, p. 179-180)⁷³. Na Câmara dos Deputados, Candido Rodrigues foi um dos pioneiros na elaboração de projetos de lei que defendiam a valorização do café pelo governo federal (TAUNAY, 1939, v. 9, p. 483-484). Seu destaque na defesa dessa causa ficou evidente com sua presença, como delegado do governo de São Paulo, na reunião de assinatura do Convênio de Taubaté, em 25 de fevereiro de 1906 (TAUNAY, 1941, v. 10, p. 90). À frente da Secretaria da Agricultura, empenhou-se em promover a imigração estrangeira e a fundação de núcleos coloniais, para abastecer de mão de obra a grande lavoura (HOLLOWAY, 1984, p. 198). Seu esforço nesse sentido lhe rendeu uma importante homenagem, tendo sido batizado, com o seu nome, um pequeno município da região central do estado de São Paulo. A cidade de Cândido Rodrigues localiza-se entre os municípios de Taquaritinga e Fernando Prestes.

Embora não fosse sua única base eleitoral, São José do Rio Pardo destacava-se entre os demais municípios paulistas pelo seu grande número de eleitores. Em 1902, por exemplo, o município era o 17^o. do estado em maior número de eleitores estaduais, com um total de 1.067. Com 1.442 eleitores federais, São José do Rio Pardo possuía o 9^o. maior eleitorado federal de São Paulo (REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO, 1905, p. 34, 41).

Como dissemos anteriormente, acreditamos que o poder da oligarquia Dias expandiu-se, sobretudo, assentado nas inter-relações entre o genro, coronel Vicente Dias Jr., que por meio de sua influência e poder econômico, fornecia apoio político e financeiro a seu sogro, Candido Rodrigues. Este, por sua vez, representava os interesses do grupo e de seus aliados em nível estadual e federal. As cartas trocadas entre o coronel Vicente e Candido Rodrigues foram documentos fundamentais para entendermos como funcionava internamente

⁷³ Também consultamos diversos outros documentos, sobretudo artigos de jornais.

a oligarquia. Nos trechos a seguir fica evidente o estreito relacionamento do grupo com as altas esferas do poder. Em carta do dia 6 de março de 1906, por exemplo, Francisco Glicério escreveu a Vicentinho:

Respondendo à sua estimada carta datada de 25 do passado, apresso-me em comunicar-lhe que foi pedida a nomeação do Sr. Antonio Jm. [Joaquim] Teixeira para fiscal da construção do Grupo Escolar⁷⁴, conforme o seu pedido.

Peço noticia do alistamento eleitoral na última revisão (atualização ortográfica nossa).

Noutra carta, de 8 de maio de 1900, o então presidente da República, Campos Salles, escreveu a Candido Rodrigues:

Recebi com prazer a carta em que teve a bondade de comunicar-me que assumiu a direção da Secretaria da Agricultura desse Estado, onde a sua especial competência poderá prestar eficaz auxílio ao esperançoso governo do nosso amigo Rodrigues Alves.

Sou profundamente grato aos seus oferecimentos e, por minha vez, asseguro-lhe que encontrará em mim e no meu governo a maior boa vontade para o seu serviço (atualização ortográfica nossa).

Em 6 de agosto de 1916, época em que Candido Rodrigues era vice-presidente de São Paulo, no governo de Altino Arantes, para ele escreveu Fernando Prestes. O senador paulista deu notícias a Candido Rodrigues sobre os desdobramentos das eleições ocorridas na cidade de Apiaí, seu provável reduto eleitoral. Nota-se nessa carta também as costumeiras fraudes eleitorais da época:

Graças às providências tomadas pelo governo as eleições correram em ordem, sem o menor incidente desagradável. [...] Não fosse a exclusão de muitos cidadãos dignos do alistamento eleitoral, e a inclusão de grande número de menores, até de 11 anos, o resultado seria outro. Procuramos proceder com toda a imparcialidade, mas, o que fazer diante do meu alistamento que, apesar de fraudulento passou em julgado, sem protesto, e é legal?! (atualização ortográfica nossa).

Chamou nossa atenção os inúmeros pedidos de empréstimos de dinheiro, muitos deles concedidos por Vicentinho a irmãos, cunhados, sogro, além de compadres e amigos. Em carta de 11 de janeiro de 1901, por exemplo, seu cunhado Mário lhe pediu um empréstimo de 3 contos de réis:

⁷⁴ Atual E.E. Dr. Cândido Rodrigues, em São José do Rio Pardo.

Desculpe, e muito mesmo me incomoda, estar te escrevendo quase sempre e falando em dinheiro para cá, dinheiro para lá.

Mas que fazer? Nem você pode dar-me toda a quantia de pronto, ficando assim à minha disposição, nem eu também posso dispensar o auxílio por você prometido, porque é quase ou o único com quem posso contar (atualização ortográfica nossa).

Além dos empréstimos, também eram comuns os pedidos de endosso a letras de câmbio ou empréstimos de terceiros. Por exemplo, pedindo a intercessão de Vicente para a renovação de um empréstimo e que ele fosse seu endossante, o cunhado Horácio (irmão de Alice), em 1 de janeiro de 1908, escreveu:

Quero que te encarregues de uma comissão para com o Oliveiros⁷⁵[...].

[...]

Peço-te, pois, para conseguires aí a reforma da letra por mais um ano, aos mesmos juros [10% ao ano], pagando eu 1:000\$000 agora, o correspondente aos juros já vencidos dos 10 contos.

Se não te for maçada, peço-te que desta vez sejas tu o endossante da letra, sim? (atualização ortográfica nossa).

Na carta de 16 de agosto de 1898, como em muitas outras, ficou evidente o apoio financeiro de Vicente ao seu sogro, Candido Rodrigues:

Meu Vicentinho

[...]

Saquei este mês 1:500\$000 e necessito agora sacar 2:000\$!! Peço-te que com urgência me digas se posso fazê-lo [...].

Começam desde já os meus martírios pelos pagamentos a realizar e eu perco toda a calma de que necessito para regular a minha vida, que absolutamente não pode continuar assim.

A mesma situação ficou patente também na carta de 31 de maio de 1899:

⁷⁵ Oliveiros Fernandes Pinheiro era também cunhado de Vicentinho, casado com sua irmã Virginia.

Meu Vicentinho

[...]

Vamos a meus negócios que, não obstante todas as minhas economias possíveis não correm favoráveis, e eu faço empenho de que os conheças todos. O meu subsídio de senador do mês de abril foi todo empregado em pagamentos de contas que eu aqui devia e nas despesas de Horácio⁷⁶; o deste mês vai ser distribuído do seguinte modo: [...].

Vês que minha situação é grave e preciso dar-lhe um remédio, ainda que seja provisório.

[...]

Sei de teus compromissos principalmente este ano e, portanto, também sei que dificilmente me poderás auxiliar mais do que tens feito. [...] tudo isso faz com que eu viva [ilegível] e sem a tranqüilidade de espírito indispensável para estudar importantes questões de ordem pública e interesse do Estado (atualização ortográfica nossa).

Nessa mesma carta, também observamos o papel de Candido Rodrigues como representante da oligarquia junto às esferas superiores do poder:

Vou hoje pedir sementes de alfafa e aveia para você, Alípio e Honório Dias.⁷⁷

O presidente do Estado mostra-se interessado em ver amostra do arroz do Alípio, sobre quem eu conversei com ele. Faça com que ele [Alípio] mande-me um pouco para eu mostrar a ele [presidente do Estado] e ao secretário da Agricultura (atualização ortográfica nossa).

As vantagens para os negócios do grupo, sobretudo para os do coronel Vicente, de ser representado junto às instâncias superiores do poder, ficaram também evidentes na carta de Candido Rodrigues, de 15 de junho de 1901:

Meu Vicentinho

[...]

O Mário⁷⁸ vai a mandado meu para conferenciar contigo e concordarem sobre a proposta que devem apresentar para a construção do ramal de Guaxupé⁷⁹ [...]. [...] pelo conhecimento que tens dos serviços, verás que, mesmo apresentando como deve ser, uma tabela mais baixa, ainda assim podem ganhar dinheiro bastante.

[...]

Depois então combinarão na proposta que devem apresentar e, sobretudo, nas vantagens que possam oferecer, não impedindo nem embarçando a passagem da estrada, abrindo mão do direito de indenização, caso seja aceita a proposta. Para isso, será conveniente que você se entenda previamente com teus irmãos e cunhado para manterem os compromissos que você tomar com a Companhia Mogiana [...]. É também conveniente que calcules mais ou menos (sempre sem exagero) a indenização que deverão todos os teus pedir pela passagem da estrada, a fim de declararem na proposta que desistem dessa indenização. Enfim, vocês combinem tudo com calma e você dará procuração ao Mário para assinar por ti a proposta e o conseqüente contrato para a construção da estrada (atualização ortográfica nossa).

⁷⁶ Horácio era um dos filhos de Candido Rodrigues.

⁷⁷ Alípio e Honório eram irmãos do coronel Vicente.

⁷⁸ Mário era engenheiro e filho mais velho de Candido Rodrigues.

⁷⁹ Cidade do sul de Minas, a 40 km. de São José do Rio Pardo.

Analisando a relação histórica entre parentesco e organização política, e entendendo a oligarquia como um sistema faccional de poder, segundo Lewin (1993, p. 7):

[...] a política tinha aí que ser analisada para além dos limites definidos pelas instituições formais de poder, particularmente porque as facções operavam a portas fechadas. Elas reservavam para encontros e comunicações pessoais as tomadas de decisões, as estratégias eleitorais e as divisões impactantes no interior de suas próprias fileiras.

Essas combinações e arranjos informais salientados por Lewin, por meio dos quais a oligarquia procurava alcançar os seus objetivos dentro do sistema formal de poder, ficaram expressos na carta a seguir, escrita por Candido Rodrigues, em 1 de outubro de 1913. Por ela percebemos que havia uma dissidência em São José do Rio Pardo, entre os grupos a favor e contra o então presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914). Este fora eleito em 1910, por ocasião do primeiro grande abalo na aliança entre paulistas e mineiros. Notamos também que as divergências políticas eram resolvidas por meio de conciliação e não através das verdadeiras guerras que se travavam entre os grupos rivais, como, por exemplo, no nordeste e centro-oeste do País:

Meu Vicentinho

[...]

Recebi hoje as duas cartas juntas que me satisfizeram bastante, porque antevejo nossa vitória no pleito municipal próximo.

Como minha presença absolutamente nada adiantará para a escolha dos candidatos a juizes de paz e vereadores, porquanto não conheço o eleitorado; peço-te que promovas juntamente com o Damaso e Pacheco, membros do antigo diretório [...] e outros, uma reunião com o Jovino e outros do diretório hermista para acordarem na chapa que devemos sufragar e que submeteremos à aprovação prévia do eleitorado, que só então convocaremos.

[...]

Não há tempo a perder, mãos a obra meu filho (atualização ortográfica nossa).

Conforme Faoro (1997, p. 631), o coronelismo se manifestava num “compromisso”, numa troca de proveitos entre o chefe político local e o governo estadual. As despesas eleitorais e o fornecimento de votos, em regra, cabiam ao coronel. Em troca, os empregos públicos municipais ou estaduais, sediados no município, obedeciam às suas indicações. O clientelismo político e o empreguismo ficaram salientes, por exemplo, nas três cartas que se seguem. Percebemos através delas também as extensas conexões políticas do grupo. Na primeira, de Piracicaba, em 14 de outubro de 1916, um apadrinhado, chamado Mário Vanfertes, escreveu:

Prezado amigo e padrinho Dr. Candido Rodrigues

[...]

[...] os meus agradecimentos pela colocação, de engenheiro ajudante da 1ª. Residência, que me foi dada por pedido exclusivo do meu bom amigo.

[...]

O acaso faz o parentesco, mas o amigo só faz o coração; é, pois, de coração que hoje [...] apresento os meus imorredouros agradecimentos.

De quem beija-lhe as mãos com afeto e gratidão (atualização ortográfica nossa).

Na segunda, em 16 de abril de 1920, Candido Rodrigues escreveu a Vicentinho:

Fui ontem ao Correio a propósito da criação de uma agência de correio em Cascata⁸⁰[...] e aproveitei a oportunidade para também tratar da nomeação do tesoureiro de nossa agência de S. José. Felizmente lá encontrei já a indicação do nosso amigo Arthur Navarro para o referido cargo, mas essa indicação só será enviada à Diretoria Geral dos Correios pelo administrador daqui, de S. Paulo, depois que o Navarro lhe requerer a indicação de seu nome para o dito cargo [...]. Será bom que escrevas para Ribeirão Preto a fim de abreviar o andamento do caso (atualização ortográfica nossa).

Na terceira, em 14 de junho de 1923, um ex- adversário político rio-pardense, chamado Leão Ribeiro de Oliveira, agradeceu a intercessão de Vicentinho em favor de sua nomeação a um cargo importante:

Eu e minha mulher estamos muito agradecidos a vosmecê pela obtenção da minha nomeação, não só porque ela veio em ocasião muito necessária, mas também porque bastava uma só palavra sua encontrada para eu não obtê-la.

A facilidade que encontrei em obter da direção política daqui, a indicação do meu nome para este cargo⁸¹ – que é de confiança política – significa bem claramente que temos chegado a um alto grau de cultura e tolerância, pois, das lutas políticas antigas, não resultaram nem rancores e nem ódios pessoais; e, por este resultado, os parabéns devem ser para vosmecê que soube evitá-los com bastante tino e prudência, em todas as ocasiões.

Acredite vosmecê que este fato particularíssimo da minha nomeação veio, para mim e para minha mulher e filhos, constituir uma obrigação imperecível para com vosmecê, que podia impedi-la e, pelo contrário, auxiliou-a (atualização ortográfica nossa).

Entretanto, é preciso lembrar que essas práticas não eram novas e muito menos específicas da política oligárquica cafeeira. Segundo Hobsbawm, a Europa burguesa, da segunda metade do século XIX, já era cheia de “sistemas informais de proteção mútua”. O recurso clássico do burguês em dificuldades era exercer ou pedir influência pessoal: “[...] ter uma palavra com o prefeito, o deputado, o ministro, o velho companheiro de escola ou

⁸⁰ Localidade próxima a Poços de Caldas (MG), onde Honório Dias havia adquirido muitas terras.

⁸¹ Num outro documento consultado, encontramos Leão Ribeiro de Oliveira como tesoureiro da Intendência municipal, talvez seja este o cargo referido na carta.

universidade, o parente ou o ‘contato’ nos negócios” (HOBSBAWM, 2001, p. 339). Aliás, conforme ainda esse autor, uma das principais características da classe burguesa, era que consistia num grupo de pessoas com poder e influência, independente de sua origem de nascimento ou status: “Para pertencer a ela, um homem tinha que ser ‘alguém’; uma pessoa que contasse como *individuo*, por causa da sua riqueza, capacidade de comandar outros homens, ou de influenciá-los” (HOBSBAWM, 2001, p. 339, grifo do autor).

3.3 A relação entre pai e filhos

Como pai, o coronel Vicente se mostrava bastante afetuoso e preocupado com o bem-estar de seus filhos. Na fase, entre os anos de 1921 e 1924, especificamente, as preocupações de Vicentinho pareciam se concentrar no preparo dos filhos (homens) para o ingresso no mundo dos negócios. Da Tubaca, em carta de 7 de julho de 1921, Vicentinho estimulava a independência e a iniciativa individual de Oswaldo: “[...] aprecio muito o teu modo de pensar, e o prazer e vontade de ganhar com os teus esforços a tua independência; e como pai e muito amigo, farei por ti o que puder” (atualização ortográfica nossa).

Em 19 de março de 1924, de Águas da Prata (SP), estância hidromineral onde fora descansar por uns dias, devido a seu estado de saúde, Vicentinho escreveu a Oswaldo:

[...] não tenho passado bem e estou bastante magro, pesando apenas 51 quilos, felizmente já me sinto mais forte e bem disposto. [...] acabo de receber a tua carta de 25/2 de Valmont,⁸² que deu-me muito prazer pela tua boa notícia e de estares aproveitando bastante o passeio e a estadia em Valmont, e faço votos a Deus para que obtenha bons resultados e volte para nosso Brasil, forte, bem disposto e com os conhecimentos adquiridos, preparado para entrares na luta pela vida; e satisfazer o grande desejo que tenho em ver-te feliz (atualização ortográfica nossa).

No final do mês seguinte, em 29 de abril de 1924, de São Paulo, Vicentinho escreveu novamente a Oswaldo, que ainda estava em viagem de passeio pela Europa:

⁸² Muito provavelmente se trata da cidade francesa de Valmont, pois Vicente escreveu em carta posterior sobre o envio de dinheiro a Oswaldo (para suas despesas e passagem de volta), que deveria ser retirado no London Merchant Bank, de Londres.

[...] li numa carta tua ao Mário⁸³, dizendo que desejava demorar-te mais aí, mas eu preciso que sua demora não seja muita, porque as saudades já são muitas e mesmo você precisa o mais breve possível, logo que volte, encaminhar os teus negócios e entrar na luta pela vida e quero, enquanto, que isto seja, enquanto eu possa guiar-te e ajudar no que for preciso, pois faço o máximo empenho em ver os meus filhos bem colocados, relacionados e encaminhados em sua vida.

[...]

Não se esqueças sobre minhas recomendações ao João Baptista⁸⁴, sobre seus estudos, que os faça com muito empenho e que volte bem preparado para iniciar a sua vida (atualização ortográfica nossa).

No mês seguinte, em 17 de maio de 1924, de São Paulo, Vicente escreveu outra vez a Oswaldo, ainda em passeio pela Europa:

É preciso aproveitares a tua estadia, aí, para alguns estudos, não só na tua carreira, com [o] comercial e sobre a organização geral de todos os países, para que possas prestar, com estas observações, os serviços que tanto o nosso país precisa de seus filhos.

Aqui vai se vivendo, com regular saúde, eu como sempre, cheio de serviços e preocupações de negócios e já me sinto chegar, algumas vezes, a cansada e o reflexo da velhice, para isso amenizar, conto com o auxílio e educação que tenho dado a meus filhos e a amizade sincera.

Passemos a outros assuntos.

Quando pretendes vir e antes é preciso conversares com João Baptista, muito seriamente sobre estudos e aproveitamento em estudos adaptáveis ao nosso país aonde ele possa iniciar a sua vida, com felicidade e competência (atualização ortográfica nossa).

O avô, Candido Rodrigues, de Santos, alguns meses antes (27/02/1924), havia escrito a Oswaldo fazendo-lhe praticamente as mesmas recomendações:

[...] muito estimaremos que aproveites bem o teu passeio, estudando e observando tudo. A tua lúcida inteligência é o melhor penhor do bom êxito de tua viagem, da proficuidade dela para a luta áspera em que, estou certo, te empenharás corajosamente pela vida, quando voltares à Pátria (atualização ortográfica nossa).

É compreensível a preocupação de Vicente com a educação dos filhos. O auxílio e compromisso deles era fundamental para os negócios da família, como também para amenizar a sobrecarga de trabalho do pai. Entretanto, na visão de mundo de Vicente, a felicidade parecia estar sempre atrelada ao trabalho e ao êxito nos negócios. De forma inconsciente, talvez, o pai parecia entender que o seu modelo ideal de vida deveria ser o mesmo para os filhos.

⁸³ Mário era o filho mais velho de Vicente.

⁸⁴ João Baptista era o filho mais novo entre os homens.

Por outro lado, também poderíamos interpretar a preocupação de Vicente, com os estudos e preparação dos filhos para o mundo dos negócios, como a preocupação do pai com a linhagem, ou seja, com o preparo dos filhos (geração seguinte) para a futura transmissão do patrimônio familiar. Isto nos revela um marcante traço do tradicionalismo. Shorter, ao descrever algumas características da sociedade tradicional, salientou a preocupação das famílias proprietárias em garantir a linhagem e o forte desejo de transmitir as suas propriedades às gerações seguintes. Numa frase o autor resumiu esta situação: “A família tradicional exigia fidelidade aos antecessores do passado e aos herdeiros do futuro” (SHORTER, 1995, p. 282). Em outro trecho, o autor esclareceu melhor esta questão:

Um último conjunto de laços prendia esta família elementar às gerações passadas e futuras. Uma consciência de tradições e maneiras ancestrais de conduzir os negócios achava-se presente no espírito das pessoas no desenrolar do seu dia-a-dia. Era por saberem que o propósito da vida consistia em preparar as gerações vindouras para agirem como as passadas tinham agido, que tinham regras bem definidas para moldar as relações dentro da família [...] (SHORTER, 1995, p. 9).

A educação dos filhos dos cafeicultores voltava-se para a formação acadêmica e para a vida profissional. Portanto, o diploma de ensino superior era condição necessária para a manutenção do status de que desfrutavam. Desde o Império, o título de bacharel gozava de grande prestígio. Eram os bacharéis (médicos, engenheiros e, sobretudo, advogados) que ocupavam a maioria dos postos mais elevados da burocracia estatal (TRIGO, 2001, p. 61-62). Os três filhos mais velhos de Vicente e Alice se formaram bacharéis, contudo nunca ocuparam cargos públicos. Mário formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Luiz de Queiroz. Moacyr estudou no Massachusetts Institute of Technology (EUA), onde se formou engenheiro eletricitista, o que muito contribuiu para a administração da empresa de energia elétrica da família. Por exemplo, em 25 de janeiro de 1918, de Boston, após dar notícias sobre as complicações causadas pela guerra no desenrolar de seu curso, Moacyr assim escreveu aos pais: “Por aqui tem feito muito frio e há uma grande escassez de carvão. Os senhores não imaginam como o preço de tudo subiu desde o começo da guerra” (atualização ortográfica nossa). Oswaldo se formou advogado pela Faculdade do Largo São Francisco. Os três tiveram participação ativa na administração e expansão dos negócios da família (NOBRE, 2001, p. 264-275).

Entretanto, João Baptista, por certo tempo, destoou dos irmãos e não compartilhou da visão de mundo de seu pai. Partindo para a Europa, onde permaneceu até 1946, ele optou por uma vida distinta da do mundo dos negócios. Segundo Nobre (2001, p. 269), JB foi

correspondente do Brasil na BBC de Londres, durante a Segunda Guerra Mundial. Em carta de 21 de agosto de 1930 (aos 27 anos de idade), João Baptista escreveu a seu pai:

Estou contente de ir conhecer um novo gênero de vida e de saber que isto não lhe aborrece. Já há tempo que tinha esta idéia, porém, de pensar que isto podia entristecê-lo, ou a mamãe, tirava-me o prazer de executá-la e ia adiando. Quando lá eu chegar, lhe escreverei como a um grande e bom amigo que é para mim e lhe contarei minhas aventuras. Em todo caso, não quero que por minha causa tenham preocupações e para isto prometo sempre tudo lhes dizer. Deixo todos meus negócios em ordem, com todos os detalhes por escrito ao Oswaldo, que poderá assim com facilidade tomar sempre qualquer decisão (atualização ortográfica nossa).

Três dias depois, em resposta ao filho, da Tubaca, em 24 de agosto de 1930, Vicente escreveu:

Meu filho J.B.

Com surpresa acabo de receber a tua carta dizendo que a 25 segue para S. Paulo e dia 26 embarcará.

Quando encontrei com você no escritório, nada me disseste de sua partida já. Esperava em casa para estarmos juntos antes de minha partida⁸⁵, infelizmente não apareceu.

Teria muito prazer em trocarmos idéias sobre a tua nova orientação, mas pode ficar certo que sempre terei muita satisfação em poder auxiliar e ser útil no que precise, para a tua felicidade e bem-estar.

Adeus, meu filho. Lembre-se sempre e com muita amizade do teu pai, que muito te quer ver feliz (atualização e correção ortográfica nossas).

As duas últimas cartas nos permitiram observar que João Baptista não se adaptou totalmente ao modelo de vida que seus pais lhe haviam planejado. Naquela fase, o individualismo de João Baptista sobrepôs os interesses familiares, contudo isso não causou um conflito intergeracional. Esse desgarre de JB levou-nos também a entender que a família não era totalmente monolítica. Segundo a tradição familiar, quando retornou ao Brasil, em 1946, João Baptista retomou a administração de sua parte na Tubaca e nos negócios da família. Pelo menos um documento comprova esse fato. No relatório do Balanço Geral da Cia. Paulista de Energia Elétrica, referente ao ano de 1963⁸⁶, encontramos uma menção de pesar pela morte de João Baptista, que denota a sua participação na administração dessa empresa por muito tempo: “Perdemos no ano findo um nosso querido e velho companheiro de

⁸⁵ A carta indica que Vicente se desencontrou do filho, pois partiu para a Tubaca pouco antes da chegada de J.B. em casa, em S. Paulo.

⁸⁶ Documento encontrado no arquivo pessoal de Eduardo Dias Roxo Nobre. Também possuímos cópia dele em nosso arquivo particular.

Diretoria, um de nossos vice-presidentes, o Sr. João Baptista Rodrigues Dias, cujo falecimento enlutou essa Companhia, à qual prestou durante muitos anos a sua colaboração.”

Quanto às filhas, Maria de Lourdes nasceu em 1910 e Alice (Poupeé) em 1914. Portanto, havia, em média, uma década de diferença de idade entre elas e seus irmãos: Mário nasceu em 1897, Moacyr em 1898, Oswaldo em 1901 e João Baptista em 1903. Fazemos esta reiteração, pois observamos nas cartas um relacionamento mais carinhoso entre elas e seu pai. Talvez isso se explique pelo fato de serem meninas e, sobretudo, bem mais novas que seus irmãos. Na família patriarcal, a distância social entre pais e filhos era acentuada: “As crianças da elite dirigiam-se a seus pais como ‘senhor pai’ e ‘senhora mãe’, ou como ‘Vossa Mercê’. Com as cabeças reclinadas e mãos entrelaçadas, elas pediam a bênção a seus pais e eram proibidas do contato físico com o patriarca” (LEVI, 1977, p. 27). Tomando por base essa descrição, podemos afirmar que na relação entre Vicente e suas filhas havia muito pouco de patriarcalismo. As cartas de Lourdes e Alice expressavam com frequência a insatisfação delas quanto à constante ausência do pai, devido a suas viagens de negócios. Reproduzimos alguns trechos, a seguir, com o intuito de passarmos ao leitor uma idéia mais viva da relação entre eles. As duas cartas a seguir, por exemplo, foram escritas por Lourdes quando tinha apenas 11 anos. Na primeira, de São Paulo, em 6 de outubro de 1921, lemos o seguinte:

Papai
[...]
Tenho me adiantado muito em piano e D. Marietta vai me dar uma mazurca de Chopin. Que colosso, hein?
Quando é que o senhor volta?
Pergunto isso, porque no dia 11 ou 12 será a aula em casa, de D. Marietta. E o senhor quer me ouvir tocar? Hoje mesmo vou escrever para J. Baptista e Nhozinho (atualização ortográfica nossa).

Discutindo o dualismo entre funcionalidade e decoração dos objetos que mobiliavam o interior das casas burguesas européias, da segunda metade do século XIX, Hobsbawm (2001, p. 323) explicou que essa dualidade entre solidez e beleza expressava uma grande divisão entre o material e o espiritual, muito típica do mundo burguês. Contudo, o espírito só podia ser expresso através da matéria, ou pelo menos através do dinheiro que pudesse comprá-la. Nada era mais espiritual do que a música, porém a forma característica em que ela entrava no lar burguês era o piano, um aparato excessivamente grande, rebuscado e caro: “Nenhum interior burguês era completo sem ele; todas as filhas diletas da burguesia eram obrigadas a praticar escalas sem fim naquele instrumento.”

Na carta seguinte, de São Paulo, em 8 de fevereiro de 1922, Lourdes escreveu:

Querido papai

Não me posso acostumar aqui em casa sem o senhor.

Não podia ao menos vir passar os três dias de carnaval aqui?

[...]

Veja, pois, se o senhor arranja aí os negócios e vem passar o carnaval aqui comigo, para eu me divertir um pouco, sim?

Muitos beijos da filha que o ama do fundo do coração.

Selecionamos o trecho a seguir, pois ele nos permite desvelar a relação entre os irmãos e, sobretudo, o tipo de educação das meninas. Nesta carta, sem data, Lourdes escreveu ao irmão mais velho, Mário:

Querido Nhozinho

[...]

Não te escrevo muito por falta de tempo, estou muito apertada com meus estudos, pois vou fazer exames logo.

[...]

Ontem fui ao concerto da Guiomar⁸⁷, fiquei com muita inveja do talento dela, queria tocar assim (atualização ortográfica nossa).

Com quase 16 anos de idade, em 29 de julho de 1930, de São Paulo, Alice, a caçula, escreveu ao pai:

Adorado paizinho

Recebi hoje sua carta e fiquei muito contente pelas boas notícias daí.

Eu tenho andado muito ocupada com os estudos e quando chega à noite estou com um sono fantástico.

[...]

Bom, papai venha logo que eu já estou com muitas saudades. Um beijo [...] e o senhor receba todo o coração da sua Poupeé (atualização ortográfica nossa).

Aos 20 anos de idade, o conteúdo das cartas de Lourdes não havia se modificado muito. Extraímos o trecho a seguir de uma carta que Lourdes escreveu a seu pai, em 26 de abril de 1930:

Papai meu querido

Um dia só não deu tempo para eu matar as saudades que sinto de você; precisa vir logo de novo para perto de sua filhinha. Quando é que o senhor vem?

[...]

Papaizinho meu, aqui vão uma porção de porções de beijos para o senhor, da sua filha que muito o quer (atualização ortográfica nossa).

⁸⁷ Acreditamos que se trate de Guiomar Novaes, a mais famosa pianista brasileira.

Talvez as idéias de Trigo (2001) possam ajudar a esclarecer o comportamento observado no trecho acima. Segundo a autora, o amor ao dever, a aceitação de sacrifícios em nome de determinadas causas, a repressão sexual, entre outros, eram princípios tradicionais da moral cristã adotados pelas famílias da elite cafeeira. Esses valores eram transmitidos através da educação, sobretudo às meninas, das quais geralmente se esperava um comportamento recatado, passivo e de espera:

Um tal distanciamento da vida real criava, forçosamente, um “clima de conto de fadas” na vida das mulheres; havia um abismo entre fantasia e realidade. E nisso se assentava a maneira de ser que essas moças deviam ostentar: os valores morais e religiosos que deviam praticar passavam inevitavelmente pela pureza e pela castidade (TRIGO, 2001, p. 55).

Numa sociedade fortemente hierarquizada, com uma rigorosa separação entre classes sociais e entre os sexos, as mulheres eram educadas desde pequenas para desempenharem um papel determinado e preciso na engrenagem social. A educação informal realizada no ambiente familiar tinha continuidade em estabelecimentos de ensino. A finalidade dos colégios, geralmente católicos, era reforçar e aprofundar os princípios ensinados em casa, sem criar pontos de atrito ou rupturas no processo educativo. A educação escolar das meninas consistia em conhecimentos básicos de português e matemática, e um pouco de história e geografia. Era dada ênfase ao ensino de francês, música e desenho:

Assim, a educação do início do século XX em quase nada diferia da que recebiam as moças do século XIX, quando uma moça bem educada era aquela que sabia um pouco de francês e de música, era capaz de dançar nos salões, bordar e fazer crochê em casa. Em suma, persistia o ideal da “moça prendada” (TRIGO, 2001, p. 51-52).

Após saírem do colégio, por volta dos 17 ou 18 anos, a educação dessas moças era aprimorada com cursos de música, piano, desenho e pintura, além da frequência a teatros e óperas. Ensino superior raramente se tornava realidade para elas. As idas a reuniões dançantes e bailes, fazer visitas a famílias congêneres ou recebê-las, entre outras, eram oportunidades de conhecer o futuro cônjuge (TRIGO, 2001, p. 55-58).

3.4 Alice, a mãe

As cartas nos passaram a impressão de Alice⁸⁸ como uma mãe emotiva e extremamente protetora. Mas também de uma mulher de personalidade forte, crítica, instruída, ansiosa por novidades e atenta às mudanças de seu dia-a-dia. Alice lia bastante e escrevia muito bem, usando de um vocabulário refinado. Da carta que ela escreveu de São Paulo a seu filho Oswaldo (o qual parecia estar hospedado na casa de Nadéia, irmã de Alice, também em São Paulo), no dia 8 de janeiro de 1920, extraímos o seguinte trecho:

[...] desejava que viesses daí com uns quatro quilos a mais; para isso é preciso que te levantes cedo e deites cedo, pondo em prática o tão afamado provérbio: *early to bed, and early to rise, makes a man healthy, wealthy and wise* [cedo para a cama, e cedo a se levantar, faz um homem saudável, rico e sábio].

[...]

Hoje vou ao Municipal, [...] assistir a representação da Ceia dos Cardeais [...]. Não tenho lido nada, tenho costurado muito [...]; ultimamente ando com ganas de ler inglês com a mesma facilidade com que leio e escrevo o francês e estou com idéias de tomar uma professora para me aperfeiçoar um pouco nessa língua, cuja literatura dizem que é a mais sã que existe e eu estou curiosa de saber se é mesmo verdade (grifo da autora, tradução e atualização ortográfica nossas).

Noutra carta, escrita de São Paulo ao filho “Nhozinho” (Mário), no dia 30 de março de 1920, encontramos um posicionamento político de Alice um tanto curioso: “Tudo aqui é velho, nada tenho para contar; só que estou tristíssima hoje com a confirmação da morte de D. Luiz⁸⁹; foram-se as minhas últimas esperanças da restauração monárquica. Paciência” (atualização ortográfica nossa).

Nas duas cartas a seguir, encontramos Alice, parece, um tanto entediada, cansada de sua vida rotineira e aflita por novidades. Da Tubaca, em 4 de fevereiro de 1927, Alice escreveu a Oswaldo, que se encontrava em São Paulo:

Aqui continuamos bem de saúde, felizmente, já é alguma coisa.

Penso que nestes três ou quatro dias aí estaremos, pois já estou meio farta disto aqui [...].

[...]

Nada mais tenho para dizer-te, os ares daqui não conseguiram fazer-me verbosa, muito pelo contrário, estou cada dia mais muda (grifo da autora, atualização ortográfica nossa).

⁸⁸ Veja foto de Alice, em 1900, no anexo H.

⁸⁹ D. Luiz I (1878-1920) era o segundo dos três filhos da princesa Isabel, herdou do irmão D. Pedro de Alcântara o direito à sucessão.

Em nova carta a Oswaldo (que provavelmente se encontrava na Tubaca), de São Paulo, no dia 31 de maio de 1927, Alice escreveu:

Aqui vai tudo como deixaste: tudo gira, tudo mexe, tudo se agita, tudo dança. A troco do que não sei, mas de certo há de ser a troco de qualquer coisa, de passar o tempo, pelo menos. Enfim, vamos esperando esperançosos ou não, pelo dia de amanhã que talvez traga algo de novo, de surpreendente, de maravilhoso, que sei eu! Estou com inveja de você, aí quieto, a passear pelo mato, a ler, a se banhar por dentro e por fora, descansando por uns dias o corre-corre daqui, que não permite sequer alguns instantes de intimidade (atualização ortográfica nossa).

O tédio de Alice, observado nos dois trechos anteriores, talvez possa ser explicado por Trigo: “[...] um grande apego à rotina, às ordens e aos rituais, fazendo com que tudo devesse ser feito sempre da mesma maneira e na mesma seqüência, caracterizava o estilo de vida e a percepção de mundo do grupo. O cotidiano das casas repetia-se de maneira monótona e rotineira” (TRIGO, 2001, p. 42).

Oswaldo parece ter herdado esse espírito inquieto da mãe, mas também do pai, se lembrarmos que Vicente não tinha parada. Em carta de 9 de outubro de 1938, de São Paulo, Alice escreveu ao filho:

Recebi com muito prazer tua cartinha em resposta à minha. Vi nela espelhada a alma inquieta que tens, e que, malgrado o teu propósito de dissimular, não engana a intuição peculiar às mães. Agora é com esse negócio, amanhã com outra coisa e assim será sempre, porquanto a essência que forma o nosso eu e que trazemos ao nascer, não muda nunca (atualização ortográfica nossa).

No início da década de 1930, entretanto, a rotina de Alice foi quebrada com a agitação política que abateu o País, principalmente São Paulo. Em 14 de julho de 1932, da capital paulista, Alice escreveu a Oswaldo que servia como voluntário na Revolução Constitucionalista. Além da preocupação natural da mãe com o bem-estar do filho, notamos a firme posição política de Alice ante ao movimento revolucionário: “Embora o coração se me apertasse, estou contente, orgulhosa e cheia de fé que em breve possamos te abraçar aqui em nosso S. Paulo livre e vitorioso. O entusiasmo aqui continua crescendo e não há um só rapaz conhecido que já não tenha sido alistado ou já partido” (atualização ortográfica nossa).

No mês seguinte, a 3 de agosto de 1932, de São Paulo, Alice escreveu novamente a Oswaldo. Nesta carta, podemos notar a participação ativa das mulheres em favor do movimento M.M.D.C.:

Ando numa tal tensão nervosa [...]. O que vale é o trabalho, trabalhamos o dia todo em agasalhos e roupas para os soldados, mal temos tempo para sair, isso mesmo quando é de grande necessidade.

[...]

Lourdes trabalhando muito (felizmente) e Poupeé⁹⁰ incansável no seu serviço de proteção às famílias dos combatentes [...] (atualização ortográfica nossa).

No dia 21 de setembro de 1932, novamente de São Paulo, Alice escreveu a Oswaldo. Embora procurasse demonstrar confiança na vitória da Revolução, ela já deixava transparecer certa incerteza quanto a um desfecho favorável a São Paulo: “Já ando muito preocupada com a duração disso, num estado nervoso que bem podes imaginar, mas sempre trabalhando e cheia de esperanças na nossa vitória” (atualização ortográfica nossa).

Em carta de 24 de setembro de 1932, também enviada de São Paulo, observamos novamente a grande preocupação de Alice com o bem-estar de Oswaldo e o trabalho duro da mãe e filhas em apoio à Revolução. Ressaltou-se também a personalidade forte e a firme posição de Alice ante ao intrincado momento político que vivia o País:

Por teu pai tive notícias tuas; fiquei aborrecida por saber que estás mais magro; peço-te que tenhas um pouco de cuidado, na medida do possível, a fim de que possas agüentar firme até a vitória, que espero para muito breve, querendo Deus.

[...]

As meninas vão bem, todas trabalhando, dando o que podem para auxiliar, eu ajudando um pouco, já tendo sido confeccionados aqui em casa cerca de 400 peças de roupas para os soldados.

Não imaginas como fiquei triste vendo as fotos que teu pai trouxe, das desordens que os bandidos fizeram na Tubaca⁹¹; mais me doeu foi o teu quarto, com os teus papéis pelo chão, [...]. Quando nos veremos livres desses inconscientes? Anseio por nos vermos todos na Tubaca, livres desses desgraçados, descansando dessa refrega (atualização ortográfica nossa).

3.5 A relação entre marido e mulher

Como Vicente estava em constantes viagens, as cartas eram importantes veículos para as notícias familiares. Nelas encontramos uma relação de bastante afeto e harmonia entre Alice e Vicente. Naturalmente, na maior parte delas, Alice informava ao marido sobre as coisas de casa e, sobretudo, dava-lhe notícias da saúde dos filhos. Além disso, as cartas também nos proporcionaram informações preciosas no que se refere à relação marido-mulher. Notamos que Alice cumpria a importante função de administração do lar e controle dos gastos domésticos, mas que também estava sempre ligada aos negócios do marido, opinando e

⁹⁰ Poupeé era o apelido de Alice, a caçula.

⁹¹ A Tubaca havia sido invadida e saqueada por tropas mineiras.

dando-lhe apoio. Contudo, isto não significava uma relação de igualdade entre ambos. As decisões importantes cabiam sempre ao chefe da família, mesmo naquilo que se referia estritamente a questões domésticas. Esta situação ficou expressa, por exemplo, na carta de 28 de junho de 1910. Nela, informando a Vicente sobre o andamento da reforma da casa, em São Paulo, Alice escreveu:

[...] os ladrilhos não dão para a saleta de entrada do porão; mandei que deixasse como está, apesar do Pelligrini, sem minha ordem, ir comprar 10 metros de ladrilhos, que vieram e estão guardados para serem devolvidos, pois não quis que fizesse sem teu consentimento; ainda mais que fica bom como está, pois é entrada não faz mal, não vale a pena aumento de despesas (atualização e correção ortográfica nossas).

Na carta a seguir, de 31 de outubro de 1913,⁹², notamos a interação de Alice à vida política de Vicente. Ficou claro também a superioridade do marido, a quem Alice prestou contas de seus gastos:

Vicente

Hoje pedi ao Totó⁹³ para telegrafar-te dando parabéns pela vitória eleitoral cujo resultado, conquanto esperado, muito me satisfaz por ver coroados de êxito os teus esforços.

[...]

Não tenho senão 10\$ em casa; além dos 400 que me deixaste, tirei 300 no Sr. Chiquinho, 200 com papai e 20 com Totó que perfazem a soma respeitável de 920\$, que gastei toda e te envio a nota para veres com a devida atenção. Faltam-me uns cobrinhos⁹⁴ que não sei onde foram, como verás pelo meu caixa.

[...] da tua Alice (atualização ortográfica nossa).

Na carta a seguir, de São Paulo, em 14 de janeiro de 1921, encontramos teor semelhante ao da anterior. Inserimos a despedida, em especial, dessa carta, pois ela nos revela uma importante nuance do relacionamento marido-mulher:

Vicentinho

[...]

O dinheiro não chegou, foi preciso pedir ao Moacyr mais um conto para pagar 415\$ de farmácia e outros pagamentos mais urgentes. Enfim, vou endireitando aos poucos e economizando no que é possível.

[...]

Abraça J. Baptista e aceita beijos e abraços dos filhos, das filhinhas e da filha grande Alice (atualização ortográfica nossa).

⁹² Veja a reprodução dessa carta nos anexos I e J.

⁹³ Seu cunhado, marido da sua irmã Nadéia.

⁹⁴ Conforme Ferreira (1999, p. 492), dinheiro miúdo ou em moedas.

3.6 A interação entre negócios e família

As cartas evidenciaram que a vida intrafamiliar e a vida empresarial se interpenetravam. Elas nos levaram a acreditar também, que os negócios foram um importante fator da restrição da solidariedade ao recinto da família conjugal. Tanto assim, que muito da relação pai/filhos e marido/mulher pudemos interpretar a partir desses documentos. Por exemplo, na carta de 14 de novembro de 1919, enviada de São Paulo por Vicente a Mário, que se encontrava na Tubaca, notamos a importância dos filhos no auxílio da administração dos negócios:

Nhozinho

[...]

Mande beneficiar todo o café e caso as sacas não cheguem, veja se arranja aí com Elisiario, Alípio ou Mário.

[...] o que é preciso é que se beneficie todo o café e já, pois tenho medo de baixar mais, devido ao câmbio (atualização ortográfica nossa).

Tendo chegado no dia anterior de Santos a São Paulo, Vicentinho seguiria naquele mesmo dia (14/11/1919), à noite, para o Rio de Janeiro, onde seu sogro se encontrava doente. Na mesma carta acima, fatigado, assim escreveu Vicentinho ao filho Mário: “Esta viagem, hoje, ao Rio, me faz muito transtorno e mesmo cansa muito as fontes, e eu que já me sinto cansado, ainda mais sofro com tantas viagens e preocupações” (atualização ortográfica nossa).

Por ocasião da liquidação de um contrato com sócios não pertencentes à família,⁹⁵ cada integrante pareceu exercer uma função específica: Vicente, o chefe, de onde partiram as determinações; os filhos Oswaldo e Moacyr, executores das instruções dadas pelo pai e chefe; e Horácio (cunhado de Vicente) uma espécie de conselheiro. Nesta carta, enviada ao filho Oswaldo, de Santos, em 22 de dezembro de 1924, Vicente escreveu:

Eu deveria ir aí no dia 23 para liquidar com o Cássio e o Linneu a questão no nosso contrato que termina este ano.

Como ainda estou adoentado e não posso tratar desse negócio, peço a você, que de acordo com o Moacyr, resolvam com eles sobre o assunto, na forma porque conversamos.

Você deverá ouvir também o Horácio, que tem mais prática de negócios e conhece bem o assunto e poderá guiar-te.

Espero que vocês se [ilegível] disso na maior harmonia, mas sempre em acordo com minha opinião (atualização ortográfica nossa).

⁹⁵ Provavelmente tratava-se da firma de importação Cássio Muniz e Comp., sediada em São Paulo.

Na época da Crise de 1929, em carta de 17 de outubro daquele ano, Mário informou ao pai de que os bancos haviam suspenso por completo as operações de descontos sobre Santos e que a situação, naquele momento, era muito confusa e imprevisível. Contudo, o filho alertou a Vicente: “Entretanto, devemos nos restringir a mais completa economia, para evitarmos situações mais embaraçosas” (atualização ortográfica nossa).

O documento seguinte também demonstrou a importância dos filhos no auxílio da administração dos empreendimentos familiares, colocando em prática as orientações do pai e mantendo-o informado sobre o andamento dos negócios. De São Paulo, em meio à convulsão econômico-financeira, em 28 de novembro de 1929, Oswaldo escreveu a seu pai sobre a redução dos salários de empregados e da instabilidade geral daquele momento:

Seria conveniente que o snr. avisasse antes do começo do mês que haverá diminuição nos ordenados. Seriam nessa base, que naturalmente o snr. modificará se quiser:

Freitas que ganha 270\$000, para 220\$000, carroceiros 140\$000, Marcos 130\$000, camaradas por dia 5\$000, colonos por dia 4\$000, maquinista 9\$000 por dia. [...] enfim todas as medidas que o snr. sabe.

[...]

O resto dos negócios mais ou menos, sem solução ainda. Logo que houver alguma coisa avisaremos (atualização ortográfica nossa).

No mesmo dia (28/11/1929), Mário também escreveu ao pai, informando-o sobre os negócios e, parece, da renegociação de um empréstimo. Aqui, novamente notamos as dificuldades financeiras da família e a importante atuação dos filhos para o andamento dos negócios:

Ontem fui ao [ilegível] Magalhães e arranjei reforma por mais 60 dias, se bem que eu dissesse que por menos de 6 meses não podíamos [nos] comprometer ao pagamento, porém ele disse que somente por prazo menor os bancos aceitavam caução, assim, naquele prazo tornaremos a reformar.

Hoje aqui chegarão os conhecimentos de 834 sacas de café da série K e mais 300 da série C de S. Vicente⁹⁶, e estou a espera da certidão negativa para ver o que faço (atualização ortográfica nossa).

A crise também afetou a economia doméstica. Em carta de Alice a Vicente (embora sem data, acreditamos que se trate dessa fase), lemos o seguinte:

⁹⁶ Fazenda localizada na cidade de Gália, na Alta Paulista, região de Marília. Adquirida pelo coronel Vicente em 1916, possuía 1500 alqueires, onde foram plantados 400.000 cafeeiros, empregando 120 famílias.

Vicentinho

[...]

Ciente sobre o que dizes do café é bom apressares mesmo com o serviço para a colheita, pois assim quem sabe pegaremos um preço melhor.

A debacle financeira aqui vai de mal a pior; ontem o João Baptista contou-me que o Duprat [?] vai alugar a casa ou vender, e mudar-se para uma menor; [...].

Olha, veja lá como te correm as coisas, pois se precisares fazer o mesmo, não tenhas o menor receio de desagradar-me, pois tudo farei, e da melhor boa vontade *cumprirei o meu dever*. Ando mesmo apavorada com a crise, nunca vi coisa igual. Todos se queixam, a falta de cobres é geral.

Eu faço o que posso e se mais não faço é porque não tenho mais no que cortar, pois com a grande família que temos, duvido e até não acredito que se possa viver com menos, isto é, no meio em que vivemos.

[...]

Sem mais, aceite beijos das filhinhas, dos filhos e da tua Alice⁹⁷ (atualização ortográfica e grifo nossos).

Pudemos observar no trecho acima, mais uma vez, a interação de Alice aos negócios do marido, como também a sua disposição, diante da crise, em cumprir o seu “dever” de dona do lar. Conforme Trigo (2001, p. 52), essa “moral do dever” era parte dos princípios transmitidos pela educação feminina. Por esse ponto de vista, a realização pessoal provinha do dever cumprido, dos sacrifícios para o cumprimento das obrigações. Daí uma moral de vida pautada pela obediência: “[...] viver uma vida de obediência aos pais e depois aos maridos deveria trazer as alegrias do dever cumprido, a satisfação da realização como individuo e como mulher.”

Na carta a seguir, percebemos as grandes dificuldades que afetavam a família. Alice tentava acalmar Vicente, que parecia bastante aborrecido com os negócios e, talvez, pela impossibilidade de cumprir seus compromissos financeiros. Supomos que o fato de Poupeé, a caçula, estar tomando lições em casa, com a mãe, também se relacione aos efeitos da crise nas finanças da família. Da Tubaca, em 7 de novembro de 1929, Alice escreveu ao marido:

Você não se aborreça aí com os negócios, não vale a pena; não há nada que valha o sossego de espírito, portanto isso não deve ser um sacrifício e sim um meio de ficarmos tranquilos, ao menos materialmente, pois já bem bastam as preocupações e os sofrimentos morais por que estamos passando. Acabo neste momento de dar lição a Poupeé e não acho nada difícil, não só porque ela compreende com facilidade, como também é um meio de tê-la mais [próxima] de mim, e isso me distrai e ajuda a passar o dia (atualização ortográfica nossa).

⁹⁷ Inserimos mais uma vez a despedida da carta, pois ela nos serve de referência quanto ao relacionamento marido-mulher.

Corroborando a difícil situação da família, de São Paulo, em 8 de janeiro de 1930, Alice escreveu a Vicentinho: “Veja se recebe os cobres⁹⁸ do Juca Dias, ao menos a metade para eu tapar uns buracos importunos” (grifo da autora).

As dificuldades financeiras levaram a família a lotear e vender uma pequena parte de suas terras. Em São José do Rio Pardo, no dia 18 de julho de 1931, Mário escreveu a um provável corretor de imóveis:

Sr. J. Bragheta

Autorizado pelo Cel. Vicente Dias Júnior, venho por esta confirmar a nossa conversa passada.

Até o dia 15 de setembro próximo ficará o Sr. autorizado a vender em lotes a área de terras componente da fazenda Santa Lourdes, com cerca de 150 alqueires, exceto uma faixa de 50 alqueires perto do Rio Pardo, na cachoeira ali existente. Terras estas que serão vendidas em conjunto, ao preço mínimo de 2:500\$ por alqueire.

Correrão por minha conta somente as despesas do engenheiro, que não deverão exceder a 20\$000 por alqueire e a [comissão?] de 3% sobre o valor da venda que lhe será reservada, assim como a metade do excedente do mínimo preço (atualização ortográfica nossa).

Conforme Nobre (2001, p. 23), os 30 lotes vendidos foram adquiridos por antigos colonos, sobretudo, italianos. Dentre eles, encontravam-se famílias como Tonetto, Rugani, Lazarini, Bini, Destro, Andreazzi, etc.

É interessante lembrar ainda que, também provavelmente devido às dificuldades da família, a Companhia Douradense de Eletricidade, que fora desmembrada da CPEE entre 1927 e 1928, como vimos no capítulo anterior, foi vendida a uma empresa estrangeira, em 1929.

3.7 A relação da família com os criados

Em algumas cartas encontramos a família com dificuldade para conseguir bons empregados domésticos. Numa carta de Alice a Vicente, sem data, lemos o seguinte:

Ainda não arranjei criados, também não tenho procurado, quero descansar uns dias desses animais; a Felícia hoje também não veio, por doente, segundo mandou dizer, e não estou com fé que volte, todas fazem assim (atualização ortográfica nossa).

⁹⁸ Conforme Ferreira (1999, p. 492), dinheiro miúdo ou em moedas.

Alice tinha temperamento forte e certamente era uma patroa exigente. Entretanto, pensamos ser necessário certo cuidado ao interpretar o trecho anterior. É muito provável que ela o escreveu num momento de irritação pela falta dos empregados. Noutras passagens de cartas, notamos um bom tratamento da família com relação a seus empregados. Por exemplo, Dadá (Luciana Machado)⁹⁹ era uma criada remanescente da época da escravidão. Estimada pela família, ela ajudou a criar os filhos de Alice e Vicente e viveu com a família até o fim de seus dias. Quando morreu, em 1 de setembro de 1918, Candido Rodrigues comprou um túmulo no cemitério da Consolação, em São Paulo, onde foi sepultada. Sobre ela encontramos numa carta, enviada de São Paulo por Alice a Vicente, em 9 de outubro de 1911,¹⁰⁰ o seguinte trecho:

Dadá hoje amanheceu doente, com muita febre, pois chegou quase a 40, com tanta dor nos braços e pernas que quase não pode mover-se na cama; chamamos médico que disse ser influenza brava e receitou, vamos ver como ela passa esta noite. A cozinheira falhou dois dias e ela esteve cozinhando e receio que tenha sido resfriado apanhado na cozinha, [...] (atualização ortográfica nossa).

Entretanto, isso não impedia a existência de certa hierarquia do tipo patriarcal, como veremos a seguir. Noutra carta, desta vez escrita de São Paulo por Vicente, em 02 de outubro de 1919, a Nhozinho (Mário)¹⁰¹ que estava na Tubaca, lemos o seguinte:

Hoje tratamos um casal de criados que parecem bons. Amanhã a criada vai passar o dia aqui, sua mãe mandará ela cozinhar e ver se serve. Caso sirvam, devem seguir sábado ou domingo para aí. Você mostre todo o serviço a ela e explique bem, acomode-os aí mesmo na casa. O marido da cozinheira poderá fazer o serviço de jardim, pomar e auxiliar em mais alguns serviços inferiores. Aí você verá melhor, para ver se desta vez seremos mais felizes e bem servidos de criados (atualização e correção ortográfica nossas).

O trecho acima deixou evidente a hierarquia existente na organização intrafamiliar: o pai e chefe contratou os criados, secundado pela mulher que testaria a eficiência deles e os aprovaria ou não. O filho, por sinal, o mais velho, foi encarregado pelo pai de mostrar os serviços e dar as instruções mais detalhadas aos contratados. Os últimos colocados nessa relação vertical de poder estavam os criados, que só podiam aguardar qual seria o destino deles.

⁹⁹ Conforme entrevista com Eduardo Dias Roxo Nobre, neto de Vicente e Alice, atual proprietário da Tubaca.

¹⁰⁰ Veja a reprodução dessa carta nos anexos L e M.

¹⁰¹ Veja a reprodução dessa carta no anexo N.

Descrevendo a casa burguesa européia, da segunda metade do século XIX, conforme Hobsbawm (2001, p. 332), a criada doméstica, embora recebendo salário como qualquer trabalhador e mantendo uma ligação mais pessoal com o empregador, não estava livre de uma relação de dependência:

Tudo na sua vida era estritamente prescrito e, já que vivia num quarto magramente mobiliado, controlável. Desde o avental e o uniforme que usava até a carta-testemunho de boa conduta ou “caráter”, sem a qual era impossível conseguir novo emprego, tudo nela simbolizava uma relação de poder e sujeição.

3.8 A relação dos Rodrigues Dias com o restante da parentela

O documento a seguir sustenta a nossa tese quanto à separação entre negócios e laços de sangue, que levaria à restrição da solidariedade familiar. O coronel Vicente, na condição de comissário, havia antecipado recursos para o custeio da lavoura de seu sobrinho, Antonio Alves Dias (filho de Maria Cândida, sua irmã mais velha), cafeicultor em Cabo Verde (MG). Este deveria saldar seu débito em café beneficiado, entretanto, parece, não havia cumprido o seu compromisso. Observe que no final do trecho Antonio apelou para o lado emocional de seu tio. Em carta de 25 de setembro de 1906, o sobrinho explicou a Vicente:

Recebi sua prezada carta a qual respondo. É verdade que já mandei 300 @ de café e vendi como o senhor me acusa, mas assim lhe disse que precisava para pagar os trabalhadores. Já ultimei a colheita e posso garantir que lhe darei este ano 1.200 @ de café ou o produto delas e lhe mandarei o quanto antes. Não será tão fácil de lhe mandar todo este café porque não há condução, e mesmo a que tem é de 800 réis por @, não levam por menos. Mas mesmo assim, mandarei o quanto antes puder café para seu pagamento e, para isso, provo que já tenho 500@ limpos na máquina que são para este fim.

Mas mesmo assim, o senhor resolva o caso e me avise que toda e boa vontade tenho de lhe pagar. A quadra me faz infeliz, mas se o senhor não puder me considerar, só tenho pena de meus filhinhos. Mas paciência, sou infeliz, não mereço auxílio, hei de me valer das graças de nosso Pai Eterno que me valerá (atualização ortográfica nossa).

Como vimos no capítulo anterior, Samara (1991) estudou a sociedade paulista do século XIX e constatou que nela predominavam famílias nucleares com poucos integrantes. Esse fato, contudo, não impediu a manutenção dos laços de parentesco e solidariedade: “Essa configuração mais simplificada que apresentava a família paulista não significou, portanto, um rompimento nas ligações entre os parentes, que eram constantemente ativadas nos casamentos, batismos e partilhas” (SAMARA, 1991, p. 26).

Embora fosse de solidariedade restrita e, portanto, uma família fechada, isso não significava a inexistência de contatos de Vicente, sua mulher e filhos, com seus parentes. Porém, podemos dizer de forma geral, que a relação entre eles era de relativa superficialidade. Encontramos muitas cartas de irmãos e irmãs, cunhados (as), sobrinhos (as) a Vicente. Entretanto, não percebemos nelas maiores intimidades. Aliás, com o crescimento dos sobrinhos (as) e a formação de suas próprias famílias conjugais, o distanciamento tendeu a aumentar. Os assuntos variavam entre negócios (sobretudo com os irmãos e cunhados), pedidos de encomendas (remédios, tecidos, botões, prendedores e grampos de cabelo, partituras musicais, etc. - devido a Vicente estar em freqüente trânsito entre a capital e o interior), pedidos de dinheiro e outros favores. Selecionamos a seguir alguns trechos dessas cartas, para que exemplifiquem o tipo de relação que descrevemos.

A carta a seguir reforça a nossa tese quanto ao prestígio que gozava e certa liderança que Vicentinho exercia dentro da parentela. Em 19 de fevereiro de 1912, da fazenda Belmonte, Felisbina¹⁰² escreveu a Vicentinho pedindo-lhe uma colocação (emprego e lugar para ficar) para um de seus filhos, devido a sérios desentendimentos em seu lar:

Faço esta para pedir a você que me faça esse grande favor de [...] arranjar um lugar para o Vicente.¹⁰³

Você com certeza sabe o que acontece aqui com Vicente e Elisiário. Vicente vive desesperado por não ter um vintém no bolso, não tem um animal, não pode sair de casa; você bem vê que ele já é um homem! [...]

Elisiário com ódio do Vicente e Vicente com ódio do pai. Vicente anda prometendo matar o pai.

[...]

Por isso, te peço que tenha dó de mim e do Vicente que é seu sobrinho e afilhado.

[...]

[...] que vida é esta minha, preferia ser pobre e trabalhar para comer e não ter esta vida que tenho (atualização e correção ortográfica nossas).

Parece que Vicente, o sobrinho, não se adaptou à vida de fazendeiro ou empresário, nem seguiu a carreira de bacharel, como fizeram, por exemplo, seus irmãos Aristóteles e José, que se formaram médicos. Essa carta, em especial, demonstrou a complexidade da vida em família, as disparidades entre irmãos que receberam o mesmo tipo de educação, bem como o conflito entre gerações.

Noutro documento, encontramos novamente Vicentinho prestando ajuda pecuniária, desta vez a outro sobrinho. Do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1913, Licínio¹⁰⁴

¹⁰² Felisbina era mulher de Elisiário e, portanto, cunhada de Vicentinho.

¹⁰³ Vicente Reis Dias era o 4º. filho de Felisbina e Elisiário.

escreveu a seu tio Vicente, na época em que terminava o curso de medicina, na Escola de Medicina do Rio de Janeiro:

Eu vou indo bem, graças a Deus, em princípios de dezembro farei os meus exames de 6º. ano e a defesa da tese será para fins de dezembro.

[...]

[...] tento fazer a máxima economia possível, contando somente com os 4 contos que o senhor prometeu arranjar-me. Estou com a minha tese para mandar para o prelo, e por isso precisando dos 500\$000 que eu lhe mandei pedir (atualização ortográfica nossa).

Quase um mês depois, em 12 de dezembro de 1913, do Rio, Licínio escreveu novamente a Vicentinho. A carta versou mais uma vez sobre o dinheiro enviado pelo tio ao sobrinho. Curiosamente, passado quase um século, encontramos nela também certas circunstâncias ainda comuns nos meios acadêmicos dos dias atuais:

Tenho andado muito atarefado, primeiro por causa da feitura a galope da minha tese, e agora estou dando a última demão para fazer os meus exames.

A minha tese foi entregue no último dia, meia hora antes de encerrar o expediente. Inúmeros colegas, apesar de terem enviado com tempo as teses para a tipografia, não conseguiram apresentar no prazo legal, terão que defender em março (atualização ortográfica nossa).

Na carta a seguir (sem data, do Rio de Janeiro), observamos em especial um episódio da luta das mulheres pela igualdade de condições e direitos entre os sexos. Laurita¹⁰⁵ escreveu a sua tia Alice (mulher de Vicentinho) contando-lhe o incidente que a levou a renunciar à sua candidatura a uma vaga na Academia Fluminense de Letras:

¹⁰⁴ Licínio Ribeiro Dias era o 3º. filho do 1º. casamento de José Luiz Dias (Juca), irmão de Vicentinho. Licínio, mais tarde, casaria-se com a poetisa Laurita Lacerda.

¹⁰⁵ Laura de Almeida Lacerda Ribeiro Dias era casada com Licínio Ribeiro Dias, filho de Juca Dias (autor das duas cartas anteriores a esta). Laurita, como era conhecida, era poetisa e natural de Niterói (RJ).

Pede, em sua carta, que lhe informe sobre a minha candidatura à Academia de Letras, e eu aviso-lhe que resolvi desistir dela, por motivos de ordem muito séria.

Recebida essa candidatura com grande entusiasmo, pelos acadêmicos e pelos jornais, cujas notícias guardo comigo, tive, entretanto, ciência de que um acadêmico – que por sinal é ainda meu parente – era contrário à entrada de mulheres ao Grêmio ilustre, e assim, por processos menos dignos, trabalhava em meu desfavor. Num movimento de revolta, certa, entretanto, de vencer a eleição, enviei ao presidente da Academia a minha desistência, recebendo dele a mais honrosa carta, lamentando o meu gesto, que afirmei definitivo.

O incidente, que foi noticiado largamente pela imprensa, terminou assim.

Não tive mágoas com isso, acedi a solicitações de amigos apresentando-me.

A única felicidade da vida, a meu ver, vem do coração e esta, graças a Deus, tenho-a em completamente.

Quanto ao mais são requintes espirituais que me não fazem falta... (atualização ortográfica nossa).

Num recorte de jornal (encontrado anexo a esta carta), provavelmente um dos quais Laurita disse ter guardado consigo, sem identificação de fonte, exceto pelo título da notícia: “As senhoras Laurita Lacerda e Ibrantina Cardona retiraram suas candidaturas”, lemos o seguinte:

Pela primeira vez no Brasil uma academia literária aceitou a concorrência de mulheres a uma de suas cadeiras, cabendo esse gesto que bem condiz com os triunfos feministas dos últimos anos, à Fluminense.

E não só uma candidata se dispôs a enfrentar disputantes masculinos, mas duas: as poetisas muito conhecidas e apreciadas, sras. Ibrantina Cardona e Laurita Lacerda Ribeiro Dias. A vaga de Gomes Leite, porém, se tornou cobiçada e os representantes do sexo forte, srs. Mauricio de Lacerda Silva Lima e Alberto Lamego, se inscreveram almejando obtê-la.

Várias correntes então se definiram: uma favorável ao ingresso de senhoras, tendo à frente o distinto poeta e prosador Armando Gonçalves [...]; outra, francamente partidária do ingresso do ilustre tribuno Mauricio de Lacerda e uma terceira simpática ao historiador Alberto Lamego [...].

Possivelmente, do choque dessas opiniões resultou a renúncia da sra. Laurita Lacerda a sua candidatura [...] (atualização ortográfica nossa).

Na seqüência, o artigo reproduziu a carta de abdicação de Laurita, dirigida a Quaresma Jr., então presidente da Academia, como também a resposta deste à renunciante.

Para termos uma noção do pensamento vigente naquela época sobre a igualdade de direitos entre os sexos, reproduzimos a seguir alguns trechos de um artigo que encontramos no periódico rio-pardense. Ocupando-se com a questão da “completa emancipação da mulher”, então defendida por muitos pensadores e publicistas, o autor expôs a sua opinião:

Ao mesmo tempo em que alguns daqueles pensadores e publicistas defendem essa emancipação, conferindo à mulher todos os direitos sociais e políticos, outros a combatem, estribados em sólidas razões, elevando [...] a missão da mesma à altura a que ela está destinada na sociedade, já como um ser social propriamente dito, já finalmente como esposa e mãe (A MULHER..., 1907, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Alegando que faltava à mulher o “alicerce indispensável” - a instrução - para que ela pudesse almejar a igualdade de direitos, o autor continuou a sua argumentação:

Querer conferir à mulher instruída tais direitos é cometer um erro contra todas as leis da sociologia; porém querer conferir os mesmos direitos à mulher não instruída é mais que um erro, é um absurdo.
Perguntai a uma mulher instruída se ela deseja deixar os misteres do seu lar para comparecer aos comícios eleitorais, para tomar um assento no parlamento como representante da nação, que a resposta será negativa (A MULHER..., 1907, p. 1, atualização ortográfica nossa).

Segundo o articulista, aquela sociedade, moderna e culta, elevava a muito mais alto as responsabilidades da mulher, porém tais responsabilidades deviam se circunscrever exclusivamente à família. Nesse sentido, quanto mais ampla a educação da mulher, mais bem ela compreenderia a sua missão. A instrução feminina, entretanto, consistia apenas em ler, escrever e alguns conhecimentos das “belas-artes”. Geralmente, as mulheres nunca passavam das escolas primárias. Em vez de proclamar a sua completa emancipação, o articulista defendeu a instrução da mulher. Concluindo o seu raciocínio e citando o exemplo do Chile, o autor defendeu a inclusão da “ciência da economia doméstica” nos programas de ensino para o sexo feminino (A MULHER..., 1907, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização brasileira, ocorrida na virada do século XIX para o XX, em cujo processo a família Dias também estava inserida, foi marcada por muitas contradições. A dialética entre tradição e modernidade deu o tom de peculiaridade que caracterizou a modernização do complexo cafeeiro paulista, que era o principal pólo econômico do País. Segundo Almeida (1987, p. 61-64), por exemplo, na modernização brasileira, a passagem do “tradicional” ao “moderno” se desenvolveu entre a definição do “moderno” e a redefinição do “tradicional”. Noutras palavras, a introdução do “moderno” através da importação de idéias geraria um processo de assimilação dele pelo “tradicional”. Além disso, na fusão entre o “moderno” e o “tradicional” dentro das peculiaridades brasileiras, a modernização nacional assumiria um sentido específico, o que a autora sugeriu como uma “modernização conservadora”. Em suma, na passagem do “tradicional” ao “moderno”, o moderno brasileiro teria assumido formas de modernidade, conservando a essência do tradicional. Portanto, segundo a autora: “O ‘aburguesamento’ das famílias constituiu, inicialmente, mais um verniz superficial atingindo parte dos hábitos das elites urbanas, mas sempre coexistindo com o substrato da nossa formação engendrado antes do século XIX” (ALMEIDA, 1987, p. 63-64).

Por sermos membros de uma comunidade, estamos sempre sujeitos à influência do passado dela. O “passado social formalizado” (uma seleção particular dentre a infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado) fixa padrões para o presente. Noutras palavras: “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 1998, p. 22-23). No entanto, isso não exclui certa flexibilidade ou até inovação de fato. Mesmo os rígidos sistemas tradicionais podem ser modificados sem serem oficialmente rompidos, neles a inovação pode ser reformulada como não inovação. Conforme sugeriu Hobsbawm (1998, p. 23-24), pode-se vincular a tecnologia, em seu sentido mais amplo, ao setor flexível; já a organização social e a ideologia ou sistema de valores, ao setor inflexível de uma sociedade tradicional. Para Hobsbawm (1998, p. 29), a inovação constante é mais bem aceita quando ela se refere ao controle humano sobre a natureza não humana, como, por exemplo, à ciência e à tecnologia, pois grande parte desse controle é vantajoso mesmo para os mais tradicionalistas. Por outro lado, quando se trata de inovações sociopolíticas, a resistência dos grupos tradicionais tende a ser maior. Portanto, a inovação rápida e constante na tecnologia material pode ser saudada pelos mesmos grupos que resistem veementemente às mudanças rápidas nas relações humanas: familiares, sexuais, por exemplo.

Trigo (2001, p. 42-43), com opinião semelhante, salientou a relação peculiar dos cafeicultores paulistas com a modernidade. Para ela, esses empresários formavam um grupo

disposto a qualquer mudança desde que nada mudasse. Era contraditório que um grupo tão conservador na maioria de suas atitudes e representações, fosse tão afeito à modernização, abrindo novas fazendas e diversificando o seu capital. Contudo: “Parece que o objetivo de lucro podia explicar a contradição: desde que fosse para beneficiá-los, qualquer idéia nova podia ser aceita (é o caso das estradas de ferro); no entanto, isso não significava um espírito público capaz de ceder em prol do bem comum.” Numa frase, Hobsbawm (1998, p. 25) esclareceu essa questão: “A crença de que a ‘sociedade tradicional’ seja estática e imutável é um mito da ciência social vulgar. Não obstante, até certo ponto de mudança, ela pode permanecer ‘tradicional’: o molde do passado continua a modelar o presente, ou assim se imagina.”

Precisamos ter em mente que não existe contradição entre passado e inovação. Aliás, o passado é a ferramenta analítica mais útil para se lidar com a mudança constante. Interpretando a história como “um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução”, a mudança se torna a própria legitimação do passado. A previsão de como será o futuro geralmente é vislumbrada mediante a procura de pistas no processo de desenvolvimento passado. Dessa forma, paradoxalmente, quanto mais esperamos inovação, mais a história se torna essencial para descobrir como ela será (HOBBSAWM, 1998, p. 30-31).

Pensamos ser interessante e útil enfatizar as idéias de Magalhães (2000) que, em sua essência, coadunam com as de Hobsbawm. Magalhães correlacionou o conceito de modernização ao de progresso. Para ele, todo o conjunto de sistemas (políticos, econômicos, culturais, científicos, etc.) é em si discordante e instável. Todos os conjuntos de sistemas se inter-relacionam e se modificam como resultado da busca de se conciliar essas contradições. Ou seja, as discordâncias internas criam certa instabilidade que provocará a tentativa de se eliminar tais discordâncias. Dessa forma:

O progresso será decorrente se esta tentativa conseguir eliminar algumas contradições, produzindo um contexto mais abrangente, ou seja, uma harmonização do conjunto de sistemas. Como corolário, não existe mudança *total*, isto é, criação de algo completamente novo. Há sempre mistura de posições [...] (MAGALHÃES, 2000, p. 23, grifo do autor).

Para o autor, o progresso é contínuo, movido por um “processo incessante de conflitos seguidos por harmonizações”. Conforme ainda Magalhães, o progresso, em sua “revolução permanente”, é uma superposição do novo com o velho. Nesse sentido, o “novo” já traz em si os elementos de sua própria superação:

A noção de que cada sistema traz em si os elementos que gerarão novos conflitos, em um processo dialético, traduz a essência da qualidade do que se convencionou chamar de *moderno*, e a superação incessante desta condição é o fenômeno da *modernização* (MAGALHÃES, 2000, p. 23-25, grifo do autor).

Como parte do conjunto de sistemas referidos nas linhas anteriores, a organização familiar também é permeada por conflitos e harmonizações e, da mesma maneira, o sistema familiar (que não é estático) também se modifica. A historiografia mais recente tem demonstrado a diversidade e versatilidade da família brasileira, em oposição ao modelo genérico da família patriarcal brasileira.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, formou-se em São Paulo um verdadeiro complexo econômico, assentado na agroexportação cafeeira. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho: “[...] as mais avançadas e dinâmicas relações capitalistas de produção desse complexo, possibilitaram um acelerado e diversificado crescimento da economia paulista” (CANO, 1977, p. 42). Paralelamente ao desenvolvimento da lavoura capitalista e da maior monetarização da economia, ocorreu uma rápida expansão demográfica, urbana e industrial. Esse movimento mais amplo de modernização interagiu com as mudanças mais específicas, como as ocorridas na organização interna das famílias da elite cafeeira paulista.

No caso dos Dias, em sua primeira geração, a família trabalhava em conjunto, como uma unidade de produção coletiva e informal, tendo o patriarca como chefe e administrador do fruto do trabalho de todos. Na segunda geração, entretanto, cada filho constituiu o seu domicílio e passou a administrar os seus negócios individualmente, com bens e capitais próprios.

Como poderíamos explicar essa transformação?

Acreditamos que o crescente individualismo de mercado impossibilitou a continuidade da família extensa como grupo econômico corporativo. Em seu processo de modernização, a família extensa tendeu a restringir a sua solidariedade ao âmbito dos núcleos conjugais da geração mais nova. A família conjugal passaria a ser o tipo de arranjo familiar predominante, como forma de adaptação daqueles grupos de convívio às rápidas mudanças socioeconômicas de sua época.

Corremos o risco de sermos acusados de uma visão materialista do processo histórico, na qual o determinismo econômico simplificaria ou mesmo obscureceria a complexa trama de fatores que interagem e contribuem para as modificações intrafamiliares. Entretanto, salientamos que a perspectiva de análise adotada neste estudo representa apenas

uma das possibilidades de interpretação, das inter-relações entre as mudanças operadas na sociedade mais ampla e as transformações inerentes a um dos microcosmos que compunham aquela mesma sociedade, que era a família Dias de São José do Rio Pardo.

O estudo da família conjugal do coronel Vicente Dias Jr., a família Rodrigues Dias, como uma das possibilidades de organização das famílias conjugais da segunda geração dos Dias, possibilitou-nos também observar certas incoerências verificadas na historiografia. Negligenciando-se as especificidades individuais, não raro, os grandes cafeicultores são vistos como verdadeiros donos do Estado brasileiro, além de grandes especuladores das finanças nacionais, durante a Primeira República. Certos estudos, ainda, salientam apenas o fausto, o luxo, a ostentação, como se a vida dessas famílias fosse de pouco trabalho e de prazeres infundáveis. Segundo Trigo (2001, p. 43, grifo da autora), por exemplo, numa sociedade em que imperava o personalismo, na qual os favores e privilégios eram concedidos em função das amizades e do clientelismo, e não por méritos pessoais, desenvolveu-se uma ideologia que defendia o direito natural ao poder e à dominação:

Em outras palavras, havia uma coincidência entre o que eram os indivíduos do grupo e aquilo que consideravam e pregavam como modelo. Assim, os agentes do grupo dominante precisavam apenas existir, ter nascido, em uma palavra, *ser* para justificar seus privilégios; nada precisavam *fazer* para merecê-los.

As cartas familiares dos Dias, sobretudo, nos forneceram informações preciosas que em nenhum outro documento encontraríamos. Através delas tivemos acesso a detalhes do cotidiano de pessoas de carne e osso. De forma muito viva, visitamos a sua intimidade, conhecemos as suas virtudes e defeitos. Penetramos por sua rotina diária, suas aflições, suas ansiedades, suas alegrias e frustrações, enfim, seus valores e sua visão de mundo. Por meio das cartas, vislumbramos o dia-a-dia de uma família de elite, abastada, acostumada a certos luxos e muitos privilégios, mas também de pessoas de muito trabalho e responsabilidades; pessoas constantemente aflitas com os negócios, numa economia extremamente instável. Uma família burguesa da capital paulista, rica, acostumada a ser servida por chofer, governanta e outros criados. Porém, se alimentava de maneira simples, em grande parte, por produtos oriundos de suas próprias fazendas: feijão, arroz, milho, fubá, frango, ovos, frutas, café, etc. Uma família em que havia controle rígido sobre as despesas e, no entanto, não estava imune às fases difíceis. Eram pessoas que tinham um padrão de vida material muito superior ao da maioria de seus contemporâneos, entretanto, também passavam por desilusões, adoeciam, perdiam pessoas queridas... e morriam.

O coronel Vicente, consciente da importância de manter seus bens e capitais fundidos, como forma de aumentar a sua capacidade de investimento e acumulação, permaneceu à frente de seus negócios até a sua morte, em 1933, sendo coadjuvado, sobretudo por seus filhos e cunhados. Essa forma de administrar os negócios, no nosso entender, interferiu diretamente na organização interna de sua família. Acreditamos que o papel de chefe dos negócios também se refletiu no recinto da vida doméstica. Não queremos dizer com isso, que a família se estruturava exatamente como uma empresa. O que defendemos é que as demandas dos empreendimentos levaram cada membro da família a se envolver, direta ou indiretamente, e a exercer determinada função nos negócios. Portanto, a vida doméstica e a vida empresarial se interpenetravam. Em síntese, a postura do chefe da família, o papel da mulher, a educação dos filhos e das filhas, entre outros, estavam entrelaçados ao mundo social, mas, sobretudo, ao mundo do capital em que a família estava inserida.

Vicente e Alice casaram-se num momento histórico de rápida modernização do Brasil, que atingiu os diversos setores da vida social. Nesse contexto, a família também sofreu importantes modificações, e uma delas foi o declínio da primazia dos interesses familiares sobre os individuais. Com o decréscimo do patriarcalismo, os casamentos endogâmicos foram cedendo espaço às uniões exogâmicas. O individualismo apreendido no mercado e seus efeitos (como a busca da realização pessoal), deve também ter se refletido na valorização do indivíduo como pessoa, em detrimento dos interesses grupais da família. Assim, aos poucos, a escolha matrimonial foi deixando de ser assunto familiar para se restringir à vontade particular dos futuros cônjuges. Segundo Shorter (1995, p. 277-278), por exemplo, na sociedade tradicional predominava a adesão dos indivíduos às regras e modelos da comunidade, em detrimento dos desejos e prazeres pessoais. No entanto: “O capitalismo fez pender a balança para o outro lado. E, uma vez apreendidas as regras do individualismo do mercado, elas facilmente tomaram o controle de toda a arena das atitudes conscientes.”

Acreditamos que o casamento exogâmico de Vicente e Alice (ele de origem familiar rural e tradicional, ela de classe média urbana) possa explicar, em grande medida, as peculiaridades da família formada por eles. Trigo (2001, p. 67), por exemplo, salientou a correlação entre normas sociais, regras matrimoniais e organização familiar:

Verifica-se ao longo da história uma reciprocidade entre as normas sociais e as regras definidoras do matrimônio, a tal ponto que uma observação da forma e dos significados profundos do casamento nos diferentes grupos, em cada momento histórico, pode dar indícios tanto da trajetória da instituição familiar, como também das relações entre famílias e determinações sociais.

A família Rodrigues Dias era uma moderna família burguesa, mas permeada de valores e costumes tradicionais. Ela professava certos valores semelhantes aos das mais tradicionais famílias da burguesia européia. Por outro lado, expressava também muitos costumes típicos do interior paulista. Esse contraponto talvez seja uma das peculiaridades essenciais dessa família de elite: uma moderna família burguesa urbano-cabocla. Nessa família, por exemplo, eram ainda evidentes certos traços do patriarcalismo, como a hierarquia de poder e a superioridade do pai e marido. Porém, seria impossível mensurar a extensão e os limites da autoridade paternal, da autonomia da mulher, da independência dos filhos e filhas. Somente com maior e melhor documentação, associada a uma análise mais rigorosa, é que poderíamos nos aproximar de uma conceituação.

Vicente era um moderno empresário capitalista, mas era também um tradicional chefe político do interior. Ele era um homem que professava os mesmos valores do grupo ao qual pertencia: a família, o trabalho, o sucesso nos negócios e os bons serviços prestados à pátria. No entanto, a sua noção de “Pátria”, parece, não abarcava o país como um todo, com os seus diferentes grupos sociais. Contudo, é preciso ter em conta que “democracia” e “cidadania”, por exemplo, naquela época, não tinham exatamente o mesmo sentido ou significado que esses termos têm nos dias atuais. Noutras palavras, a consciência social de inclusão das camadas desfavorecidas da população, premente nos dias de hoje, era algo ainda muito incipiente naquele momento histórico. Vicente, assim como os integrantes de seu grupo social, era um homem de seu tempo e pensava conforme a sua época. Era dos negócios que provinham os recursos para o sustento do lar. Portanto, o chefe dos negócios naturalmente era também o chefe da família. O relacionamento harmonioso e afetivo entre marido, mulher e filhos, não significava a inexistência de uma hierarquia de autoridade e de funções, na qual o marido e pai ocupava a posição mais alta. Assim como nos negócios, era também de Vicente que partiam as decisões fundamentais no que se referia à vida doméstica.

Alice, era uma mulher instruída, lia bastante, tinha conhecimentos em inglês e, sobretudo, em francês; freqüentava concertos musicais, teatro, cinema e, é claro, a missa. Estava sempre atenta aos acontecimentos de seu cotidiano e opinava nos negócios do marido. Porém, apesar da certa autonomia que gozava, sua função principal era naturalmente a de esposa e mãe, cuja posição e deveres ela tinha bem em mente. Contudo, não se pode simplificar a tal ponto o papel da dona-de-casa. Para Trigo (2001, p. 52-53), por exemplo, as mulheres tinham um importante papel nas estratégias de reprodução e manutenção do status social da família, casando-se e educando os filhos dentro dos princípios professados pelo

grupo: “São as mulheres as detentoras do conhecimento de certos usos e costumes que fazem o cotidiano das casas e que devem ser transmitidos para a geração seguinte, visando a reprodução social do grupo.”

O capitão Vicente e D. Lucinda (1ª. geração) tiveram onze filhos, Vicente e Alice (2ª. geração) tiveram seis. Portanto, no caso da família conjugal de Vicente e Alice, o número de filhos reduziu-se praticamente pela metade, em relação à geração anterior. Outra diferença notada (com relação à prole masculina), é que na segunda geração, quase todos os filhos do coronel Vicente tiveram ensino superior (exceto João Baptista). As meninas, Maria de Lourdes e Alice, também tiveram boa formação escolar, porém, não cursaram ensino superior. Acompanhadas pela mãe, freqüentavam concertos musicais, teatro, cinema, como também aulas de dança, ginástica e piano. A boa formação poderia resultar, mais tarde, em bons casamentos. E, de fato, foi o que aconteceu. Segundo Nobre (2001, p. 269-271), Lourdes casou-se, em 1933, com José de Alcântara Machado Filho. Alice casou-se, no ano seguinte, com o médico Dr. Mathias Octávio Roxo Nobre. Ambos participaram da administração da empresa de energia elétrica da família. Como ressaltou Hobsbawm (2001, p. 330), uma das grandes dificuldades da burguesia era garantir uma sucessão de homens de negócios igualmente dinâmicos e capazes dentro de uma mesma família, fato este que ampliava o papel das filhas, que podiam trazer sangue novo para dentro dos negócios familiares.

Nas cartas familiares, fora Vicente, Alice e os filhos: Mário (Nhozinho), Moacyr, Oswaldo (Bady), João Baptista, Maria de Lourdes e Alice (Poupeé), merecem destaque como coadjuvantes apenas Candido Rodrigues e Zulmira, além de Mário, Horácio, Nadéia e seu marido Totó Felix (pais, irmãos e cunhado de Alice, respectivamente). Parece que a partir de seu casamento, houve uma maior aproximação de Vicente em relação à família de Alice, em detrimento de sua própria família de origem. A presença dos irmãos de Vicente, bem como dos integrantes de suas famílias conjugais (cunhados (as), sobrinhos (as)) é de pouca relevância. Em conjunto, ao longo de pelo menos três décadas, as cartas demonstraram que a família conjugal de Vicente e Alice Dias era um grupo fechado, de solidariedade restrita, que se intensificava ainda mais nas épocas de dificuldades. Entretanto, esse fato não significou qualquer ruptura com o restante da parentela, o relacionamento natural como parentes manteve-se perene. É preciso salientar ainda que os interesses políticos, aos quais estavam diretamente ligados os interesses econômicos, unia as várias famílias conjugais descendentes da primeira geração, além de agregados e amigos, em torno de objetivos comuns, como numa parentela tradicional.

Se estudássemos cada núcleo conjugal da segunda geração, certamente encontraríamos muitas diferenças entre eles. Para exemplificar, entre o coronel Vicente e seus irmãos mais velhos, havia uma diferença de cerca de 20 anos de idade.¹⁰⁶ Portanto, estes últimos ingressaram bem antes na segunda etapa do seu ciclo de vida. Além disso, o conjunto da documentação nos levou a acreditar que a maioria dos irmãos não possuía o mesmo dinamismo e tino para os negócios de Vicente, permanecendo limitados à produção cafeeira. Diante disso, a forma de organização da família conjugal do coronel Vicente Dias Jr., nada mais é que apenas uma das possibilidades de arranjo doméstico, resultante das transformações ocorridas da primeira para a segunda fase do ciclo de desenvolvimento da família.

Como vimos no segundo capítulo, estudando famílias de elite no Mato Grosso, em circunstâncias semelhantes, Frank (2001, p. 49-74) formulou o conceito de “família de elite transitória”. Por sua vez, em seu estudo sobre a família Prado, um grupo paulista similar e contemporâneo aos Dias, Levi (1977, p. 311-317) cunhou o conceito de “família de elite modernizante”. Entretanto, as especificidades da família Dias não nos permitiram enquadrá-la em qualquer conceito que seja. Também não era esse o nosso objetivo. Nosso intuito foi apenas demonstrar as peculiaridades dessa família em seu processo de modernização, consonante às transformações modernizadoras pelas quais passava o País. Deixamos claro que o ponto de vista que defendemos aqui se aplica especificamente à família Dias. É muito provável que tenha ocorrido processo semelhante com outras famílias, porém o caso da família Dias não deve ser entendido como um modelo ou padrão no qual todas as famílias de elite do complexo cafeeiro, ou mesmo parte delas, estariam inseridas.

¹⁰⁶ O coronel Vicente nasceu em 1870, Maria Cândida nasceu em 1850, José Luiz (1853), Honório (1854), Alípio (1856), etc.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1917)**. São Paulo: [s.n.], 1918. v. 1.

ACTUALIDADES. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 354, 24 jul. 1904. Editorial, p. 1.

A CULTURA do arroz. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, no. 573, p. 1, 18 de ago. de 1907.

A GREVE. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 10, no. 647, p. 1, 17 jan. 1909.

ALMEIDA, Angela M. de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela M. de. et. al. (Org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. UFRRJ, 1987, p. 53-66.

A MULHER na sociedade contemporânea, **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 557, p. 1, 28 abr. 1907.

A NOVA usina da Companhia Paulista de Energia Electrica. **Gazeta do Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 17, n. 891, 26 dez. 1926. Editorial, p. 1.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. O tempo do mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3.

CÂMARA municipal. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 167, p. 2, 1 nov. 1900.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. (Corpo e alma do Brasil).

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 (Biblioteca de ciências sociais).

CARNAVAL. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 4, n. 241, p. 2, 16 fev. 1902.

CARNAVAL. **Gazeta do Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 15, n. 747, p. 2, 09 mar. 1924.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASEY, James. **A história da família**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992 (Fundamentos, v. 91).

CENTRO commercial. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 548, p. 2, 26 fev. 1907a.

CENTRO commercial. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 552, p. 2, 24 mar. 1907b.

CHRONICA policial. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 11, n. 674, p. 2, 25 jul. 1909a.

CHRONICA policial. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 11, n. 689, p. 2, 14 nov. 1909b.

CHRONICA policial. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 12, n. 710, p. 2, 10 abr. 1910.

CLUB dos lavradores. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 1, n. 6, 2 mar. 1899a. Noticiário, p. 2.

CLUB dos lavradores. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 1, n. 48, 17 ago. 1899b. Noticiário, p. 1.

CONDEMNACÃO de um vagabundo. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 12, n. 704, p. 2, 27 fev. 1910.

CORRÊA, Mariza (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Dora Isabel P. da. **Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)**. 1997. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1997.

_____. Revisitando a sucessão matrilinear: povoamento colonial, elite agrária e família na primeira metade do século XIX. Campinas, São Paulo. **Estudos de História**, Franca (SP), v. 12, n. 2, p. 39-64, 2005.

_____. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 7.2, p. 7-35, 2004.

CULTURA de arroz. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, no. 554, p. 1-2, 07 abril 1907.

CUSTEIO rural. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 578, 22 set. 1907a. Noticiário, p. 2.

CUSTEIO rural. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 587, p. 1-2, 24 nov. 1907b.

CUSTEIO rural. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 589, 08 dez. 1907c. Noticiário, p. 2.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 4. ed. Tradução de Octávio M. Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Corpo e alma do Brasil).

D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 223-240.

DISTRICTOS agrônômicos. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 106, 22 mar. 1900. Editorial, p. 1.

DOAÇÃO. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 551, p. 2, 17 mar. 1907.

EGAS, Eugenio (Org.). **Os municípios paulistas**. São Paulo: Seção de Obras do Estado de S. Paulo, 1925, v. 2, p. 1841-1848.

EMPRESA de luz electrica e o governo municipal. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 1, n. 50, 24 ago. 1899. Secção Livre, p. 2-3.

EMPRESA telephonica. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 10, n. 622, 26 jul. 1908. Noticiário, p. 2.

EM VIAGEM. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 354, p. 2, 24 jul. 1904.

ESCOLA correccional. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 586, p. 1, 17 nov. 1907.

ESTATUTOS do Banco de Custeio Rural de São José do Rio Pardo **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 583, 27 out. 1907. Secção Particular, p. 1-3.

EXPOSIÇÃO de S. Luiz. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 368, p. 1, 30 out. 1904.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 2.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. (Org.), **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (História geral da civilização brasileira, t. 3, v. 1), p. 193-248.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FESTA agrícola. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 10, n. 622, 26 jul. 1908. Editorial, p. 1.

FESTA do Divino. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 169, p. 2, 8 nov. 1900.

FRANK, Zephyr L. Elite families and oligarchic politics on the brazilian frontier: Mato Grosso, 1889-1937. **Latin American Research Review**, Albuquerque, v. 36, n. 1, p. 49-74, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1997 (Biblioteca universitária, série 2, ciências sociais, v. 23).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEOGRAFIA OLÍMPICA. **1904 – Saint Louis, Estados Unidos**. Disponível em: <<http://geolympic.blogspot.com/2008/03/1904-saint-louis-estados-unidos.html>>. Acesso em 04 out. 2008.

GOMES, Alfredo. Uma vida útil: Antônio Cândido Rodrigues. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 354, p. 185-195, 1950.

GRIEG, Maria Dilecta. **Café: histórico, negócios e elite**. São Paulo: Olho d' Água, 2000.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha** e o início da modernização no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HYGIENE local. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 180, 16 dez. 1900. Editorial, p. 1.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. Tradução de Cid K. Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. **A Era do capital** (1848-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX** (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Estudos brasileiros, v. 71).

IMPOSTO sobre café para o anno de 1898. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 1, n. 22, p. 3, 30 abr. 1899.

IMPOSTO de café de 1901. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 4, n. 244, p. 4, 09 mar. 1902.

IMPOSTO sobre café ano 1904. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 334, p. 3, 06 mar. 1904; n. 335, p. 3, 13 mar. 1904.

IMPOSTO de commercio e de industria. **Gazeta do Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 15, n. 750, 30 mar. 1924. Avisos diversos, p. 3-6.

INAUGURAÇÃO. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 1, n. 8, 09 de mar. de 1899. Noticiário, p. 2.

IRMANDADE de misericórdia. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), 19 jul. 1903. Secção Livre, p. 3.

KUGELMAS, Eduardo. **Difícil hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. 1986. 192 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LANÇAMENTO do imposto de café exercício 1910. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 12, n. 725, p. 2, 26 jul. 1910.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

LEVI, Darrell E. **A família Prado**. Tradução de José E. Mendonça. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUZ electrica. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 1, n. 48, 17 ago. 1899. Editorial, p. 1.

LUZ electrica. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo, SP, ano 9, n. 551, p. 2, 17 mar. 1907a.

LUZ electrica. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 578, 22 set. 1907b. Noticiário, p. 2.

LUZ electrica. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 589, 08 dez. 1907c. Noticiário, p. 2.

LUZ Electrica. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 12, n. 745, p. 1, 06 jan. 1911.

MAGALHÃES, Gildo. **Força e luz**: eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 2000. (Prismas).

MARTINS, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: BRESCIANI, Stella (Org.) **Imagens da cidade** – séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/Fapesp, 1994, p. 177-190.

MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MASCHIETTO, Carmem Cecília. T. História da iluminação de São José do Rio Pardo. **Gazeta do Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 71, n. 937, p. 25-32, 25 dez. 1979. (edição especial de Natal).

MELLO, João Manuel C. de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO, Zélia Maria C. de. **Metamorfoses da riqueza** - São Paulo, 1845-1895: contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1985. (Estudos históricos).

MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado**: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo (1877-1917). 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de A. e Silva. 2. ed., São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Tradução de Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEGÓCIOS nas fazendas. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 351, 3 jul. 1904. Editorial, p. 1.

NOBRE, Eduardo Dias R. **Capitão Vicente e seus descendentes**. São José do Rio Pardo (SP): O autor, 2001.

O CAFÉ. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 268, p. 1, 06 set. 1902.

O NOSSO município. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 10, n. 614, p.1, 31 maio 1908.

O RIO PARDO, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 121, 17 maio 1900. Noticiário, p. 3.

O RIO PARDO, São José do Rio Pardo (SP), ano 10, n. 619, 5 jul.1908. Noticiário, p. 2.

PACHECO, M. Banco de custeio rural, **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 586, 17 nov. 1907. Editorial, p. 1.

PREFEITURA municipal. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo, SP, ano 10, n. 610, p. 1-2, 03 maio 1908.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v.1), p. 153-190.

REGRESSO. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 6, n. 379, p. 2, 15 jan. 1905.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO. **Anuario Estatístico de São Paulo 1901**. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1904.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1902**. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1905.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1903**. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1905.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1905**. São Paulo: Typ. Espindola & Comp., 1907, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1906**. São Paulo: Typ. Espindola & Comp., 1909, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1907**. São Paulo: Duprat & Comp., 1910, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1908**. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1911, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1910**. São Paulo: Duprat & Comp, 1912, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1911**. São Paulo: Typ. Brazil – Rothschild & C., 1913, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1912**. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1914, v. 1-2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1913**. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1915, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1915**. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1917, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1918**. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1920, v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1920**. São Paulo: Typ. Piratininga, 1922 v. 2.

_____. **Anuario Estatístico de São Paulo 1922 a 1926**. São Paulo: Casa Vanorden, 1929.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 15-21.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; CARDOSO, Adauto L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 53-78.

SAES, Flávio A. M. de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (1850-1930)**. S.Paulo: Hucitec, 1986.

SAMARA, Eni de M. A história da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 7-35, set. 1988 / fev. 1989.

_____. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.11, n. 22, p. 7-33, mar./ ago. 1991.

_____.; COSTA, Dora Isabel P. da. Family, patriarchalism and social change in Brazil. **Latin American Research Review**, Albuquerque, v. 32, n. 1, p. 212-225, 1997.

_____. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, (Tudo é história, 71).

SÃO JOSÉ do Rio Pardo. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 108, 29 mar. 1900. Editorial, p. 1.

SARAU. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 169, p. 2, 08 nov. 1900.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Tradução de Teresa Pérez. Lisboa: Terramar, 1995 (Pequena história, v. 6).

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v.1), p. 345-390.

SOCIEDADE incorporadora. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 9, n. 590, p. 1, 15 dez. 1907.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. v. 6-9.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1941. v. 10-12.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1942. v.13

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. v. 15.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TREVISAN, Amélia F. **A câmara municipal de São José do Rio Pardo e outros ensaios**. São José do Rio Pardo (SP): [s.n.], 1980.

_____. **Capela de São José do Rio Pardo: livro de atas das reuniões dos fundadores – 1865/1874**. Vargem Grande do Sul (SP): Tatoni, 1986.

TRIGO, Maria Helena B. **Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer.** São Paulo: Annablume, 2001.

UM BENEMÉRITO. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 4, n. 254, 24 maio 1902. Editorial, p. 1.

UM FACTO a reprimir. **O Rio Pardo**, São José do Rio Pardo (SP), ano 2, n. 132, 28 jun. 1900. Editorial, p. 1.

FONTES

1 Escritas

São José do Rio Pardo (SP)

- 1.1 Acervo particular do Sr. Eduardo Dias Roxo Nobre (fazenda Tubaca);
- 1.2 Arquivo da Câmara Municipal;
- 1.3 Arquivo do Primeiro Cartório de Notas;
- 1.4 Hemeroteca Municipal;
- 1.5 Centro da Memória Rio-Pardense;
- 1.6 Arquivo particular do autor desse trabalho;

São João da Boa Vista (SP)

- 1.7 Arquivo da Cúria Diocesana;

São Paulo (capital)

- 1.8 Arquivo Público do Estado de São Paulo.

2 Orais

- 2.1 Entrevistas e vários contatos com o sr. Eduardo Dias Roxo Nobre, neto do coronel Vicente Dias Jr. e atual proprietário da fazenda Tubaca.

ANEXOS

ANEXO A – Modelo genérico da família patriarcal brasileira.

“O chefe do clã ou grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob a área de sua influência.

Na realidade, a extensão do poder atingia várias famílias, que podiam viver economicamente independentes e mesmo a grandes distâncias, fatores que não impediam a manutenção da solidariedade típica das parentelas brasileiras.

[...]

Estruturalmente, era uma vasta parentela que se expandia, verticalmente, através da miscigenação e, horizontalmente, pelos casamentos entre a elite branca.

Analisando a sua composição, esta apresentava, de uma forma simplificada, uma estrutura dupla: um núcleo central acrescido de outros membros. O núcleo central era composto pelo chefe de família, esposa e legítimos descendentes: filhos e netos por linha materna ou paterna. A estrutura da camada periférica era mais complexa e menos delineada e dela faziam parte: parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos. Incorporando ainda as fileiras da família patriarcal e, sob sua influência, por razões econômicas, políticas ou por quaisquer outros vínculos, estavam os vizinhos (pequenos sítiantes, lavradores e roceiros) e os trabalhadores livres e migrantes. Esses últimos seriam ainda considerados como as subpartes da camada periférica, na medida em que projetavam, em alguns níveis, os mesmos tipos de relações de dependência e de solidariedade existentes entre os dois primeiros.

A inclusão desses elementos e a manutenção de relações entre seus diversos componentes estavam, basicamente, relacionados com laços de sangue, parentesco fictício e um complexo sistema de direitos e deveres.

[...]

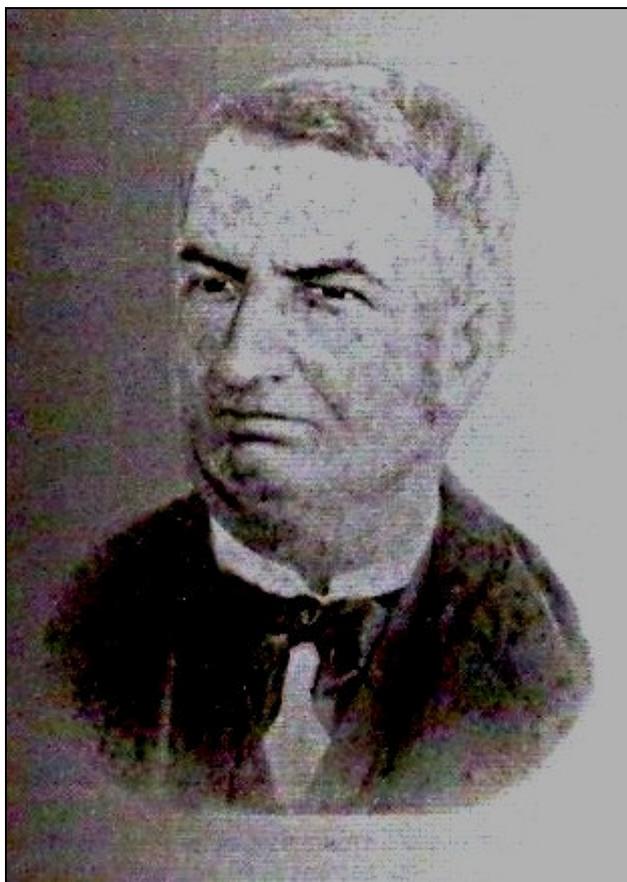
De acordo com esse modelo de estrutura familiar, o chefe tinha autoridade quase absoluta, restando à esposa um papel mais restrito e tradicional, situação que parece ter permanecido até o século XIX. As mulheres, depois de casadas, passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada. Monocultura, latifúndio e mão de obra escrava reforçavam essa situação” (SAMARA, 1991, p. 11-14).

“As crianças, na família patriarcal, ocuparam uma posição de dependência que as acompanhou mais tarde na vida adulta. Até a idade de seis ou sete anos, eram idealizadas como *anjinhos*. Daí em diante, eram vistas como sujeitas a influências satânicas e encorajadas a imitar o comportamento dos adultos como maneira de reprimir esta ameaça.

[...]

“As crianças da elite dirigiam-se a seus pais como ‘senhor pai’ e ‘senhora mãe’, ou como ‘Vossa Mercê’. Com as cabeças reclinadas e mãos entrelaçadas, elas pediam a bênção a seus pais e eram proibidas do contato físico com o patriarca. A acentuada distância social entre pais e filhos era incrementada pela tendência dos últimos de delegar todos os aspectos da educação das crianças às mães pretas, governantas estrangeiras, padres e internatos” (LEVI, 1977, p. 26-27).

ANEXO B – Capitão Vicente e D. Lucinda (1ª. geração).



Fonte: NOBRE, 2001, p. 10.



Fonte: NOBRE, 2001, p. 13.

ANEXO C - Os irmãos Dias (2ª. geração).



Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

ANEXO D - Empréstimo de Vicente a Elisiário Dias.

Nº 3.134/500
 Recebi de meu irmão
 Vicente Dias Junior a quan-
 tia de tres Contos cento e vinte
 e quatro mil, quinhentos reis
 fôr conto de um credito
 que está em meu poder
 e por ser verdade passo
 o presente e firmo.
 S. João do Rio Pardo 15 de Abril
 de 1914
 Elisiário Dias

Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

ANEXO E - Breve histórico da construção das principais usinas hidrelétricas brasileiras durante a Primeira República.

“A principio foram construídas pequenas usinas, principalmente para a iluminação pública de nossas cidades menores, a partir de Campos (RJ), em 1883. A etapa seguinte foi não só para fins de iluminação e tração urbana, mas também para suprir a demanda de energia pela indústria. Com a Usina de Parnaíba sobre o rio Tietê, em 1901, e no Rio, com a grande hidroelétrica de Ribeirão das Lages, em 1913, essas necessidades foram satisfeitas. Estas foram em seguida complementadas, em 1914, pela Usina de Itaporanga, perto de Sorocaba (SP), com cinco grupos de turbinas geradoras de 10.000 KW cada. A energia elétrica para o Rio de Janeiro foi suplementada, em 1923, pela Usina de Ilha dos Pombos, sobre o rio Paraíba. Esta obra foi projetada e construída sob a orientação do engenheiro americano A. W. R. Billings (1875-1949), que desde então, e até sua morte, foi o mentor e realizador do grande desenvolvimento hidroelétrico promovido pelas “Lights” no Brasil. Com a crise de energia elétrica em São Paulo, provocada pelo crescimento da demanda de energia pela indústria, Billings projetou e construiu a Usina de Cubatão, desviando as águas de rios do planalto paulistano para o mar, numa queda de 700 metros, para gerar numa primeira etapa, em 1926, 60.000 KW” (MAGALHÃES, 2000, p. 13).

ANEXO F - Debêntures da CPEE utilizados para a compra de terras.

Recebi do Sr. Arnaldo Rodrigues, pela venda effectua-
 da pelo Sr. João Antonio de Oliveira Lages ao Sr. Juv-
 te Reis Junior de 692 1/2 alqueires de Terra da Fazenda
 das Antas, situada na estação de Jacutinga, os valores
 seguintes:

Letras	15.912.400
Debenturas da C. F. & Electrica	2.200.000
Finanças	8.145.400
	<hr/>
	26.257.800

S. Paulo, 16 de Março de 1906
 Arnaldo Rodrigues



Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

ANEXO G – Vicente, Alice e os filhos no pomar da Tubaca (1911).¹⁰⁷



Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

¹⁰⁷ Da esquerda para a direita: Alice com Lourdes no colo, o coronel Vicente Dias Jr., os filhos: Mário, Oswaldo, Moacyr e João Baptista (Alice, a caçula, ainda não havia nascido). As demais são pajens com suas filhas. A última é Dadá, remanescente dos escravos.

ANEXO H – Alice em 1900.¹⁰⁸

Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

¹⁰⁸ Alice vestida para o casamento de sua irmã Nadéia, em 1900.

ANEXO I - Carta de Alice a Vicente (31/10/1913).

Vicente

Hoje pedi ao Totó para telegraphar-te dando parabens pela victoria eleitoral cujo resultado, conquanto esperado, muito me satisfez por ver coroado de exito os teus esforcos. Aqui continuamos regularmente graças a Deus. Nhozinho que estava à espera de resposta tua que não veio, foi com meu consentimento passar ahí esos dias feriados.

Hoje fui com Nadeia a casa da Tó marital-os; perguntaram por voci e mandaram lembranças; quero ver si amanhã faço mais algumas visitas encaguiçadas.

Eu estou bastante constipada; ontem a noite fui ao cinema com Totó e Nadeia para curar-me, e como não bastasse, tomiei duas capsulas de Pó de Domer, que, pela manhã causou-me quasi uma vertigem, que não fiz caso nenhum, tendo sahido as tres horas para ir a casa do Lampião e voltado

Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

ANEXO J – Carta de Alice a Vicente (31/10/1913) - continuação.

as 5^{as} meia de taxi, porque chorava que era
 uma belleza. Espereu ficar boa logo.
 E adeus, recebe abraços dos filhos e
 da tua Alice

Manda-me noticias do Vozinho.
 Não tenho sinão 10\$ em casa; além dos
 400 que me deixaste, tivei 300.000 b.
 Cinqüentos, 200 com Papae e 20 com Toto
 que perfazem somma respectavel de 920\$,
 que gastei toda e te envio a nota para
 veres com a devida attenção. Falta-me
 uns volúntos que não sei onde foram, como
 verás pelo meu caixa.

31-10-13

ANEXO L – Carta de Alice a Vicente (09/10/1911).

Vicentinho

Papai chegou bem e por elle tive noticias tuas, apesar de que de hontem, porquanto hoje não foste a estação, estar com elle, o que devias me surpreender e deixou-me nervosa pensando que a doença te impediria de ir nel-o hoje antes da partida. Hontem na carta de Alvaldo dicias que ias escrever-me, porém hoje cedo não recibi carta e nem tão pouco por Papai. Em fim nada digo, pois é preciso ser assim, assim seja. Aqui passamos regularmente; havia de Lourdes hoje passou bem melhor dos intestinos e espuro nel-a boa com a continuação do remedio do Quinino que foi muito acertado, graças a Deus. Dada' hoje amanteu seu doente, com muita febre, pois chegou quasi a 40, com tanta dor nos braços e pernas que quasi não pode mover-se na cama; chamou nos medico que disse ser influencia brava e recitou, vamos ver como ella passa esta noite. A corinheira faltou dois dias e ella esteve corinhando e receio que tenha sido

Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

ANEXO M – Carta de Alice a Vicente (09/10/1911) - continuação.

resfriado apertado na cosinha, ainda mais
agora que chove a oito dias sem cessar.
Emfim, as vezes são tantas contrariedades
ao mesmo tempo, se em cima de mim que
chego a descoroar.
Os meus fortes graças a Deus.
Recite abraços e beijos da Maria de Lourdes
dos filhos e da tua Alice

S. Paulo 9-10-11.

Fonte: Acervo particular de Eduardo Dias Roxo Nobre, fazenda Tubaca, São José do Rio Pardo.

ANEXO N - Carta de Vicente ao filho Mário (02/10/1919).

S. Paulo. 2 Outubro 1919

Miguel -

Novas saudações, abraços e
votos pela tua boa saúde.

Aqui, todos com saúde; e Roxambé, tem
recebido notícias de seus Avós, chegaram
com boa viagem. Passam bem.

Fizí tratamos um casal de criadas, que
passam bons, amantíssimas, a criada, que
passa o dia aqui, sua Mãe, trabalha
na ella cozinhas - ver se sume e case
sua mãe, de um domingo sabbado ao
domingo para ali. Vai muito
tudo o serviço a ella - esfolgia
bem, acomode-os ali mesmo em
casa. O Manoel da cozinha, pode
fazer o serviço de jardim, passar
e auxilia em mais alguns serviços,
enfim ali até mais nada mais.
para ver se desta vez se tornam mais
felizes - bem, servidos os criados.

Mãe, abraços aos irmãos, com teu.

Mãe abraços e abraços.

Um telegraphico O Pai estimo. Am
abidano Vicente D'Almeida

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)